

**MAIO 2010**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

### *Genérico*

Redação Helga Silveira

**Conselho de Edição e Revisão:**  
Allan Cain, Gelson Gaspar, José Tiago e  
Massomba Dominique

**Editado por:**  
Development Workshop-Angola

**Endereço:**  
Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**  
+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**  
Cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila, Jornal Expansão e o Jornal o País.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress e Kwacka.net.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

# INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Reajustamento salarial a partir de Junho	1
1.2 Salário da função pública reajustados em 5,4 por cento	1
1.3 Dinheiro da China tem pouco reflexo	2
1.4 Governo sem dinheiro para honrar compromisso	3
1.5 Kwachas criticam degradação da vida social dos angolanos	3
1.6 Poucas virtudes na presença chinesa em Angola	4
1.7 Em Angola há pobreza e miséria	5
1.8 ADRA contra políticas do meio rural	6
1.9 Preços altos & barriga vazia	7
1.10 Em 2010 PIB deve 8,6 por cento e a inflação 13 por cento	8
2 MICROFINANÇAS	9
2.1 Angola aberta a experiência de micro crédito	9
2.2 Primeira-dama pede fundo para ajudar famílias vulneráveis	9
2.3 Chave do sucesso passa pela humanização	10
2.4 Camponeses de Ekunha beneficiam de micro-crédito	11
3 MERCADO INFORMAL	12
3.1 Lavagem de viaturas sustenta famílias	12
3.2 Contrabando atrai pessoas para a fronteira	12
3.3 Lavagem de viaturas sustenta famílias	14
3.4 Hospital Militar transformado em mercado ambulante	15
3.5 Vendedores querem espaços seguros	16
3.6 Administração municipal da Ingombota interditou o largo da Nzinga Mbandi	17
3.7 Incêndio deixa mais de 300 famílias na miséria	17
3.8 Últimos suspiros do Roque Santeiro	18
3.9 Administração municipal da Ingombota interditou o largo da Nzinga Mbandi	19
3.10 Rei do carvão mora no Ambriz	19
3.11 Roque Santeiro: o último duelo	20
3.12 O mercado informal perdeu terreno	21
3.13 Polícia Fiscal em Conselho Consecutivo	23
3.14 Grande incêndio no Roque Santeiro destrói materiais de construção	23
3.15 Venda de produtos é inadequada	24
3.16 Adeus Roque Santeiro	25
3.17 Receitas provenientes de mercados informais	26
3.18 Mercado municipal foi inaugurado	26
4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	28
4.1 Aprovada Lei sobre OGE	28
4.2 Académicos e parlamentares aprovam revisão do OGE 2010	28
4.3 OGE rectificado em Julho	29
4.4 Vice-Presidente reúne comissão para análise das questões sociais	29
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	30
5.1 Nova divisão administrativa para a província de Luanda	30
5.2 Conselho de Ministros pronuncia-se hoje	30
5.3 Governadores respondem directamente ao Presidente de República	31
5.4 Descentralização e questões sociais em debate no Soyo	31
5.5 Divisão administrativa abrange todo território	31
5.6 Bebemos água do rio	32

5.7 Políticos desaprovam a divisão do Bengo	32
5.8 «Se for que a população elegeu não tem nenhum mal»	32
5.9 GPL promete apoiar comissões de moradores	33
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	34
6.1 Ministro Pitra Neto acusado de “ usurpar” casas dos funcionários	34
6.2 Nasce nova cidade no município do Kilamba Kiaxi	34
6.3 Governo angolano quer construir milhão de casas	35
6.4 Super-ministro reprova modelo actual de realojamento	35
6.5 Luanda entre ruralização e a mussequização	35
6.6 Estudo conclui que sector imobiliário só trabalha p’rósricos	37
6.7 Governo angolano quer construir milhão de casas	38
6.8 Ministro Pitra Neto acusado de “ usurpar” casas dos funcionários	38
6.9 Ministro Pitra Neto acusado de “ usurpar” casas dos funcionários	39
9.10 Forças Armadas criam cooperativas	39
6.11 Angola Jovem adia sonhos da casa própria	39
6.12 Ministra critica especulação de preços	40
6.13 Parque habitacional do país apresenta mais necessidades	40
6.14 O sonho de ter a própria casa é uma miragem	41
6.15 Bloco Democrático denuncia director da Casa da Juventude	42
6.16 Situação no mercado vai mudar	42
6.17 Imobiliários buscam soluções para regularizar mercado	42
6.18 Juventude e Governo de costas viradas	43
6.19 Gonçalves Muandumba reconhece erros	44
6.20 O dilema do crédito	45
6.21 Posição do CNJ	45
6.22 Moradores do bairro Baixo Prenda sem destino a vista	45
6.23 Sector imobiliário à procura de novos rumos	46
6.24 Era uma vez ... O Governo distribuiu casas sociais	47
6.25 Moradias de luxo para ricos e o drama da Habitação dos pobres	48
6.26 Feiras imobiliária sem resultados palpáveis	48
6.27 Sector imobiliário à procura de novos rumos	49
6.28 Era uma vez ... O Governo distribuiu casas sociais	49
6.29 Casas demasiado caras e jovens demasiado pobres	50
6.30 Finibanco introduz novas modalidades no crédito habitacional	51
6.31 Programa Angola jovem será reavaliado	51
7 TERRA	53
7.1 Bento Soito	53
7.2 Militares presos por invasão de terras em Luanda	53
7.3 Centenas de pessoas no combate à doença	53
7.4 Complexo Residencial acolhe famílias em risco	53
7.5 Demolições no Rocha – Pinto	54
7.6 Dos lotes do Prenda para Viana	54
7.7 Demolições no Rocha – Pinto	54
7.8 Ano lectivo em risco	55
7.9 Governo da Lunda- Sul distribui terrenos	55
7.10 Comunidade e Muteka travam de terras na Huíla	56
7.11 Governador do Huambo é reincidente	56
7.12 Magistrado defende respeito pela lei	57
8 SERVIÇOS BÁSICOS	59
8.1 Água gera briga em Benguela	59
8.2 Falta de meios dificultam recolha de lixo	59
8.3 Água mais cara que combustível	60

8.4 Há mais água a correr pelo asfalto do que nas torneiras	60
8.5 Água para Todos vai de certo melhorar o cenário	61
8.6 Indústria querem privados na distribuição da água	61
8.7 Distribuição é um grande problema	62
8.8 Falta de água continua a ser o maior problema	63
8.9 Astros da região pedem urgência na execução de programas de águas	63
8.10 Água rara, água cara	64
8.11 Bairro Santo António clama por cuidados	64
8.12 Bairro Santo António clama por cuidados	64
8.13 Água rara, água cara	65
9 AMBIENTE	66
9.1 Populações afectadas pelas cheias têm instrumentos de construção	66
9.2 Governo Provincial deve agir para travar estragos das chuvas	66
9.3 Equipamento meteorológico está fora de serviço há meses	67
9.4 Cheia desalojou mais de doze mil pessoas	67

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Reajustamento salarial a partir de Junho

*Semanário Económico*

*De 06 de Maio de 2010*

A UNTA foi consultada antes de se tomar esta medida? Ninguém foi consultado porque se fossemos previamente consultado certamente não seria elegante estar a contestar como estou. O argumento que se usa para se fazer o ajustamento de 5,4 % é a admissão de novos funcionários.

Acha que existem problemas de gestão?

Existe um problema de gestão do Orçamento porque se no exercício económico de 2010 admitiram novos funcionários, então tem que se fazer previsão dos recursos de Orçamento. Por exemplo, tenho recursos para remunerar 500 pessoas, de repente, tenho necessidade de remunerar 550. Ao invés de aumentos os recursos, os mesmos recursos para os 500 têm de ser repartidos para estes 550. Isto significa o que cada um receberia se fossem apenas 500 fica reduzido.

E o que é que dizem os governantes?

As justificações que as nossas autoridades estão a dar é que não podem fazer o reajustamento de acordo com a taxa de inflação porque foram admitidos mais 40 mil novos funcionários. Para fazer a cobertura dos salários nunca se pode fazer com a mesma previsão dos recursos admitirem novos funcionários. Isto é um problema de gestão.

É preferível que esses trabalhadores fiquem no desemprego? Ou deve-se primeiro reajustar os que estão dentro?

Se a economia ou os serviços administrativos justificam a admissão de novos funcionários é porque há produtividade. Há recursos para fazer cobertura deste novo encargo. Não se pode reduzir o que já existe, isto até parece uma encenação e não uma realidade. Não quero admitir que isto está a acontecer com o nosso Governo, vamos deixar que as coisas evoluam.

E o que vai acontecer agora?

Vamos continuar a fazer as reclamações e esperar pelo reajustamento que se espera fazer dentro de um mês, pode ser que haja rectificação dos pressupostos da organização do o GE.

Há quem diga que a Unta é uma instituição partidária? Isto é opinião das pessoas e as pessoas são livres de opinarem o que quiserem. Os partidos não se chamam UNTA, mas sim MPLA, UNITA, PRS, FNLA. A UNTA pertence aos trabalhadores. Por exemplo, os milhares de trabalhadores que desfilarão de Cabinda ao Cunene, no Dia do Trabalhador, não sabem de que partidos são, só sei que são trabalhadores. Os trabalhadores estão aí para defenderem os seus interesses económicos, profissionais e sociais. Aqui em Luanda tivemos cerca de 20 mil trabalhadores, parece que ninguém teve a capacidade de contar quantos eram do MPLA, UNITA, sei que havia trabalhadores do Porto, da Nocal, da Cuca, Odebrecht, Soares da Costa, Unicargas, professores, funcionários da Saúde, etc. Quantos trabalhadores a UNTA têm registado? Temos cerca de 450 mil trabalhadores mas filiados por volta de 139 mil com cartão, controlados são aqueles que estão nas empresas a onde a Unta realiza trabalhos.

Que projectos tem para 2010?

O principal projecto, deste ano, é realizar o quarto congresso. No exercício de mandato, cada cinco anos realiza-se um congresso para renovar os seus órgãos. Está marcada para os dias 24 e 25 de Setembro, a reunião máxima da Unta que tem competências de mudar a direcção, criar estatutos, aprovar o novo programa de acção.

Reajustamento salarial nos últimos oito anos

- 2002-O salário mínimo era equivalente a 50 dólares, subindo para 4.014 kwanzas.
- 2003-Ano em que o salário mínimo na Função Pública se situava em 4.014 kwanzas.
- 2004 -50,94 Dólares.
- 2005-Salário mínimo era de 5.850 kwanzas equivalente a 66,68 dólares.
- 2006-O Salário aumentou para 6.661 kwanzas (82.26 dólares).
- 2007-O Salário mínimo esteve situado em 7.420 kwanzas (99,15 dólares).
- 2008-Aumento salarial de 8,78 % por cento.
- 2009-O actual salário mínimo nacional é de 8.900 kwanzas.

## 1.2 Salário da função pública reajustados em 5,4 por cento

*Semanário Factual,*

*De 07 a 14 de Maio de 2010*

Em 2009, os salários da administração pública não sofreram nenhum aumento ou reajuste como reflexo da crise financeira.

No entanto, o actual reajuste espelha também as dificuldades da economia para suportar um ajustamento

superior perante o forte peso das despesas correntes no orçamento, com destaque para os gastos com os salários da administração pública.

Alguns economistas admitem que um reajuste acima daquilo que a economia pode suportar poderia desencadear um efeito "bola de neve" e aumentar a pressão sobre a procura agregada e elevar ainda mais os preços dos bens e serviços e, conseqüentemente, acelerar a inflação que fechou o primeiro trimestre relativamente acima da linha de tendência.

A actual conjuntura económica exige algum cuidado para evitar o retorno às altas taxas de inflação. Perante tal cenário, o Executivo alega que o incremento de 5,4 por cento nos salários da Função Pública representa aquilo que é economicamente sustentável.

Salienta-se que os efeitos da crise fizeram com as receitas fiscais caíssem em torno dos 40 por cento em 2009, o que levou à adopção de medidas restritivas que afectaram os salários e também o crescimento do PIB que somente aumentou em 2,7 por cento em 2009.

Por seu turno, as centrais sindicais, nomeadamente UNTA-Confederação Sindical, a Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA) e a Força Sindical Angola – Central Sindical, apelaram ao

Executivo para que adoptasse medidas que visem estancar a inflação e destacaram que o incremento salarial realizado na administração pública é insuficiente perante a expectativa de inflação para o ano em curso. Os sindicalistas exigem a retoma dos entendimentos anteriormente alcançados quanto ao reajuste dos salários de acordo com a taxa de inflação.

Salienta-se que a inflação em Janeiro de 2010 foi de 0,80 por cento. Em Fevereiro aumentou para 0,89 por cento e em Março passou para 1,04 por cento, uma tendência que precisa ser revertida para evitar que a inflação se situe acima da meta de 13 por cento... A inflação acumulada no primeiro trimestre do ano em curso é de 2,76 por cento relativamente abaixo da inflação acumulada no mesmo período em 2009, que se situou em 2,94 por cento, e acima da taxa de 2,46 por cento registada em 2008. Este comportamento dos preços implica que existe cada vez a dificuldade de manutenção do poder de compra dos

### **1.3 Dinheiro da China tem pouco reflexo**

*Novo Jornal*

*De 14 de Maio de 2010*

As sobras públicas que se registam no país, no âmbito da linha de crédito da China têm benefícios limitados do ponto de vista social, um estudo publicado recentemente em Washington (Estados Unidos da

América).

Segundo o site de notícias Notícias Lusófonas, que cita Deborah Brautigam como autora do relatório, o dinheiro do todo-poderoso crédito, "nunca vai" para os cofres do Estado angolano, sendo repartido essencialmente pelas empresas chinesas indica das pela execução das obras.

O estudo, intitulado Dragons Gift (O Presente do Dragão), avança ainda que no processo de adjudicação das empreitadas há também a possibilidade de "pagamento de luvas" uma prática vulgar na China. Deborah Brautigam, que é professora de desenvolvimento internacional na American University, apresentou o seu estudo numa conferência, que ocorreu no país de Barak Obama, sob lema "A Crescente Procura de Energia e Matéria-prima pela China.

"O País que recebe o crédito não pode ter a certeza de que está a receber o melhor serviço ao melhor preço, dado que não há concorrência internacional para esses projectos, entregues a empresas chinesas", afirmou a investigadora, defendendo que as infraestruturas, como estradas ou caminhos de ferro, trazem benefícios óbvios pela as populações e desenvolvimento, mas também com estas desvantagens apontadas por si.

Além disso, os chineses "não se preocupam com o local onde esses projectos são construídos", que podem visar apenas "benefícios políticos".

Uma das vias preferidas da China para aumentar a sua presença em África é a concessão de linhas de crédito e Angola é o país que em África tem as maiores linhas de crédito, lê-se no estudo.

Mas, sublinha Brautigam, "o dinheiro nunca vai para Angola. Não é transferido em dinheiro líquido e por isso serve como instrumento de restrição ou constrangimento". Desta forma, continuou, os benefícios sociais são limitados, embora também se reduza a possibilidade de desvio de fundos em Angola. "Essa política chinesa elimina o risco de desvio de fundos por parte da parte angolana e pode até expandir a capacidade de pagamento de dívidas se estiver ligado a uma expansão de exportações, o que acontece por exemplo com a República Democrática do Congo", acrescentou a professora universitária.

Em termos políticos, defendeu, o envolvimento chinês em África pouco ou nenhum impacto político teve nesses países, incluindo Angola. Tendo em conta o índice de liberdade económica da Freedom House, não há diferença entre o antes e o depois de Pequim.



## 1.4 Governo sem dinheiro para honrar compromisso

*Folha 8*

*De 15 de Maio de 2010*

No país, os economistas ao serviço do lustre do Estado até se riram e correram para os microfones das rádios, arreganharam os dentes diante das câmaras de televisão e chamaram a si os jornalistas da imprensa escrita para lhes anunciar a "boa nova". Angola nada tinha a ver com a crise, impávidos e serenos prosseguiriam a nossa Caminhada triunfal, de cerca de 20 por cento de aumento de produção anual, sem incómodo causado por esse "mambo" Ocidental a realidade, esses pseudo-economistas, apesar de serem mesmo isso, eram os licenciados em estudos de economia apadrinhados pelo regime e não se preocuparam com análises exaustivas e científicas da situação, o que os preocupou foi ficar a saber qual seria aquele que mais poderia dar nas vistas, em função das suas análises laudativas à política económico-financeira do Estado.

Disseram e repetiram variadíssimas vezes que o "crescimento económico" de Angola não pararia e que só por isso tínhamos que agradecer ao Governo e "ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a sua fabulosa sapiência. Desgraçadamente, tudo o que esses "Papagaios" vieram para os medias anunciar não passava de puras mentiras.

Pouco tempo depois das suas exibições para "Futungo ver", toda a gente, a começar por eles próprios, começou a ver que estávamos a viver, não fora da crise, nem tão-pouco a viver os seus sinais, mas sim a mergulhar a pés juntos e a ser amarfanhados pela própria crise. Pedimos dinheiro ao FMI. Hipotecámos o petróleo e o futuro das gerações vindouras e deparámos-nos, nós, "Zé-povinho", com uma situação quase absurda: com medíocre factura, a que já nos habituou o regime, resolvemos o problema à nossa moda, aumentamos a dívida pública, pedimos dinheiro emprestado ao FMI, pedimos uns cobres mais, aos Portugueses, aos brasileiros e a China, estamos à espera que nos dêem mais, um Governo a dar mostras ao mundo da sua maravilhosa capacidade de gerir o Estado, numa fantástica progressão económica a maior do mundo!!, com o CAN a servir de "Top-Model" numa "passerelle" efémera e feita a martelo, ao mesmo tempo que os obreiros dessa ribalta sumptuosa para "estranjaver" iam aguentando fins de mês, atrás de fins de mês, sem verem um Kwanza no bolso. Razão: o Estado angolano não tinha meios para aguentar tão espalhafatosa pedalada

E, na sequência desta palhaçada de e, entretanto, continua a não haver dinheiro para pagar aqueles que verdadeiramente fazem a reconstrução de Angola, os trabalhadores, os funcionários e os que vêm por um

canudo o "fantástico progresso económico do nosso país".

Quanto a plano de crise, o Executivo angolano passou ao lado, disse que era preciso diversificar a economia e fez como já tinha feito com o projecto do milhão de casas em 11 anos, de que ainda não se viu sombra de relatório sobre o seu andamento.

Por outro lado, a máquina do governo é monstruosa e consumista, deveria fazer cortes radicais na dívida pública, mas não há. Ainda há, pouco tempo ficámos a saber que a filha de um alto mandatário parlamentar, foi de jacto para o Huambo, que gente do Governo compra carros de super luxo e que no meio de muitas disparidades o dinheiro público navega em fluxos pouco credíveis com a idoneidade dos nossos mais altos dirigentes. Veja-se o caso Sonangol de Manuel Vicente, por exemplo, cujo esclarecimento foi feito com argumentos sem assento nem qualquer consistência, ou seja, que se servir de um nome privado para fazer passar acções duma empresa estatal é normalíssimo, pois existe um sistema de controlo que impede todo e qualquer desvio de fundos...

Querem fazer-nos a todos de estúpidos. E os angolanos têm que acreditar, apesar de continuarem a não saber como se fazem os controlos, quem os faz, quando é que se devem fazer e para que destinos viajam biliões de dólares do erário público, todos os dias, mesmo em momentos de crise.

A situação é grave, mas continuasse a apregoar a fabulosa prosperidade do país, quando há milhares de obreiros deste país que não recebem os seus salários. A verdade é que com tudo isto temos o direito e mesmo o dever de continuar a supor que, antes de mais nada, a Sonangol é um saco azul para satisfazer, apenas as ambições de alguns dirigentes e, graças à sua realmente grande capacidade financeira, tapar as carecas da gestão catastrófica do Governo angolano.

## 1.5 Kwachas criticam degradação da vida social dos angolanos

*Folha 8*

*De 15 de Maio de 2010*

O presidente do Galo Negro, Isaías Samakuva, que ainda não se sabe, se vai ou não ser escravo das suas palavras, de não se recandidatar contra os estatutos do seu partido a um terceiro mandato, tem estado a radiografar país e as suas bases sociais.

O dia 12, com base nesse périplo, o conclave veio a terreiro dizer estar frustrado com o estado de degradação da vida dos autóctones e da falta de perspectiva, porquanto aumenta, vertiginosamente e não há tendência de se alterar o fosso entre ricos e

pobres, "o que é lamentável, numa fase de bastante dificuldade, desemprego, fome e miséria", assevera Alcides Sakala, lugar tenente de Isaiás Samakuva. Para a direcção da UNITA, é confrangedor o Governo não ouvir os parceiros políticos, porquanto se assim agisse muitas situações poderiam ser resolvidas a contendo das partes, daí ter dito que "os problemas encontrados são recorrentes, ligados à má qualidade de ensino, da saúde, das novas infra-estruturas, saneamento básico, falta de energia, aos quais o Governo continua incapaz de dar resposta in1ediata", referiu Sakala.

A reinserção social dos ex-militares, especificamente da UNITA, acordada com o Governo do MPIA nas negociações que tiveram lugar para por cobro à guerra, "continua lenta", o que "deixa em situação de miséria essas pessoas. São situações que podem transform1ar-se em problemas de conflito social graves", frisou, acrescentando que a generalidade das localidades visitadas pelo presidente do partido "estão na mesma situação".

O périplo conduziu a.,comitiva Kwacha, liderada por Samakuva, às províncias do Huambo, Bié, Kwanza Sul, Benguela, Huíla e Luanda, com a quase totalidade dos seus nove municípios "radiografados".

## **1.6 Poucas virtudes na presença chinesa em Angola**

*Folha 8*

*De 15 de Maio de 2010*

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, afirmou, 12, em Luanda, as avultadas linhas de crédito da China "serem contra o interesse nacional" porque "dificultam o acesso das empresas angolanas ao programa de reconstrução nacional".

Num seminário sobre o impacto socio-económico da presença chinesa em Angola, organizado pelo PAANE (Programa de Apoio aos Actores Não Estatais) com apoio da União Europeia e do Ministério do Planeamento, as volumosas linhas de crédito chinesas e a sua aplicação estiveram no centro das apresentações e discussões.

Uma das conclusões aceites pela generalidade dos intervenientes foi o escasso impacto das obras englobadas no programa de reconstrução nacional, iniciado com maior ênfase em 2004 através do crédito chinês, na criação de emprego local.

Isto, porque, "as empresas chinesas não cumprem com a legislação que obriga a que 70 por cento da mão-de-obra seja nacional", atirou José Severino, afirmando ainda que "só às empresas ocidentais esta imposição legal é exigida" ficando de fora as chinesas, "normalmente sob a alegação do interesse nacional na rápida conclusão dos projectos". Menos cáustico na

abordagem à forma como se movimentam os interesses chineses em Angola, Luís Peixoto, vice-presidente da associação dos empreiteiros angolanos (AECCOPA), criticou igualmente o fraco motor de criação de emprego que são as obras a cargo de empresas chinesas.

Mas lembrou que no início do processo, em 2004, o Estado angolano viu-se perante um fechar de portas dos países ocidentais para financiar a reconstrução do país acabado de sair de uma longa guerra, em 2002, sendo, por isso, a China a solução para a urgência da reconstrução. Luís Peixoto sublinhou mesmo que "são muitas as vantagens" que Angola recolheu com a opção pelo financiamento chinês, dando como exemplo a reabilitação ou construção das vias rodoviárias que ligam quase todo o país e que "são o pulsar da economia de qualquer região".

Peixoto deixou um prognóstico para aquilo a que chamou a segunda fase da reconstrução nacional: "Mais empresas angolanas vão estar na linha da frente das obras públicas".

Mas o tom geral dos intervenientes no debate foi crítico, sendo disso o exemplo a referência à existência de empresas angolanas que já contratam centenas de trabalhadores chineses não especializados directamente na China, em detrimento de angolanos.

A explicação para isso foi dada por José Severino: "Um empresário olha para o lucro e se pode ter trabalho quase escravo prefere-o".

O montante real das linhas de crédito chinesas para Angola não é conhecido, mas as investigadoras Sílvia Croese, ango-holandesa, independente, e Lucy Corkin, sul-africana, da Escola de Estudos Orientais e Africanos de Londres apontam para a possibilidade destas ascenderem a mais de 12 mil milhões de dólares, embora só quatro ou cinco milhões sejam oficialmente confirmados.

No entanto, de acordo com Lucy Corkryn, existe "alguma informação incorrecta" sobre a atenção que Pequim dá a Angola, visto de no ranking do investimento externo chinês, Angola surge apenas da 29ª posição, com 1404 mil milhões de dólares, sendo o topo da tabela ocupado pelos Estados Unidos da América e, por exemplo, em 10º lugar surge a Holanda com mais de 4, 6 mil milhões.

Mas a investigadora notou que não se pode confundir linhas de crédito com investimento externo.

Já quanto aos países importadores de bens chineses, Angola "nem sequer surge na lista" dos principais, sendo os EUA o maior e em África é a África do Sul que lidera a tabela, em 29º no mundo. Questionadas sobre o tipo de condições Pequim impõe no relacionamento com os países que recorrem às suas linhas de crédito, sem apontar Angola, Lucy Corkin recordou alguns exemplos, destacando o caso do Equador que

suspendeu as negociações para um empréstimo de dois mil milhões de dólares para construir uma barragem, alegando que as condições chinesas atentavam contra a sua soberania nacional.

## **1.7 Em Angola há pobreza e miséria**

*Folha 8*

*De 15 de Maio de 2010*

Filha 8 – Dom Gabriel Mbilingui, enquanto Bispo Metropolitano do Lubango, o que lhe oferece dizer quanto à situação tensa sobre as demolições no Lubango?

Dom Mbilingui – As coisas quando são injustas, acabam por cair por si mesmas. Todo o mundo soube que tiveram lugar na cidade do Lubango, demolições de forma muito brutais, sem antes se terem criado condições. Antes, porque temos um sacerdote que faz parte do Conselho de Concertação Social. Apresentaram-nos o projecto das demolições, com um calendário que elucidava que o enquadramento do problema seria assumido em todos os seus contornos, o que parecia até razoável. Para a nossa surpresa, ouvimos falar logo de demolições feitas de forma compulsiva.

F8 – É o que disseram ao Bispo?

DMb – Eu estive no local, quer das demolições quer também na Tchavola, local onde as pessoas acabaram por ser literalmente despejadas. As condições são péssimas, não são humanas, não são dignas, o terreno escolhido na sua maioria de extensão é terreno impróprio para se colocar ali alguém. Não houve nenhuma preparação em relação, mesmo as condições materiais no local. As pessoas acabaram por chegar lá, algumas receberam tendas, não sabem aonde ficar. É simplesmente um cenário desolador. De acordo com o que nos tinham dito, essas demolições quanto muito, teriam lugar lá para o mês de Julho/Agosto de formas a que se criassem condições para se receber as pessoas dignamente, mesmo que fosse depois necessário construir-se a própria casa, haveria por um lado a indemnização, por outro era preciso garantir alguns serviços. Por exemplo, uma das coisas que notei é que o pessoal que fazia a distribuição de terrenos, fez toda gente esperar por ele todo o dia e quando apareceu a impaciência já era muito grande e a polícia teve de intervir, nisso uma viatura da polícia ficou sem vidros, portanto houve uma situação realmente de agressão, por haver ali pessoas há muitos dias quase sem nada.

F8 – Porque razões as pessoas ficaram revoltadas?

DMb – Houve quem deixou tudo dentro da casa

demolida. Em relação aos direitos humanos, uma situação calamitosa, por haver quem não tenha nada para comer.

Mulheres que lutando pela vida vendiam pão para dar de comer os filhos, agora não têm meios para sobreviver.

Folha 8 – Não viu engajamento das autoridades governamentais?

Dom Mbilingui – Não há MINARS para acudir a fome das pessoas. As crianças começaram o ano lectivo e correm o risco de não acabar, por falta de escola. Disseram que os chineses estão a erguer uma estrutura para remediar. Mas, também existe a situação dos jovens em idade escolar, que terão de vencer longas distâncias se quiserem acabar o ano, principalmente quando a chuva torna os Caminhos intransitáveis, mais grave é que nestes casos, as pessoas nas tendas passam a noite de pé porque o chão fica alagado. Tudo isso nos choca... Quer dizer o processo das demolições foi conduzido, a meu ver, de forma precipitada, sem condições para as pessoas. Eu pessoalmente não suporto este tipo de coisas! Chamem-me lá como quiserem, eu não suporto este tipo de coisas! Existe uma resolução do parlamento que orienta como se deve tratar a população e era o mínimo que se devia observar para um governo que diz ter razões para os seus projectos, mas, aqui, ocorreu o contrário, foi o próprio Governo a maltratar a população, colocando-a a viver pior do que estava.

F8 – Na sua opinião, acredita não terem sido chamados os parceiros sociais do Governo?

DMb – Foram! E estou a falar com base nos factos, pois temos um padre que faz parte do Conselho Provincial de Concertação Social e todos os membros foram convocados pelo governador Isaac dos Anjos, para uma reunião com "Ponto Único": informar o início de demolições, não sendo permitido intervenções. Um pastor de uma das igrejas nessa reunião, tentou responder e, segundo fui informado, foi simplesmente humilhado. Isso significa o quê? Significa que neste processo, não se quis saber da igreja. Mas somos agora nós que temos que ir lá, atrás do prejuízo, porque não podemos ficar indiferentes com as pessoas que sofrem.

F8 – se os parceiros sociais participaram na programação, porque foram preteridos depois?

DMb – O que estou a dizer é que havia uma calendarização, estando tudo no papel muito bem. E, em condições normais, estávamos obviamente de acordo com a requalificação, mas dentro das condições humanas. Quando digo que não fomos tidos nem achados é de termos sido preteridos no momento em

que se realiza a acção. E digo mais: a informação que o senhor governador levou para convencer as pessoas era de estarmos no tempo de chuvas e ficava bem aproveitar-se para se fazerem adobes... Mas no mínimo era preciso primeiro criar condições e convocar os parceiros sociais e dizer, olha as condições são estas e agora vamos implementar" o projecto de demolições. Para quê esta urgência em partir as casas do povo nestas condições Para quê? Não é possível um país rico como Angola, criar condições sociais, salvaguardando a vida digna das pessoas?

F8 – Considera haver crise de governação?

DMb – É lógico! Há uma situação que não compreendemos; somos ou não considerados parceiros? Todos sabem que como igreja temos um impacto social muito grande. Mas neste caso, chegaram-me a dizer terem escutado o governador dizer: "não rezem pelo que está a acontecer, rezem é por mim". Falta confirmar se isso é mesmo verdade ou não. Como se pode rezar para uma pessoa assim e nestas condições Quando uma pessoa está a fazer uma obra boa a Sagrada Escritura nos pede que rezemos para os nossos governantes, mas é para que nos governem bem, para que de facto sejam iluminados pelo Senhor, no sentido de poderem perceber as urgências e os apelos das populações a que são chamados a governar de forma transparente e respeitando os direitos da pessoa humana. E para isso que se reza.

F8 – Em momentos altos do país, os bispos dizem que rezam, para os dirigentes. E para legitimar actos destes?

DMb – E nesse mesmo quadro que nós rezamos, inclusivamente quando foi altura das eleições, para que não houvesse desordem, para que os cidadãos pudessem de facto votar em consciência, para que efectivamente tudo aquilo que são as limitações humanas, nesses casos, Deus ponha a sua mão de modo que as coisas corram bem a todos. Não é para que alguém faça uma acção que é autenticamente inaligna contra as populações. Isto seria completamente contrário a nossa doutrina, seria completamente contrário ao espírito cristão.

F8 – Nota convergência ou divergência na mensagem do Presidente da República em relação ao que se passa no Lubango?

DMb – As nossas mensagens (CEAST- Conferência Episcopal dos Bispos de Angola e São Tomé e Príncipe), as mensagens do Presidente da República são claras. Portanto o que gostaríamos de ver é que as coisas não se fiquem só no papel. Isso também vale para nós Igreja, pois fazer a figura no papel não é o que interessa, mas Sin1 a acção no terreno. Os discursos até podem ser muito belos, mas depois quando passamos a

prática na vida social, no exercício mesmo do que é política a gente vê que aquilo foi só para fazer figura e é isto que as vezes lamentamos. Portanto as nossas próprias mensagens, quantas vezes são ignoradas? E depois vão dizer que a igreja não diz nada. A igreja não disse nada porque quem devia ler e reagir não lê. Eu ainda estou me recordando da última que fizemos em Novembro, onde tocamos a dimensão social do nosso viver e agir como cristãos, onde fizemos uma crítica a nós mesmos; igreja. Na nossa actuação, apontando algumas sombras, para além de apontar, também, alguns aspectos positivos, quer dentro da nossa actuação como cristãos, pastores e também a própria sociedade.

## **1.8 ADRA contra políticas do meio rural**

*Semanário Económico*

*De 20 de Maio de 2010*

Acção para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA) contrapõe-se às políticas públicas com o Governo, por considerá-las eles laboráveis ao desenvolvimento da população agrária, cuja maioria garantiria a sustentabilidade do mercado interno,

Com efeito, o presidente do conselho da administração da agremiação, Guilherme Santos, sugere uma abordagem metodológica participativa, que leve a população camponesa a falar com propriedade junto de um administrador municipal, ministro ou parlamentar sobre os seus problemas e necessidades, com vista a influenciar os governantes a conceberem políticas que reflectam a realidade do campo.

Na óptica de Guilherme Santos, as políticas públicas implementadas no nosso país ao longo dos anos subalternizavam sempre o meio rural.

Para pôr em prática as suas ideias, a organização não governamental recorre ao princípio de participação baseando-se no lema "trabalhar com e para as comunidades", onde as populações beneficiárias participem de forma activa e em todo o processo.

Para isso, Guilherme Santos aponta quatro diferentes níveis de participação, começando pelo simples acesso à informação, passando para o segundo passo onde as pessoas são consultadas. No terceiro grau, o público-alvo toma iniciativa de apresentar propostas, enquanto no quarto o agente externo e a comunidade dialogam em pé de igualdade.

Para a ADRA, depois dos pressupostos aflorados a participação tem de evoluir para a promoção que leve à existência de organizações gregárias de base, sejam elas associações de camponeses, cooperativas, grupos comunitários até as comissões de pais, para lidar com a problemática de educação e de ensino.

Guilherme Santos avança que a estratégia da ADRA

visa estimular as organizações de base a passarem da gestão informal para formal. A formal, mais virada para dentro, leva a enfrentar as várias fases que conduzem a obtenção de crédito bancário, por exemplo, o que já implica formalização. A este nível, já se exigem alguns documentos fundamentalmente como o bilhete de identidade e um documento reconhecido no notário, obrigando os a passar do empirismo ao processo normalizado.

Na óptica do gestor da ADRA, meio rural ao longo dos anos passou por um processo de discriminação e exclusão, motivado primeiro, pela colonização, depois, pela guerra fratricida que atingiu mais o meio rural.

Por este facto, a ADRA definiu como espaço social e geográfico da sua actuação o meio rústico. Tendo em conta a diversidade de actores no meio rural, desde os grandes fazendeiros que fazem o agro negócio até às famílias produtoras, a ADRA define como prioridade as pequenas famílias que se encontram em situação de exclusão e de pobreza.

Durante os 20 anos da sua existência, a ADRA lida com cerca de 800 grupos sociais organizados em Associações, cujo maior número encontra-se no município da Cahala, província do Huambo, adicionando-se outras cooperativas nas províncias da Huíla, Benguela e Malanje. Incluindo uma parte do norte do Cunene, especificamente no município de Ombanja.

Neste momento, a ONG nacional beneficia de cerca de 300 mil pessoas e tem ainda participações em várias redes como a de educação para todos, a rede terras, vários núcleos de segurança alimentar nas províncias, bem como interage com o ministério da Agricultura nas questões relacionadas com políticas públicas no domínio agrário.

Presentemente as acções da ADRA têm-se centrado mais na intermediação e assessoria das organizações de camponeses no sentido de elas terem acesso aos recursos a partir das instâncias competentes.

No caso do micro-crédito, o gestor da ADRA admite que, por causa das exigências impostas por algumas instituições que cedem o empréstimo, nos últimos 15 anos, motivou o surgimento de algumas organizações viradas à intermediação que fazem a ligação entre o banco e o sector camponês.

## **1.9 Preços altos & barriga vazia**

Agora

*De 29 de Maio de 2010*

António Adão, é enfermeiro de profissão e tem 27 anos, mas encontramo-lo cabisbaixo e cansado, à saída do Hospital Josina Machel, numa dessas tardes de cacimbo: lá dentro, gente amontoada, atendimento péssimo, falta de medicamentos, familiares lavados em

lágrimas a justificar o nome de "Maria Chora" em contraposição a antiga denominação hospital de Maria Pia. Com o seu colega Samuel Santos, de 37 anos, tem os bolsos rotos de um salário de 30 milhões de kwanzas reajustados por mês, gritam contra a subida do dólar a mais de 2,4 milhões, os preços altos das praças. Para eles as medidas governamentais "não deram nada".

Ambos apontam o dedo à má gestão da coisa pública dos governantes como factor que influencia negativamente o custo de vida, gastam mais com a habitação, alimentação, saúde, vestuário e educação. De sindicatos pouco ouvem falar: estão divididos, fragilizados pelo Governo. Os comerciantes; esses "enriquecem na nossa cara, com preços especulativos".

Dos pacotes de medidas do I governo, dizem que só viram coisa ruim até agora: subida do dólar, dos preços dos produtos, dificuldades no acesso ao crédito bancário para iniciar um negócio qualquer ou construir casa própria. É que afinal, eles "não sabiam do financiamento para casas no valor de 250 mil dólares cada uma, a 150 funcionários do Banco Nacional de Angola.

No bairro da Samba, Joana José, é casada e doméstica. Ao seu lado, está uma colega kinguila, escondida do sol e dos "penteadores" da Polícia Nacional, na esquina das traseiras de um prédio na António Barroso. "A vida está cara, o Governo e a UNITA deviam terminar com esta guerra, para a população puder regressar aos campos e reiniciar a agricultura" -falam-nos com certeza de quem lida com dinheiro todos os dias, à espera de clientes sempre afoitos.

Kinguilas de modo de vida, já se habituaram a ineficácia de muitas medidas anunciadas pelo Governo, adiando que, "estas medidas não vão surtir efeitos, porque os executivos é que contrariam as ordens, mesmo a partir de cima".

Desconfiadas do Governo e desapoizadas em casa, vão dizendo que "o que o parceiro ganha não chega para nada e para esperar sentada mais vale aqui, no negócio dos dólares, onde há sempre clientes".

De polícias e militares já sabemos que, de defensores da ordem a pública, se transformaram naqueles indivíduos de farda azul ou verde camuflado, diante dos quais o cidadão tem mais desconfiança e receio do que o vizinho do lado, sentindo-se tão desprotegido como o rato face ao gato. Mas coitados, também sofrem com mais salários.

Castro Neto, agente da polícia I nacional, mora no Sumbe, província do Kwanza Sul e veio passar férias à Luanda. O outro Neto, Salvador, é soldado das FAA destacado no EMG. Para eles, culpada do custo de vida é a guerra. O primeiro ganha 42 e o segundo 32 milhões de kwanzas reajustados. Estão à espera da paz, para o país melhorar mas enquanto isso continuam a morrer nas praças, até que as balas ou obuses os separem.

Ramos Fernando e Guedes Neto, dois jovens com menos de 20 anos, ambos estudam no Mutu ya-Kevela, habitantes do bairro Popular e do Futungo II, colocaram as esperanças nos livros para fugir os magros salários dos pais. Pensam que o "Governo devia apoiar mais o empresariado nacional e pôr a funcionar o Tribunal de Contas à sério".

De igual modo pensam Arnaldo Jacinto, 54 anos, comerciante morador no Rangel e Campos Coxi, empresário de 46 cacimbos, habitante no Palanca. Acreditam no fracasso das medidas do Executivo: repito, no fracasso sim, porque os homens de negócios nacionais não são apoiados e a corrupção afectou os seus programas, alegam.

Nesta safra de entrevistados poucos se safam. Entre eles estão Júlio Paulo, que trabalha nas sondas de petróleo no Soyo, tem 31 anos e mora na Chicala, e João Neves, que está envolvido no projecto Catoca. Sectores privados, onde, com 800 e 400 dólares, respectivamente, conseguem enfrentara vida.

Temos ainda um mar de gente do sector informal, entre kinguilas, biscateiros, vendedores de água, comidas e bebidas, roupas e tarcos, toda a sorte de coisas. Pessoas como a São, uma jovem do norte do norte que quer ser "bizneira", estuda no IMS / Instituto Médio de Saúde, para os que ainda não conhecem aquelas paisagens bonitas, e abriu uma barraca numa feira com a ajuda de parentes e amigas. Para não ter que receber "essa coisa chamada salário", não voltar com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, como

### **1.10 Em 2010 PIB deve 8,6 por cento e a inflação 13 por cento**

*Semanário Factual*

*De 21 a 28 de Maio de 2010*

A alta da inflação continua a ser uns piores constrangimentos para a economia angolana porque vai correndo o poder de compra dos salários, afectando substancialmente a procura agregada.

Por outro lado, leva ao agravamento sistemático da taxa de juros, o que consequentemente encarece o crédito e o endividamento do Executivo no mercado interno. Esses factores acabam por retrain a oferta agregada e estrangular o bom desempenho da economia no que toca à criação de novos empregos e à melhoria na distribuição da renda.

A luta contra a inflação data desde a década de 80 do século xx, num período em que a emissão de moeda no vazio era recorrente, sendo que nos anos 90 a taxa de inflação chegou a ultrapassar os três mil por cento, devido à forte escassez de bens e serviços.

Hoje convive-se com uma taxa de inflação que persiste

em se situar em torno dos 11 por cento e dos 14 por cento, o que representa um calcanhar de Aquiles para a política económica, já que, para todos os efeitos, continua a dificultar a manutenção de determinadas variáveis macroeconómicas.

A expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2010, segundo o Executivo, é de 8,6 por cento, enquanto para o Fundo Monetário Internacional é de 9,5 por cento.

No entanto, a meta de inflação para 2010 deverá fixar-se em 13 por cento, uma taxa que ainda assim permanece alta perante as necessidades de expansão do investimento tanto público quanto privado.

Em 2009, a economia escapou de uma recessão e cresceu 2,7 por cento, mas a inflação foi de 13,99 por cento, um factor que em certa medida forçou a expansão do crédito que n teve uma variação anual li acima dos 50 por cento, d sem contudo se reflectir na expansão das actividades económicas, dado que muitas empresas, com destaque para as do sector d do comércio, se viram frequentemente obrigadas a recorrerem ao crédito de tesouraria para financiar os negócios.

Alguns economistas afirmam acreditar que o financiamento do investimento público através do crédito chinês ajudou a manter a inflação sob carris e pouco acima dos 10 por cento, porque minimizou a pressão interna sobre a procura e a oferta de materiais de construção e dos gastos públicos. Esses factores, em condições normais, estimulariam necessariamente uma espiral inflacionista, dada à escassa oferta interna.

Os economistas, porém, afirmam que a "bolha" imobiliária e a forte demanda por bens de luxo, nomeadamente automóveis, tem vindo a absorver o excesso de liquidez com que a economia convive desde longa data.

A taxa de juros para o crédito em moeda nacional ronda em média os 20 por cento, relativamente acima da inflação, e visa, segundo especialistas, proteger o crédito da corrosão induzida pela inflação, situação que onera cada vez mais o investimento e retrai, nalguns casos, o investimento em sectores como a agropecuária, a pesca e outros devido aos riscos que estas actividades compartam por natureza. Deste modo, a inflação continua a afectar negativamente a política monetária e pouco ajuda na diversificação e expansão da economia.

## 2 MICROFINAÇAS

### 2.1 Angola aberta a experiência de micro crédito

*Jornal de Angola,*

*De 01 de Maio de 2010*

O prémio Nobel da Paz Muhammad Yunus, manifestou, ontem, em Luanda, a intenção de trocar experiências sobre micro-crédito com instituições angolanas.

Muhammad Yunus, conhecido por "banqueiro dos pobres", por ter fundado o Grameen Bank, que empresta dinheiro a milhões de famílias desfavorecidas, sem garantias nem papéis, foi ontem recebido na Cidade Alta pelo Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O Grameen Bank emprestou sete mil milhões de dólares a sete milhões de pessoas pobres. A preferência de concessão de micro crédito, explicou o Nobel, recai sobre as mulheres pobres, que constituem 97 por cento dos 6,6 milhões de beneficiários. Yunus convidou o Vice-Presidente angolano a visitar o Bangladesh, para conhecer a funcionalidade do projecto. "É impossível ter paz com pobreza" afirmou o economista à imprensa, no final do encontro Muhammad Yunus pediu ao Governo angolano que, com os recursos naturais de que dispõe o país, continue a apoiar as camadas mais desfavorecidas da população. O Pai do micro-crédito reuniu-se, ainda ontem, em Talatona, com empresários, intelectuais, estudantes e economistas angolanos, numa conferência em que transmitiu a sua experiência no trabalho de retirar da pobreza as populações carentes.

Na abertura da conferência, a Primeira-Dama de Angola e presidente do Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural, Ana

Paula dos Santos, defendeu a necessidade da concessão de micro crédito às mulheres rurais. Ana Paula dos Santos, disse que as mulheres devem ser a prioridade no apoio social, uma vez que encaram os problemas com maior responsabilidade quando beneficiam de fundos. A Primeira-Dama defendeu a criação de fundos fiáveis, com vista à redução da pobreza e promover a inclusão social, sugeriu a concepção de um modelo de sistema financeiro que permita ao mesmo tempo o rendimento e a melhoria da qualidade de vida das famílias e sublinhou que o micro crédito contribui para a consolidação da paz e a justiça social.

"A prioridade do Comité da Mulher Rural é o apoio às vítimas de minas e aos portadores de deficiências.

Realizamos acções e projectos específicos para um determinado público-alvo", informou. A introdução do programa de micro crédito nas zonas rurais, sublinhou Ana Paula dos Santos, constitui a forma mais viável para reduzir a pobreza e a desigualdade social e é crucial que as instituições criem projectos de criação de negócios nas suas áreas de actuação.

"Existem muitas pessoas que se deslocam do interior para a cidade, à procura de melhores condições de vida. Vamos dar autonomia às mulheres para que possam trabalhar mais perto das suas residências", apelou Ana Paula, sublinhando que a intenção do Comité Nacional é reduzir e acabar com o comércio informal, porque a ausência da mãe do lar prejudica a educação dos filhos e faz perder a noção de família.

Ana Paula dos Santos apelou para uma maior coordenação entre os operadores dos bancos comerciais, organizações não governamentais e instituições governamentais.

### 2.2 Primeira-dama pede fundo para ajudar famílias vulneráveis

*Semanário Económico*

*De 06 de Maio de 2010*

A primeira-dama da República, Ana Paula dos Santos, defende criação urgente de um fundo de micro-crédito. A intenção foi demonstrada durante a apresentação da sua comunicação na abertura da conferência sobre micro-crédito realizada no Centro de Convenções de Talatona em Luanda.

Referindo-se ao objectivo primordial do micro-crédito, a presidente do Fundo Lwini diz ser o melhor método de ajudar as famílias vulneráveis a sair da linha de extrema pobreza. "Introduzindo o programa do micro-crédito, nós estamos a dar simplesmente a cana e a isca para eles próprios pescarem. Por isso, digo, que esta é a forma mais directa de acabarmos com a pobreza e com as desigualdades sociais", disse. Na selecção da população-alvo a primeira-dama diz privilegiar as mulheres, acreditando ser o número maior da sociedade angolana e por ser o suporte da família, tanto nas zonas rurais quanto nas áreas urbanas. Exemplificando, aponta a prática convencional do comércio informal cujas protagonistas são maioritariamente do sexo feminino, as quais elege como as principais candidatas ao programa do micro-crédito. A intenção é de minorar, senão mesmo acabar com este tipo de comércio informal que, acredita, prejudica a saúde desestrutura o núcleo familiar com as ausências constantes das mães no lar, onde as crianças são abandonadas e conseqüentemente via-se perdendo o

conceito de família.

No programa do governo, os beneficiários do microcrédito ficam dispensados de apresentar as tradicionais garantias bancárias. Contudo, criou-se um mecanismo que permite aos bancos se envolverem no negócio que seja atractivo do ponto de vista comercial.

O projecto poderá contar com o concurso de quatro bancos comerciais que já trabalham na área de microcrédito. Os bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Sol são referenciados como parceiros activos do Governo na implementação dos seus programas de microcrédito, virados sobretudo para o meio rural. Crianças são abandonadas e consequentemente via-se perdendo o conceito de família.

No programa do governo, os beneficiários do microcrédito ficam dispensados de apresentar as tradicionais garantias bancárias. Contudo, criou-se um mecanismo que permite aos bancos se envolverem no negócio que seja atractivo do ponto de vista comercial.

O projecto poderá contar com o concurso de quatro bancos comerciais que já trabalham na área de microcrédito. Os bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Sol são referenciados como parceiros activos do Governo na implementação dos seus programas de microcrédito, virados sobretudo para o meio rural.

### **2.3 Chave do sucesso passa pela humanização**

*Expansão*

*De 7 de Maio de 2010*

Este conceito foi defendido pelo economista e Nobel da Paz Muhammad Yunus, que esteve em Luanda numa conferência sobre o microcrédito e respondeu a questões como que fazer para os beneficiários cumprirem as suas obrigações, pois, em Angola, não existe a cultura de pagar os créditos.

"Há sempre uma boa causa humanitária por detrás do não pagamento", disse Yunus.

Durante o colóquio, vários intervenientes geraram um ponto de discussão comum entre os agentes financeiros pressentes vulnerabilidade e insegurança e o incumprimento dos contratos por parte dos beneficiados.

A conjuntura desses factores, aliada aos altos custos na intermediação e à especificidade da natureza dos agentes económicos que compõem a clientela do microcrédito, retarda o desenvolvimento deste sector no País.

A discussão sobre o microcrédito aparenta uma sobrecarga da função simplesmente económica de crédito e uma fonte de benefícios para o desenvolvimento social. O economista

Jaime Martins reiterou que, "na prática, o microcrédito

é um negócio, mas com vertente social".

No entanto, existe um amplo consenso de que bancos comerciais em Angola não têm condições nem orientação, ou interesse, para atender clientes com deficiências de garantias habituais. Os bancos carecem de preparo, instrumentos e até licença formal para avaliar os riscos de forma diferente dos esquemas preestabelecidos, que têm como objectivo principal uma avaliação objectiva dos riscos do crédito; enquanto a avaliação do risco do microcrédito se apoia amplamente em parâmetros subjectivos devido à sua vertente social.

Mas, para o Nobel da Paz, esse factor passa pela criação de parcerias com condições de acesso aos diversos serviços financeiros e micro-empresendimentos com cobertura ampla e sustentabilidade operativa e financeira para que possam apoiar os vários projectos ligados ao microcrédito.

Neste sentido, o "papel estratégico" do crédito deve ser visto como um instrumento de apoio; não implica concluir que só ele basta, para garantir o sucesso do empreendimento. "Recomenda-se conduzir pesquisas contínuas da procura, diversificar produto, fazer campanha de difusão e aplicar incentivos para gerar uma actuação dinâmica dos agentes de crédito", afirmou Muhammad Yunus.

Para outros presentes ficou a observação de que a sustentabilidade operativa e financeira de qualquer serviço financeiro em Angola só pode ser alcançada se este serviço estiver ligado ao mercado financeiro formal. De outra maneira fica com uma vulnerável dependência da benevolência pública, neste caso o reembolso do crédito. Portanto, a integração dos programas de microcrédito nas estruturas do mercado financeiro formal pode garantir uma sustentabilidade financeira, porque só o mercado financeiro tem fontes de refinanciamento ilimitadas.

A visita de Mahammad Yunus a Angola serviu também para reiterar o empenho que o Executivo tem apostado no desenvolvimento deste conceito no País e, segundo Manuel Júnior, Ministro de Estado e da Coordenação Económica, "o microcrédito é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da economia e uma estratégia-chave na reconstrução de laços sociais bem como na melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas".

Ate à data, este tipo de crédito em Angola já concedeu mais de 12 milhões USD e tem uma taxa de reembolso de 94%.



## **2.4 Camponeses de Ekunha beneficiam de micro-crédito**

*Jornal de Angola*

*De 24 de Maio de 2010*

Quatrocentas e 20 camponesas da comunidade de Kalia-brigo, município do Ekunha, província do Huambo, beneficiaram sexta-feira de um micro-crédito da Organização Não-governamental americana Visão Mundial, para aumentar a produção agrícola local.

O micro-crédito está avaliado em um milhão de kwanzas, cabendo a cada beneficiária um valor que varia entre 25 a 30 mil kwanzas.

Em declarações à Angop, a responsável de programas de desenvolvimento económico da organização Visão Mundial, Ana Paula

Alves, disse que o micro-crédito vai permitir o aumento de áreas de cultivo, promovendo pequenas actividades comerciais para a sustentabilidade das famílias.

Adiantou que o reembolso começa dentro de 90 dias, a contar da data de concessão do crédito.

De acordo com Ana Paula Alves, este ano a sua organização pretende aumentar o número de beneficiários para mil camponesas e negociantes, localizadas em 12 aldeias do município da Ekunha. Em 2009, a Visão Mundial distribuiu micro-crédito a 612 camponesas e negociantes do município da Ekunha

## 3 MERCADO INFORMAL

### 3.1 Lavagem de viaturas sustenta famílias

*Jornal de Angola*

*De 5 de Maio de 2010*

Lavar viaturas é, para muitas famílias, um meio de sobrevivência. A actividade está a generalizar-se na cidade do Huambo e arredores e é exercida, na sua maioria, por jovens que, na corrida pela procura de sustento, não escolhem local, nem hora.

Apesar de haver estações de serviço legalizadas na cidade, muitos proprietários de viaturas recorrem a lavadores ambulantes, por estes cobrarem mais barato e serem mais rápidos.

Os jovens, e até mesmo adolescentes, dizem que não têm outra ocupação, necessitando por isso de lavar carros para ganhar dinheiro. Com esse fito, improvisam locais, organizam-se em grupos e passam à acção em qualquer lugar. Muitos fazem-no em plena via pública, transgredindo os apelos da administração municipal, que proíbe a lavagem de carros nas estradas e ruas da cidade.

Na cidade do Huambo, são largamente conhecidos os locais onde a qualquer hora são encontrados jovens lavadores de viaturas.

As imediações dos riachos do Kalohumbula, Calombringo, Lagoa da "Finol", próximo do antigo jardim zoológico são os mais conhecidos e qualquer interessado pode deslocar-se àqueles sítios para lavar a viatura.

Jacinto Samessele foi abordado pelo Jornal de Angola quando chegava à lagoa da Finol com a sua viatura. Disse preferir lavar o carro naqueles locais porque os jovens que ali trabalham prestam um serviço imediato, com alguma eficiência e a preços baixos.

Apesar de reconhecer que são locais ilegais, sustentou que as estações de serviço da cidade nem sempre prestam serviços condignos, sobretudo no cumprimento dos horários. David Catito, que se encontrava ao volante de um caminhão, adiantou que mandou lavar a sua viatura por mil kwanzas. "É um preço razoável, em comparação com os praticados nas estações de serviço", rematou.

Francisco Geraldo lava automóveis e ciclomotores no rio Kalohumbula desde a morte dos seus pais, há nove anos. Com 19 de idade, Geraldo dedica-se a esta actividade para sustentar a família, incluindo a esposa, filhos e avô. A falta de apoio, levou-o a deixar de estudar há três anos. O valor que ganha chega apenas para o consumo de casa, afirma. "Tenho enfrentado muitas dificuldades, quando alguém está doente,

porque o valor chega apenas para o consumo diário", frisou o jovem.

Tomás Kassoma, de 13 anos, frequenta a 5ª classe, na escola do ensino primário nº42. Afirma que consegue conciliar os estudos e a lavagem de viaturas com muito sacrifício, mas esta é a sua única fonte de rendimentos para ajudar a custear os estudos.

Kassoma, residente no bairro das Cacilhas, explica que teve a iniciativa de lavar automóveis para ajudar a mãe, separada do pai por razões que desconhece.

Há quatro anos que lava carros, por falta de apoio do pai, que se encontra envolvido numa outra relação, disse o jovem.

### 3.2 Contrabando atrai pessoas para a fronteira

*Jornal de Angola*

*De 5 de Maio de 2010*

Oshikango é uma pequena localidade namibiana de Oshakati, que se encontra nos limites da fronteira Sul angolana, junto da comunidade de Santa Clara, a 10 quilómetros da sede do município de Namacunde e a 35 de Ondjiva, a sede provincial do Cunene. Oshikango alberga um dos mais destacáveis centros comerciais entre os bens frequentados por angolanos.

E quarta-feira, 14 de Abril, o céu está aberto e o sol abrasador. Cerca das 9 horas da manhã, entramos no epicentro de Oshikango, com o propósito de explorar as subtilidades que envolvem os negócios transfronteiriços entre Angola e a Namíbia. O movimento comercial, apesar de o dia ainda ser uma criança, é de arrepiar, o que dá excelentes motivos para não nos ressentirmos do cansaço da viagem aérea iniciada em Luanda, às 6h10. De Luanda a Ondjiva, o voo leva aproximadamente uma hora e 20 minutos e de Ondjiva a Santa Clara, por terra, o percurso é feito em meia hora, devido ao actual estado menos bom da estrada.

Uma vez em Oshikango, o importante é arregaçar mangas e pesquisar, de loja em loja, o mercado à vista. Todas as áreas comerciais são de carácter grossista e a retalho, e nós, dois curiosos e novatos "comerciantes", impomos-nos na inquirição de preços. Para já, não é de bom-tom os comerciantes locais engolirem esta pesquisa de preços, razão pela qual se aconselha prudência aos que visitam o centro comercial de Oshikango pela primeira vez. A vista desarmada, tudo funciona em perfeitas condições. A preciosidade é mais visível na quantidade de pessoas que transpõem a fronteira comum entre as 8 e 18 horas. São centenas de angolanos que, todos os dias, atravessam a raia mais de vinte vezes, quer para comprar bens de consumo imediato, quer para transaccionar mercadorias com fins particulares ou comerciais. Há quem sustente que a vida dos habitantes de Santa Clara depende em grande

parte de Oshikango

O movimento na fronteira, separada apenas por nada mais que cinco metros, assemelha-se à actividade de um formigueiro. Pessoas de baixos e altos rendimentos cruzam vezes sem conta a fronteira e, enquanto uns se juntam com esse fim, outros preferem discrição ou completa privacidade. Nesse entrosamento social, os repórteres tropeçam em duas características distintas de transacção mercantil. Há os que se juntam com a finalidade de encontrarem formas cómodas de fuga ao pagamento de impostos e, também, aqueles que preferem prudência nos seus negócios, procurando, com isso, a travessia segura da mercadoria, mediante o cumprimento dos critérios aduaneiros e de legalidade fiscal. Estes últimos, dificilmente caem na mira de quem os pretende burlar.

#### Ilegalidade disfarçada

Distinguir, no local, comerciantes de negociantes é soberbamente fácil, tal como o é divisar o residente do visitante, ou o ocasional "turista" do comerciante. Apesar dessa vantagem, no campo da fiscalidade não é tão fácil destrinçar qualquer uma das categorias.

A ilegalidade fiscal e, consequentemente, o contrabando, têm a mesma morada. Qualquer um pode optar pela legalidade (pagamento de impostos aduaneiros) ou pela ilegalidade (fuga) fiscal. O quadro fronteiriço é bastante favorável a que qualquer uma dessas operações se processe sem sobressaltos. Em resumo, o Posto Fronteiriço de Santa Clara é uma bolsa com vários furos. Dois admiráveis motivos que sustentam o furo na fronteira comum consistem na circulação de pessoas e na transacção de mercadorias. Aliás, somente a fronteira estabelecida entre os dois Estados separa as pessoas. De resto, a festa é só uma. Cultura, hábitos, costumes, vicissitudes, entre outros factores lógicos e sociais, unem os "dois" povos do Sul de Angola e do Norte da Namíbia. Entre aspas o dois, porque aquele povo é único kwanhama confrontado apenas com a "desvantagem" de lidar com duas línguas diferentes - o português e o inglês - simultaneamente, e a comunicar-se, em caso de necessidade extrema, apenas no idioma que o une, a língua nacional kwanhama, a maior identidade cultural da região e, certamente, o maior obstáculo para a rigorosa fiscalização da fronteira comum.

#### Furos na fronteira Santa Clara/Oshikango

O furo na fronteira Sul é um álibi para o contrabando. Para dar suporte a essa convicção, entramos em cena simulando-nos comerciantes. Atingimos o núcleo dos transeuntes transportadores de mercadorias, onde a oferta é o maior incentivo de quem busca amealhar

algo a qualquer preço, promovendo o contrabando.

Por cada despesa de cem dólares, a pessoa que quer fazer passar a sua mercadoria, à margem dos direitos aduaneiros, paga ao transportador cem rands. Maioritariamente, esses trabalhadores são senhoras com crianças nas costas e velhas. Por questões óbvias, elas necessitam de maior protecção do que qualquer outro cidadão, razão pela qual não são importunadas quando levam consigo uma ou duas colchas do mais alto requinte e preço.

Por força disso, essas operadoras procedem à evacuação de qualquer mercadoria com uma rapidez e naturalidade invejável, que apenas deixa a Polícia Fiscal e os Oficiais Aduaneiros a verem navios em terra. A provar essa eficácia, efectivamos uma primeira compra de 1.200 dólares norte-americanos. Disponíveis estavam várias dezenas de pessoas, mas o esquema interno também tem ordem e direcção. Domingas Florença está no comando e selecciona apenas cinco pessoas para a operação. Os dois curiosos "comerciantes" ficam pasmados e interrogam como essas cinco pessoas seriam capazes, sozinhas, de transportar 57 bolsas de mosquiteiros especiais, 12 ventoinhas de quarto, oito lençóis de luxo, outros tantos lençóis de classe e oito cobertas, em apenas duas horas. A resposta não se faz esperar e os dois curiosos "comerciantes" são convidados a manterem-se calmos.

A fronteira abre às 8 horas da manhã e fecha às 18 horas. Eram 16 horas e as senhoras apenas tinham uma hora e meia para evacuar a mercadoria. Tudo tinha de ser rápido. Por força do destino, uma conhecida amiga aceita acolher a mercadoria em território angolano, mas não aceita expor-se ao jogo, por razões profissionais. Essa oportunidade dá grande esperança aos repórteres, mas o tempo estava cronometrado a desfavor. Saindo do outro lado da fronteira, corria-se o risco de não se conseguir regressar. Assim, inviabiliza-se a possibilidade de acompanhar o percurso integral da mercadoria. No entanto, um dos repórteres arrisca-se a um primeiro movimento, o que permitiu ficar a saber onde as coisas deviam ser depositadas.

Escassos minutos foram suficientes para perceber o nível de sabedoria e de eficácia com que é contrabandeada a mercadoria na fronteira. A maioria transita a fronteira sem passaporte. Nisto está tudo facilitado. Um papel, espécie de guia de marcha, dá para tudo. Já foi dito que ali o movimento se parece ao de um formigueiro e que tal facto impossibilita o controlo real de quem passou agora com um lençol, quem está a repetir a mesma operação poucos minutos depois, ou quem está a passar com a mesma mercadoria pela décima vez. As condições são tão propícias, que permitem, a qualquer arrojado, carregar um camião, com qualquer tipo de mercadoria, em tempo real.

Depois do aventurado teste inicial, foi decidido não

mais passar a fronteira àquela hora, para uma segunda experiência. A proeza foi adiada para o dia seguinte.

Já sem a possibilidade de acompanhar a evacuação da mercadoria, surge o segundo risco: a possibilidade de se ficar sem ela, no mesmo espaço de tempo. A paciência confiou na honestidade das trabalhadoras, mas isso não dava garantias reais, já que a encomenda, principalmente os lençóis, estavam a ser desfeitos das suas bolsas, enrolados na cintura, como se de pano se tratasse, e reembalados numa outra condição, o que altera todas as características de fábrica.

Talvez para o comerciante sejam "ossos do ofício". Mas para um novato negociante, agora sim, havia razões suficientes para se pensar em prováveis benefícios ou prejuízos dessa operação, pois a mercadoria reembalada já não é a mesma.

No fim de contas, a mercadoria sofre todos os defeitos do comércio real: falta de qualidade na apresentação, sujidade e riscos de nódoas. Aí, a mão vai à cabeça. Porém, o negócio está fechado e não é renegociado, sob pena de o negociante cair nos braços dos delinquentes que, mesmo não sendo vistos nas redondezas, acompanham essa rede de mulheres e são os primeiros a incentivarem a fuga ao fisco, sob pretexto de as Alfândegas estarem a cobrar metade do valor da compra.

Além disso, esses jovens são os portadores dos valores monetários, cobrados implicitamente para aliciar a Polícia Fiscal ou os técnicos aduaneiros. Segundo avançou o jovem Miguel J Damara, em caso de qualquer perturbação a quem carrega a mercadoria, "nós cobrimos esse valor e assim deixam a pessoa passar".

Normalmente, esse esforço monetário varia entre três mil e seis mil kwanzas. Acima disso, o dono da mercadoria tem o dever de também dar a "gasosa" a esse "segurança mercantil", pelo seu esforço na operação.

O valor é negociado em 2.500 kwanzas por cada pessoa, numa operação em que, no mínimo, entram obrigatoriamente em acção dois indivíduos que se comunicam facilmente com a mímica por si criada.

Adicionados todos os elementos reportados, aparece o primeiro contrapeso do contrabando mercantil: 1.200,00 dólares (compra de mercadoria) mais 1.200,00 rands (aproximadamente 175 dólares, para o transporte) mais 4.500,00 Kz (Polícia Fiscal) mais 5.000,00 Kz (gratificação do segurador).

A partida, o somatório é confortável, se comparado aos argumentados 50 por cento cobrados como impostos pelas Alfândegas. Mas a pesquisa estava no início e o sonho, agora, era mergulhar nas expectativas traçadas para a manhã de sexta-feira, 16. Para já, a viagem ainda não terminara e apenas estávamos no segundo dia.

### **3.3 Lavagem de viaturas sustenta famílias**

*Jornal de Angola*

*De 5 de Maio de 2010*

Lavar viaturas é, para muitas famílias, um meio de sobrevivência. A actividade está a generalizar-se na cidade do Huambo e arredores e é exercida, na sua maioria, por jovens que, na corrida pela procura de sustento, não escolhem local, nem hora.

Apesar de haver estações de serviço legalizadas na cidade, muitos proprietários de viaturas recorrem a lavadores ambulantes, por estes cobrarem mais barato e serem mais rápidos.

Os jovens, e até mesmo adolescentes, dizem que não têm outra ocupação, necessitando por isso de lavar carros para ganhar dinheiro. Com esse fito, improvisam locais, organizam-se em grupos e passam à acção em qualquer lugar. Muitos fazem-no em plena via pública, transgredindo os apelos da administração municipal, que proíbe a lavagem de carros nas estradas e ruas da cidade.

Na cidade do Huambo, são largamente conhecidos os locais onde a qualquer hora são encontrados jovens lavadores de viaturas.

As imediações dos riachos do Kalohumbula, Calombringo, Lagoa da "Finol", próximo do antigo jardim zoológico são os mais conhecidos e qualquer interessado pode deslocar-se àqueles sítios para lavar a viatura.

Jacinto Samessele foi abordado pelo Jornal de Angola quando chegava à lagoa da Finol com a sua viatura. Disse preferir lavar o carro naqueles locais porque os jovens que ali trabalham prestam um serviço imediato, com alguma eficiência e a preços baixos.

Apesar de reconhecer que são locais ilegais, sustentou que as estações de serviço da cidade nem sempre prestam serviços condignos, sobretudo no cumprimento dos horários. David Catito, que se encontrava ao volante de um caminhão, adiantou que mandou lavar a sua viatura por mil kwanzas. "E um preço razoável, em comparação com os praticados nas estações de serviço", rematou.

Francisco Geraldo lava automóveis e ciclomotores no rio Kalohumbula desde a morte dos seus pais, há nove anos. Com 19 de idade, Geraldo dedica-se a esta actividade para sustentar a família, incluindo a esposa, filhos e avô. A falta de apoio, levou-o a deixar de estudar há três anos. O valor que ganha chega apenas para o consumo de casa, afirma. "Tenho enfrentado muitas dificuldades, quando alguém está doente, porque o valor chega apenas para o consumo diário", frisou o jovem.

Tomás Kassoma, de 13 anos, frequenta a 5ª classe, na escola do ensino primário n042. Afirma que consegue

conciliar os estudos e a lavagem de viaturas com muito sacrifício, mas esta é a sua única fonte de rendimentos para ajudar a custear os estudos.

Kassoma, residente no bairro das Cacilhas, explica que teve a iniciativa de lavar automóveis para ajudar a mãe, separada do pai por razões que desconhece.

Há quatro anos que lava carros, por falta de apoio do pai, que se encontra envolvido numa outra relação, disse o jovem.

### **3.4 Hospital Militar transformado em mercado ambulante**

*Semanário Agora*

*De 8 de Maio de 2010*

Para quem entra pela primeira vez é capaz de ficar escandalizado ao parar que os carros do transporte de medicamentos e outros acessórios hospitalares transforma-se em meios de transporte pães, bolachas, bolos, asas, sumos e outras iguarias a vender.

Segundo a fonte do AGORA, ás condições em que se encontra o refeitório e outras unidades de apoio aos trabalhadores daquele hospital estão na base do surgimento de um grupo de oportunistas em colaboração com o director-geral para "espoliar" os doentes e seus acompanhantes.

Não se trata da falta de alimentação interna distribuída aos pacientes. "Fiquei espantando quando vi duas meninas com o uniforme do Salgadinho da Esquina a empurrarem o carro e junto de um balde de lixo hospitalar montarem a sua bancada no interior do hospital, ali junto das consultas externas", disse a nossa fonte, acrescentando que a pastelaria é uma firma ligada à família do brigadeiro Mário Conde que reponde pela direcção.

Em função dos preços praticados, o pessoal clínico atribuiu à montra dos comestíveis o nome de "Lundas", um atributo que reflecte o quanto caros são os produtos vendidos.

Estamos lembrados, que num passado recente, "Lundas", era a zona do país em o que custo de vida era calculado em 400% do salário mínimo do país que, a partir de Junho próximo, poderá atingir a fasquia dos 9 mil kwanzas

Não se trata de repudiar o negócio mas, de acordo com testemunhas, é um atentado sério à saúde pública porque os alimentos têm contacto directo com os pacientes transportados em macas ou carros de rodas, alguns com diagnóstico de tuberculose, uma doença 100% contagiosa, mas os gestores do hospital nada fazem ou fingem que nada se passa.

São inúmeras as reclamações em que se juntam também os finalistas do curso de medicina, em regime de estágio, que muitas vezes são obrigados a recorrer aos serviços da pastelaria, nos corredores das naves ou no

bloco dos laboratórios.

Mesmo que se entenda como um auxílio aos serviços hospitalares, a venda de alimentos nos corredores retira a credibilidade sanitária que o país procura construir mesmo com instalações que ainda não são das mais exigíveis, para os padrões internacionais.

Estima-se que cerca de 10 vendedoras ambulantes, afectas à pastelaria comercializam alimentos como cachorro-quente, pastéis, sumos, pipocas e outros inúmeros salgados nos corredores do hospital que também recebe alunos finalistas da faculdade de Medicina.

Perigo à solta. Ninguém conhece a qualidade destes alimentos, país nem mesmo a Direcção Nacional de Saúde Pública consegue fiscalizar naquele espaço sanitário ou noutros, exigindo um serviço sério e higiénico para evitar doenças a partir destes alimentos, vendidos de qualquer forma e muitos deles já fermentados devido ao mau acondicionamento.

A inspecção não tem rotina, os fiscais da Saúde poderiam vistoriar outros locais como os refeitórios, lanchonetes ou farmácias nos hospitais. A intenção é de manter uma equipa para fiscalizar especificamente a venda de alimentos dentro das unidades sanitárias", disse um técnico de laboratório.

Ao ser manipulado ao ar livre, o alimento sofre influência de factores externos como poeira e fumo ou outros seres inorgânicos que circulam com o ar que respiramos", notou.

Outro factor preocupante é que em relação à maioria dos ambulantes não se sabe quem os licenciou ou se têm carteira sanitária obrigatória no exercício desta actividade.

Nos últimos 8 anos o país ganhou várias infra-estruturas para o sector da Saúde, mas a falta de pessoal qualificado para a gestão das mesmas continua "um bicho de 7 cabeças" para as autoridades.

É caso da clínica Girassol que por falta de mão-de-obra qualificada suspendeu os serviços da incubadora e acompanhamento de mulheres que apresentam gravidezes de risco...

Com os problemas de saneamento que se conhecem na cidade, onde as doenças tropicais são a bandeira é comum assistir lamentavelmente, defronte aos hospitais, para além do já referenciado, Geral de Luanda, Pediatria David Bernardino e Américo Boavida pessoas a venderem alimentos e refrigerantes.

Estes mercados, criados para facilitar os familiares dos pacientes, em caso de necessidade de adquirir qualquer produto para se alimentarem, também servem de apoio ao pessoal técnico que labuta nestes hospitais.

o fenómeno. A venda ambulante nas imediações das unidades hospitalares cresceu até ao tutano.

"Não se trata de pedir que sirvam comida às pessoas que ali ficam dia e noite à espera das notícias dos seus

parentes, mas uma estrutura que ofereça serviços para assistência alimentar a baixos preços", sublinhou outra fonte.

É comum, no entanto, encontrar trabalhadores da Saúde reclamando por um refeitório interno para que a venda de produtos alimentares, sobretudo perecíveis, seja banida dos hospitais e proximidades, desde que os preços sejam justos sem prejudicar os compradores.

Em Luanda, que nos últimos tempos conheceu o crescimento da degradação dos serviços de saúde, é comum, no entanto, assistir-se cidadãos ávidos do ganha-pão para o sustento da família procurem os hospitais para vender alimentos.

Procuram adequar-se às novas formas de serviços, em função do crescimento da procura no mercado, onde os serviços são valorizados e fazem a diferença na hora do paciente escolher onde ficar, mas é preciso que se aposte na qualidade dos recursos humanos.

Essa mudança de paradigma faz com que os cuidados com a saúde deixem de ser definidos simplesmente pelo tratamento médico em si, e passem a integrar também a manutenção do bem-estar dos pacientes, com o atendimento diferenciado e personalizado.

1/ Alguns hospitais têm toda a estrutura e serviços, mas não é preciso ter tudo isso, basta que a pessoa tenha boa percepção dos serviços. O lado humano é o que conta e as pessoas guardam na memória. O hospital precisa de ser capaz de atender as necessidades pessoais dos seus pacientes. O conceito de hospitalidade está baseado em serviço, não em luxo", referiu o interlocutor.

Todavia, é uma visão tão diferente que muitas unidades acham que o conceito não se aplica a eles. Contudo, mesmo

hospitais públicos e voltados para pacientes de baixa renda podem trabalhar com hospitalidade, uma vez que é um conceito construído sob a percepção das relações pessoais entre os funcionários do hospital e o doente, e não sobre o luxo e oferecer o mínimo de serviços também para as famílias destes.

Há que destacar que para evitar a circulação de alimentos nos corredores dos hospitais as clínicas privadas optaram em reservar copas para o atendimento ao público ou mesmo para pacientes que vão às consultas.

Não seria demais, no entanto, que a direcção do hospital Militar criasse um espaço, onde os utentes pudessem comprar, ao invés de se usar os corredores como naves dos vendedores.

### **3.5 Vendedores querem espaços seguros**

*Semanário Factual*

*De 14 de Maio 21 de 2010*

O Adão da Costa, de 40 anos de idade e a trabalhar no mercado dos Kwanzas assegurou ao Factual que "as condições em que se encontram diversos fármacos tradicionais não são desejáveis e, apesar da sua resistência ao sol, necessitam de um espaço condigno para conservação temporária e para nós vendermos sem grandes constrangimentos".

O tradicionalista avançou que, para alguns fármacos, quanto mais estiverem expostos ao sol melhor para a sua estabilidade e consumo, "mas o que pedimos não é uma casa fechada com ar condicionado nem condições acima do normal. É somente um corredor de venda onde os medicamentos possam ser guardados e vendidos sem termos que remove-los diariamente do chão ou cobri-los sem a segurança devida".

No mercado dos Kwanzas a maior parte dos vendedores têm os seus produtos sobre as bancadas, possibilitando que os medicamentos não fiquem deteriorados com a água da chuva ou esgotos abertos que escorrem diariamente naquele local.

No Roque Santeiro e no mercado do Kicolo, os fármacos tradicionais estão expostos sobre pequenas pedras, enquanto outros medicamentos estão sobre sacos improvisados no chão, pernoitando todos os santos dias sem que alguém os venha roubar, pois os vendedores ainda mantêm a confiança na guarda dos mercados.

O mercado dos Kwanzas comporta mais de 60 bancadas de fármacos tradicionais, 49 no mercado do Kicolo e 137 no segt11do maior mercado de Africa, o Roque Santeiro.

Nangundo, Ucali, Cacati, Lusanjo, Eucalipto, Missanhi, Kimuinga, doce-doce, Mbrututo e outros fármacos tradicionais, são vendidos a centenas de cidadãos que os têm como segunda fonte de cura das suas doenças.

Para Ana Mendonça, de 39 anos de idade, natural de Malanje, os produtos têm a proveniência nas cidades de Malanje, de Cabinda, de Caxito, do Kuito, de Benguela, do Namibe, do Lubango e do Uíge, onde diversos produtores possuem lavras de pequenas dimensões.

"Consoante as necessidades do paciente, nós pegamos os fármacos das lavras e receitamos como deve tomar ou consumir. Ainda que a pessoa tiver asma, impotência sexual ou problemas em engravidar, temos soluções para estes males", sugeriu.

Os vendedores de medicamentos tradicionais pedem, por isso, aos responsáveis dos mercados, ajuda no sentido de adquirirem espaços onde possam vender e conservar os seus produtos em segurança

### **3.6 Administração municipal da Ingombota interdito o largo da Nzinga Mbandi**

*Jornal de Angola*

*De 18 de Maio de 2010*

Um seminário sobre plano estratégico, plano de desenvolvimento institucional e plano de actividades do Ensino Superior na República de Angola decorre a partir de hoje, em Luanda, numa iniciativa do Grupo Pitabel em parceria com a empresa Consulting Trading Corporation.

Este evento, que vem reforçar outro do género realizado pela Secretaria de Estado do Ensino Superior, há cerca de seis meses, tem como objectivos planificar o desenvolvimento institucional de todas as Universidades nas áreas pedagógica, científica e administrativa.

Os realizadores do seminário anunciam que o secretário de Estado do Ensino Superior, Adão do Nascimento, fará a abertura do certame.

A administradora municipal da Ingombota anunciou no domingo a decisão de interditar, parcialmente e por tempo indeterminado, o largo defronte à escola do 1 ciclo Nzinga Mbandi, por alegadas denúncias da prática de actos anti-sociais naquele local.

Susana de MeIo esclareceu à Angop que a decisão teve por base várias reclamações e denúncias de munícipes residentes nos arredores, da direcção da escola e dos estudantes, principalmente no período nocturno. "Ao longo de algum tempo, o largo tem sido utilizado para a venda ilegal de bens alimentares, vestuário, bebidas alcoólicas, viaturas, tráfico de drogas, entre outros", especificou. A administradora denunciou ainda que o recinto também tem sido um antro de prostituição, esconderijo de delinquentes, bem como um ponto de lavagem de carros e de poluição sonora, causada pela música que sai das viaturas dos frequentadores do largo. "Estes actos têm perturbado o sossego dos moradores do chamado prédio Iº de Maio e as aulas na instituição escolar. Além I de que transeuntes e viaturas são assaltados", prosseguiu. A administradora Susana de MeIo divulgou que foi montada no recinto uma esquadra de polícia móvel e também foram destacadas brigadas de fiscalização do município.

Em relação aos vendedores de artigos diversos que estão legalizados, a administradora esclareceu que os mesmos passarão a exercer a sua actividade no chamado largo da Família.

Os indivíduos que infringirem esta decisão serão responsabilizados de acordo com a Lei das Transgressões Administrativas em vigor, e em caso de reincidência proceder-se-á ao devido encaminhamento para o Tribunal Municipal da Ingombota.

Esta não é a primeira vez que se tomam medidas administrativas e até policiais para pôr cobro a ações de vandalismo e outro tipo de práticas menos recomendáveis no largo da escola Nzinga Mbandi. É opinião comum que aquele local, que devia servir saudavelmente aos alunos da escola.

### **3.7 Incêndio deixa mais de 300 famílias na miséria**

*Semanário Factual,*

*De 21 a 28 de Maio de 2010*

Entre as mercadorias destacam-se mobiliários domésticos, como camas, janelas, portas, frigoríficos e caixas térmicas, latas de tinta, cal, material de construção, cabos eléctricos e outros equipamentos.

De acordo com os moradores mais próximos do mercado, o incêndio foi causado pelos vendedores do mercado que sempre deixam fogo ao se retirarem, o que foi aproveitado por vândalos para, a todo o custo, usurparem algo aos vendedores.

Segundo Nicolau Bento, de 30 anos e morador do mercado Roque Santeiro, "tudo começou com uma simples fumaça, por volta das 17 horas, tornando-se em chamas incandescentes 45 minutos depois".

Henriqueta Daniel, de 40 anos de idade, fez saber ao Factual que perdeu trinta latas de tintas diversas avaliadas em dez mil e quinhentos dólares e confessa nada mais poder fazer senão ficar em casa.

Segundo ela, os filhos deixarão de estudar, pois nem um centavo tinha guardado na sua conta bancária.

Margareth da Cruz e Sofia Ramos, moradoras em Viana e vendedoras há 18 anos, afirmaram terem perdido, cada uma, mil dólares e 500 peças de roupa que guardavam entre os materiais de venda.

"É um hábito generalizado guardar dinheiro nas nossas bancadas, mas para essa desgraça nunca pensamos", referiram.

O Factual apurou que o dinheiro perdido era também pertença de outras vendedoras, dado que fazem parte de um grupo de dez pessoas que praticam "Quixiquila".

"Tenho seis filhos para criar, sou viúva e nestas condições não terei soluções, nem se quer dinheiro tenho para voltar a Malanje", lamentou.

Para Idalina Valente, de 39 anos de idade, além de ter esquecido as compras para a viagem marcada para 26 de Maio, perdeu os seus documentos: passaporte, bilhete de passagem de ida e volta e outros documentos do mercado, como o passe que lhe servia de garantia como vendedora. De acordo com Francisco Miguel, coordenador do maior mercado a céu aberto de Angola, desconhece a origem do fogo mas garante tudo estar pronto para a identificação daqueles vendedores que perderam a sua mercadoria em caso de reclamações

de espaços de venda, desde que perfeitamente identificados.

É de salientar que o incêndio aconteceu cinco dias depois de o administrador comunal do Sambizanga, David da Costa Júnior, ter anunciado a transferência dos vendedores do mercado Roque Santeiro para o Panguila, no município de Cacucaco, em Junho próximo. O Roque Santeiro é fruto da desagregação, nos finais de 1986, dos mercados Brinca na Areia, Calemba, Cala Boca e Tira Biquíni. Antes era usado como uma pensão a céu aberto para os deslocados da guerra fratricida que assolou o país.

### **3.8 Últimos suspiros do Roque Santeiro**

*Semanário A Capital*

*De 22 a 29 de Maio de 2010*

A transferência do mercado Roque Santeiro para a zona do Panguila, em Cacucaco, está a gerar algum alarido e descontentamento no seio dos vendedores.

«Sabemos que está para breve a nossa transferência para o Panguila. Mas até agora, ninguém nos informou como serão distribuídos os lugares, embora já nos tenham pedido duas fotografias, cópia do bilhete de identidade e dois mil kwanzas para o cadastramento», começou por referir Dona Teresa, vendedora de roupa há mais de 5 anos. Segundo ela, os documentos foram entregues aos fiscais da Administração do mercado no ano passado.

«A meu ver, a transferência deveria ser no mês de Janeiro, porque no meio do ano vai complicar a vida dos vendedores, uma vez que têm dinheiro em mãos de clientes, além de termos créditos de alguns comerciantes», manifestou.

Vendedora de bebidas é Maria Amélia. Nos cálculos dela, o número de vendedores do

Roque Santeiro é superior, comparativamente com os lugares ou espaços disponíveis no mercado do Panguila.

«As minhas colegas que foram ver o espaço, disseram que o espaço é insuficiente para albergar os vendedores daqui», contou, não deixando de chamar atenção para o facto de esta medida vir a aumentar o número de zungueiras nas ruas de Luanda.

«O Panguila é muito distante para todos, não só para os vendedores, como também para os compradores. Nós, por exemplo, vendemos cerveja e não acho que alguém vai sair daqui para ir beber uma cerveja no Panguila», ironizou.

Desconfiados por poderem vir a ficar no olho da rua, estão, igualmente, as mulheres que vendem comida pronta a consumir. Uma delas é Benvinda Mendes, possuidora de uma barraca no Roque.

«Além do espaço ser insuficiente, no Panguila não tem

lugar para nós vendermos comida feita. Só para terem uma ideia: já há pessoas a vender no Panguila, mas os vendedores do Roque Santeiro ainda não foram transferidos», queixou-se, acrescentando que, no Roque, os vendedores servem-se das casas nas proximidades do mercado, que utilizam para guardar a mercadoria, o que, de acordo com ela, no Panguila não há.

«As câmaras frigoríficas que estão lá não serão para nós. Na reunião que tivemos quando fomos ver o mercado, disseram que os frigoríficos são da Arosfran e da Cabiri», reforçou.

O que será dos jovens biscateiros?

A dão Nascimento, outro vendedor do Roque que falou a este jornal, está preocupado com o desemprego a que estarão sujeitos centenas de jovens, hoje ocupados neste poderoso mercado ao ar livre.

O Governo, em sua perspectiva, deve estar preparado para dar emprego a estes Jovens.

«Muitos jovens residentes do Sambizanga e noutros pontos de Luanda deixaram a delinquência, para fazerem qualquer coisa aqui no mercado. As bancadas que são usadas pelos vendedores são propriedade dos jovens, inclusive a energia no interior dos mercados. Não sei o que será deles, quando transferirem o Roque para o Panguila», lamentou, sublinhando a que no caso dele, não sabe se terá aderência de clientes. Entre o saudosismo e a ansiedade por um futuro misterioso, Inês Femando que comercializa bens alimentares, pensa que ao invés de os governantes se preocuparem com o Roque, «deveriam dar maior atenção às obras inacabadas e às pessoas abandonadas nas tendas».

«Luanda tem muitos problemas à espera de solução. Mesmo assim, ainda querem arranjar mais outro, ao tirarem o mercado do Roque daqui para o Panguila. Não sei o que se passa», desabafou, acrescentando que com a transferência do mercado em referência, aumentará o número de zungueira e delinquentes nas ruas de Luanda.

Estão cadastrados e já possuem cartões

Alguns vendedores apelaram às autoridades, no sentido de terem muita atenção, «porque o cambalacho verificado nos outros mercados pode também acontecer aqui».

«Muitos podem ficar sem lugar para vender, porque os espaços poderão ser vendidos a outras pessoas», receiam.

A nossa reportagem tentou ouvir o administrador do mercado, mas não foi possível, uma vez que o mesmo não se encontrava no local. Mas, um funcionário daquela repartição referiu que não era possível dizer



nada sobre o assunto, sem um documento da Administração Municipal do Sambizanga. Contudo, confirmou em off que a questão transferência é do conhecimento dos vendedores, até porque já foi feito o cadastramento dos mesmos, inclusive já foram distribuídos os cartões de vendedores.

Saliente-se que esta semana o administrador comunal do Sambizanga, David da Costa Júnior, disse à imprensa que os vendedores do mercado Roque Santeiro começam a ser transferidos em Junho deste ano para a zona do Panguila, onde irão exercer a sua actividade em infra-estruturas com melhores condições de higiene e de trabalho.

### **3.9 Administração municipal da Ingombota interditou o largo da Nzinga Mbandi**

*Jornal de Angola*

*De 18 de Maio de 2010*

Um seminário sobre plano estratégico, plano de desenvolvimento institucional e plano de actividades do Ensino Superior na República de Angola decorre a partir de hoje, em Luanda, numa iniciativa do Grupo Pitabel em parceria com a empresa Consulting Trading Corporation.

Este evento, que vem reforçar outro do género realizado pela Secretaria de Estado do Ensino Superior, há cerca de seis meses, tem como objectivos planificar o desenvolvimento institucional de todas as Universidades nas áreas pedagógica, científica e administrativa.

Os realizadores do seminário anunciam que o secretário de Estado do Ensino Superior, Adão do Nascimento, fará a abertura do certame.

A administradora municipal da Ingombota anunciou no domingo a decisão de interditar, parcialmente e por tempo indeterminado, o largo defronte à escola do 1 ciclo Nzinga Mbandi, por alegadas denúncias da prática de actos anti-sociais naquele local.

Susana de MeIo esclareceu à Angop que a decisão teve por base várias reclamações e denúncias de munícipes residentes nos arredores, da direcção da escola e dos estudantes, principalmente no período nocturno. "Ao longo de algum tempo, o largo tem sido utilizado para a venda ilegal de bens alimentares, vestuário, bebidas alcoólicas, viaturas, tráfico de drogas, entre outros", especificou. A administradora denunciou ainda que o recinto também tem sido um antro de prostituição, esconderijo de delinquentes, bem como um ponto de lavagem de carros e de poluição sonora, causada pela música que sai das viaturas dos frequentadores do largo. "Estes actos têm perturbado o sossego dos moradores do chamado prédio Iº de Maio e as aulas na instituição escolar. Além I de que transeuntes e viaturas

são assaltados", prosseguiu. A administradora Susana de MeIo divulgou que foi montada no recinto uma esquadra de polícia móvel e também foram destacadas brigadas de fiscalização do município.

Em relação aos vendedores de artigos diversos que estão legalizados, a administradora esclareceu que os mesmos passarão a exercer a sua actividade no chamado largo da Família.

Os indivíduos que infringirem esta decisão serão responsabilizados de acordo com a Lei das Transgressões Administrativas em vigor, e em caso de reincidência proceder-se-á ao devido encaminhamento para o Tribunal Municipal da Ingombota.

Esta não é a primeira vez que se tomam medidas administrativas e até policiais para pôr cobro acções de vandalismo e outro tipo de práticas menos recomendáveis no largo da escola Nzinga Mbandi. É opinião comum que aquele local, que devia servir saudavelmente aos alunos da escola.

### **3.10 Rei do carvão mora no Ambriz**

*Semanário Económico*

*De 20 de Maio de 2010*

Foi aos 14 anos de idade que deu os primeiros passos na exploração de carvão, acompanhando o pai, conhecido na região como um exímio carvoeiro. Mas a sua adolescência ficou marcada, dois anos depois, uma tragédia: a morte do pai.

Mas o miúdo Manuel não hesitou em continuar o negócio, apesar de ter pela frente uma tarefa árdua. Manuel Jerónimo lembra-se de acordar "às tantas de madrugada" e embrenhar-se no mato para controlar as operações que demoravam entre 15 à 30 dias. "Não foi fácil, tinha de controlar o pessoal que estava a trabalhar e tinha de ficar entre 15 à 30 dias na mata para acompanhar o processo". Mesmo com tantas contrariedades, decidiu seguir em frente. Com o dinheiro da venda do carvão, decidiu descobrir outros mercados mais atractivos e, por sinal, lucrativos. Por isso, rumou até Luanda em busca de camiões para transportar o carvão e vender. Conseguiu, mas partilhava o lucro com o camionista. A família Jerónimo sempre viveu ali, durante muitas gerações, ocupando-se da pesca e da exploração do carvão.

#### **Dificuldades**

Com as estradas esburacadas, a viagem até Luanda era cansativa, quase impossível ser bem sucedida em épocas de chuvas e o frete tornava-se cada vez mais caro. Desesperado, Manuel Jerónimo resolveu montar um camião peça por peça: primeiro comprou o chassi e cabine; depois o motor e as rodas; mais tarde mandou

fazer uma carroçaria. Esta vida durou três anos. Eram tempos em que Angola enfrentava uma guerra civil. As vendas baixavam e o negócio caiu a pique. Em 2000, os vigorosos 20 anos de Manuel Jerónimo nem garantiam muito mais fôlego. Habitado a sobreviver, conseguiu dar a volta por cima. Quase sem dinheiro, começou a trabalhar como motorista de um camião de areia. Diariamente, transportava três carradas de areia para conseguir juntar dinheiro e repor novamente o camião para continuar o negócio visto que tinha pessoal à sua responsabilidade.

O tempo de carregar areia durou apenas mais uns meses e Manuel Jerónimo foi, de novo, seduzido pela produção de carvão. Voltou assim a instalar-se na mata. Além de explorador florestal, ainda agarra a missão de proteger o ambiente, cortando sempre as árvores velhas e permitindo que outras cresçam.

Hoje, é um dos grandes abastecedores de carvão da cidade Luanda. Possui 90 funcionários que foram recrutados em províncias como o Bié ou Huambo, com idades compreendidas entre os 15 e os 55 anos. Manuel Jerónimo encarrega-se de pagar as viagens, de comprar material necessário.

### **3.11 Roque Santeiro: o último duelo**

*O País*

*De 21 de Maio de 2010*

Alguns movimentos de bastidores, desses de que a alta política anda cheia, terá determinado uma guirlanda brusca para a direita.

De facto, chegou a estar anunciada para o dia 15 de Junho a extinção da vida activa no vasto descampado que há mais de vinte anos acolhe aquele que é o maior mercado a céu aberto de Angola e arredores. Ninguém sabe de onde veio a informação ou se alguém a terá deixado vaziar de propósito, assim a modos de quem se serve de um balão de ensaio para testar o resultado.

O certo é que a onda de choque varreu de imediato o lugar, deixando vendedores em alvoroço e os milhares que ali se abastecem diariamente, quer para fins de negócio de segunda linha (revenda) quer para consumo familiar, sem saber bem como refazer rotinas num tempo breve.

E para adensar mais ainda o mistério e a angústia, o dia de sábado (15 de Maio), terminou com um episódio insólito: a área reservada ao comércio de material de construção (tintas, diluentes, resinas, pincéis, fechaduras, pregos...) foi varrida por um incêndio que começou, quase do nada, por volta das 7 da noite. A essa hora, nem vendedores nem clientes se encontravam no Roque Santeiro, porque era a curta pausa nocturna que prepara nova jornada de trabalho. Esta semana, com um incêndio sem causa conhecida e

urna mudança anunciada sem saber por quem, o mercado que ampliou a vetusta fama de um município tradicional de Luanda, o Sambizanga, projectando-o mesmo para lá das fronteiras de Angola, virou destino obrigatório dos jornalistas. O PAÍS não o fez por menos e, ontem quinta-feira 20, teve as suas horas de refamiliarização com o grande centro de negócios utilitários.

E uma visita ao Roque Santeiro é sempre uma espécie de viagem ao reino do nada e do todo, que mistura o surreal com o mais patético dos mundos materiais, onde se tropeça com uma ventoinha mal contrafeita na difusa Tailândia e, meio metro depois, se cai rendido à elegância copiada de um par de ténis da Puma. Ali tudo se vende e tudo se compra, quase apetece dizer tudo se trafica e tudo se banaliza. Um caleidoscópio com cores, sons, cheiros, ritmos e mistérios à luz do dia que valoriza a frase do miúdo que, à força, se insinua como guia da equipa de repórteres: "meu kota, você ainda não viste nada!".

Dia 15 ainda tem Roque

O essencial ficou dito, embora a administração do mercado não queira grandes conversas, com os jornalistas. A equipa de O PAÍS chegou mesmo a ser solicitado que exhibisse o documento escrito (por quem seria?) a autorizar a reportagem no local, como se não fosse, o celeberrimo Roque Santeiro o mais público dos espaços que Luanda possui, quicá.

Fontes anónimas mas que merecem crédito, disseram à equipa deste semanário que é líquido que no dia 15 o Roque Santeiro não se muda para Panguila, até porque o novo local está ainda por concluir e, oficialmente, a obra não foi ainda entregue pelo empreiteiro ao Governo Provincial de Luanda (GPL).

Sabia-se esta quinta-feira 20 que relatórios exaustivos andavam a ser preparados pelos membros de uma comissão ad-hoc nomeada para cuidar de todos os pormenores relacionados com a transferência dos vendedores de um espaço para outro. No mesmo dia, os papéis poderão ter chegado ao vice governador de Luanda para a área social, o alto funcionário da administração indicado para estar à cabeça da equipa que certificará à governadora Francisca do Espírito Santo o estado ideal para o movimento que tanto angustia a massa feirante.

Um incêndio inoportuno

O fogo que lavrou durante horas na ala reservada ao negócio de materiais de construção e a reduziu a cinzas, deixou como rescaldo duas tremendas dores de cabeça: do lado dos vendedores, a ruína, nalguns casos sem recuperação possível; do lado da administração do

mercado, o não saber como lidar com o infortúnio e a suspeição volumosa.

Na verdade, o Roque Santeiro, a despeito de toda a imagem de violência e insegurança que se lhe atribuiu com o passar dos anos, não é já bem, ultimamente, o tal lugar do mata esfolada que o mito ajudou a solidificar O PAÍS, nesta visita, constatou-o na plenitude e só foi mesmo na tal ala do incêndio de sábado que se notaram ânimos incendiados.

Os menos tolerantes insinuam que fogo poderá ter tido como propósito acelerar a saída para o Panguila mas noventa por cento dos vendedores com quem a nossa reportagem conversou, entre gritos e apelos à calma, admitem que o incêndio pode nada ter tido a haver com mão criminosa, muito menos ligada à administração do mercado. O seu problema agora é um e bem definido estão miseráveis, sem recursos, porque a mercadoria incendiou e, com ela, grande parte das suas poupanças porque é hábito, ali, não levar para casa o dinheiro ganho na jornada e por vezes em semanas inteiras, para evitar o risco de assaltos, conhecendo-se como se conhece a (má) fama do bairro em que o mercado está implantado.

Inês Paulo Manuel, 29 anos, natural de Sanza Pombo (Uíge) é uma dessas pessoas que vão amaldiçoar para o resto dos seus dias a noite de 15 de Maio. Perdeu caixas e mais caixas de tintas, verniz, diluente, pincéis... E, à mistura, muito dinheiro também: "mano, nem vou te dizer quanto era. Estou mal. Esta bancada é da minha irmã, eu não tenho mais nada", lamenta-se.

Atira-se com fúria contra a administração do mercado, por achar que esta deveria indemnizar as vítimas do incêndio mas até agora não se pronuncia. "Só nos ajudou com charruas para retirar o lixo daqui", diz, agastada.

Sobre a anunciada transferência para o novo mercado do Panguila, Inês Paulo afirma que neste momento não há corno sair do Roque Santeiro:

"Estarmos todas sem saber corno recomeçar. Com que dinheiro? Se nos derem um tempo, não há problema. Recuperamos e depois vamos, embora sabemos que no Panguila não há condições".

Roque desde os 9 anos

Sabina Júlia Manuel tem hoje 23 anos, dois filhos e um marido que se esfumou. Parece que desistiu da vida dura e partiu. Simplesmente nunca mais deu notícias e a jovem luandense teve de se virar. "Sou mãe e pai dos meus dois filhos, um de 5 e outro de 2 anos", relata.

Vende no Roque Santeiro desde os 9 anos, quando acompanhava a mãe que entretanto se reformou. Fez sempre o mesmo: vender materiais de construção. Está entre as que mais se arruinaram com o incêndio, porque não só perdeu mercadoria de sua propriedade,

como viu transformadas em cinzas dezenas de caixas que lhe estavam confiadas por um importador das redondezas, de quem servia de intermediário no abastecimento das colegas do Roque. Está desconsolada e assusta-se com a ideia de se mudar para o Panguila. As razões que invoca são de toda a ordem: "Na verdade, nós até aceitamos ir para o Panguila, mas queremos estrada boa, segurança. Os camiões que fazem o negócio da areia andam à toa, chocam com todo o mundo, há muitos acidentes. Não respeitam ninguém. Eu já sofri um acidente, parti o braço esquerdo e tenho medo", explica-se com paciência de freira, ao mesmo tempo que exhibe a cicatriz que ficou do acidente.

Não insiste na ideia da indemnização por ter sido vítima do misterioso incêndio mas pede que as autoridades deixem que o Roque Santeiro funcione mais algum tempo, um ano, dois. "Precisamos primeiro de fazer dinheiro e depois podem nos mandar para o Panguila. Se formos agora, vamos vender o que sem dinheiro?"

Do Andulo para o Roque Santeiro

Maria Salomé Paulino. Diz que tem 57 anos de idade mas o desgaste dos músculos do rosto é perturbador. Um vendaval de desgraças pode ter-lhe roubado a frescura física, suspeita que se acentua quando se escuta a sua voz pouco perceptível. Por sorte, não foi a guerra que a empurrou para a grande cidade, vinda do seu natal Andulo, no Bié. Fartou-se do Andulo e partiu deabalada.

"Vim mesmo só para ficar em Luanda e estou aqui desde 1993, a vender", explica a anciã, para quem o Panguila é uma odisséia para a qual já não se vê com fôlego.

"O Panguila é muito longe. Se eu ficar um dia sem vender, onde é que vou encontrar 350 kwanzas para pagar o táxi e voltar para casa", interroga-se.

### **3.12 O mercado informal perdeu terreno**

*Novo Jornal*

*De 21 de Maio de 2010*

Podemos considerar que já temos um mercado mais organizado na comercialização de bebidas?

Já existe um mercado que se apresenta formalizado e com uma cadeia bem formatada em que existe o importador, o distribuidor, o grossista e o retalhista. Num passado recente era tudo à base do mercado informal, hoje os clientes já estão bem identificados, um grossista já tem mais ou menos uma estrutura de planificação do produto que vai ter durante o mês,

onde ele encontra também a sua rede de retalhistas. Até há década de 90 o mercado informal tinha algum peso do ponto de vista concorrencial. Hoje, apesar da maneira como se apresenta diante de um mercado de bebidas mais estruturado, não representa inquietação para os importadores?

Temos que admitir que o mercado informal existe mas já não tem o peso exclusivo que tinha nos anos anteriores e quem determinou isso foi o próprio consumidor que vê que no seu itinerário não existe tempo para ir uma praça comprar bebidas quando já existe um retalhista bem organizado e que oferece o produto de uma maneira mais organizada e com grandes garantias. Isso surgiu porque o consumidor deu resposta à necessidade de existência de uma coisa desse tipo. Quando digo que é o consumidor que determina as tendências do mercado, este ao optar pelo mercado formal, o informal, por sua vez, vai perdendo espaço.

Quer dizer que o consumidor já começa a ser mais exigente?

Digo sem medo de errar que o cliente é hoje dez vezes mais exigente do que no passado. Quando determinadas empresas fazem uma campanha sobre certo produto, o consumidor não vai se limitar à campanha. Ele será capaz de ir à busca de mais dados, fazendo pesquisa do produto que vai consumir.

Há um detalhe que não víamos antes mas que hoje é muito comum que é o facto de os utentes do produto, e me refiro às bebidas, lerem no seu rótulo as especificidades técnicas. Hoje em dia ele já quer saber do que é que esse produto é feito, de onde vem e qual é o grau de determinado componente químico que recebe. Isso leva-nos a reflectir que estamos a lidar com um cliente mais inteligente do que no passado.

Não há uma grande preocupação de voltarem a perder para o mercado informal?

Não. Hoje há o processo de fidelização do cliente e existe ainda a vantagem de dar conta que o cliente é mais informado já tem onde ir buscar um certo produto a um preço que o satisfaça. A organização desse mesmo cliente ou consumidor leva-nos e pensar que já existe um orçamento doméstico em que ele repara quais são os produtos que vai adquirir para os próximos trinta dias e nele estão incluídas as bebidas. Portanto, hoje temos uma rede de distribuição que nos dá garantia de que o cliente não vai, de modo algum, para o mercado informal onde muitas das vezes as condições em termos de prestação e serviço nem sequer existem.

A existência de garrafeiras não é ainda um facto no mercado. Se temos a liberdade de afirmar que ele evoluiu, não podemos falar o mesmo num capítulo importante que são as garrafeiras...

Garrafeiras como tal não existem porque a gama de produtos não justifica. As lojas de conveniência passam por ter muito mais peso. Não existe, por enquanto, uma política de existência de garrafeiras apenas. Todo o participante nesse processo tem uma certa especificidade no mercado, ou seja, as empresas de comercialização de bebidas não trabalham exclusivamente nesse mercado mas sim com secções dentro desse mesmo mercado. Temos como exemplo as grandes superfícies, elas abarcam uma diversidade de produtos que comercializam mas têm uma secção destinada para as bebidas. Nós, distribuidores, trabalhamos com essas secções, fazendo com que não sintamos ainda a necessidade de existência de uma rede de garrafeiras.

As marcas que circulam no mercado têm as empresas responsáveis pela sua distribuição mas já existe alguma concorrência entre elas?

Posso dizer que sim e que essa concorrência é feroz. As marcas têm mais visibilidade do que as próprias empresas designadas para a sua distribuição. Há quem encontre determinado produto na prateleira e não sabe quem é que representa aquilo. O consumidor é capaz de olhar para uma certa marca mas não fazer nenhuma interligação com a empresa que a representa ou distribui. Todas as campanhas feitas, principalmente nos supermercados, são feitas directamente sob os produtos e não sob a empresa que a representa, o que justifica a visibilidade que muitas vezes as empresas que representam não têm. Elas existem num número considerável.

Muitas vezes a marca, sendo mais conhecida que o fornecedor não poderá comprometer a extensão de negócios que a empresa pretende atingir?

Ao nível das grandes superfícies, o mecanismo de "passa-palavra" é o que ainda funciona. Se um indivíduo do Jumbo, por exemplo, estiver a comercializar um produto novo e que tem grande adesão por parte da clientela, creio que o concorrente da Shoprite vai querer saber onde é que esse produto é distribuído para que ele possa entrar na mesma rede de clientes. O consumidor não tem necessidade de ir parar ao distribuidor porque o retalhista é o seu meio de obtenção do produto. É também dessa forma que começamos a ter uma cadeia de distribuição bem formada. Mas é um mundo em que toda a gente se conhece.

Sempre que surge um produto novo no mercado os concorrentes entre si têm o cuidado de saberem quem está a distribuir esse produto, no fundo a informação circula e contribui para a dinâmica do mercado, fazendo com que ele funcione.

A disparidade que é praticada nos preços dos produtos que vocês comercializam não será um indício de que ainda falta alguma fiscalização, falo concretamente dos

preços que se praticam nas casas nocturnas... Não podemos deixar de realçar que as casas nocturnas estão entre os principais clientes das distribuidoras de bebidas e são um elemento de capital importância para penetração de produto novo no mercado. Não há um melhor espelho do que as casas nocturnas.

Não estou muito por dentro do domínio da gestão desse negócio mas onde é que ele vai buscar a mais valia? Creio que não é na dança, na música ou na segurança.

Acho que o retorno do investimento, eles encontra na bebida porque é o único elemento que acompanha o cliente durante a sua noite de diversão. Dali o facto do gerente dessa mesma casa praticar tal preço que, ao que parece, não incomoda, de modo algum, o bolso do cliente que quer somente consumir e se divertir.

É o mesmo que organizar um espectáculo, não há nenhuma casa desse género que viva de patrocínios ou subvenções, eles sobre vivem por si mesmo, portanto, como já disse, a bebida é o meio de maior obtenção e lucros que eles têm a mão.

A fidelidade para manutenção de alguma marca obedece regras ou segredos?

A qualidade de serviço é o principal instrumento para que a marca se mantenha no mercado, aliado a isso está a qualidade humana que vai do funcionário, passando pelo cliente e chegando até à marca. A cultura africana tem a particularidade de considerar que toda gente é família, me agarrando nesse pressuposto digo que muita gente quando abre uma casa para comércio vai pensar directamente no que é que vai beneficiar os amigos, dali que as relações de trabalho jogam um papel importante na fidelização e manutenção de uma certa marca.

Porque é que a nível das outras províncias não existe um circuito de distribuição e de concorrência tal como Luanda?

Porque não existe a demanda que se verifica em Luanda. Nas outras províncias, o que os distribuidores fazem não passa de uma operação de charme para mostrar um determinado produto. É feita uma campanha durante um curto espaço de tempo mas com objectivos bem definidos. As e importante referenciar que o mercado funciona, por enquanto, só em Luanda. Ter equipas permanentes noutras províncias ainda não justifica.

### **3.13 Polícia Fiscal em Conselho Consecutivo**

*Jornal de Angola*

*De 21 de Maio de 2010*

O Comando Nacional da Polícia Fiscal realiza, hoje, em Luanda, o seu XIV Conselho Consultivo, um encontro

que servirá para fazer o balanço das actividades realizadas durante o ano passado e perspectivar futuras acções.

De acordo com o programa de actividades, os membros do Conselho Consultivo vão igualmente analisar o projecto do quadro e regulamento orgânico e da implantação geográfica das unidades fiscais e receber informações sobre a comparticipação de multas aos efectivos daquela especialidade.

O conselho Consultivo vai ainda abordar a formação do efectivo, a ética e deontologia profissionais do agente de fiscalização aduaneira e como caracterizar a tolerância zero, no âmbito das atribuições da Polícia Fiscal. Uma conferência subordinada ao tema o "O terrorismo internacional e os resultados do projecto, aprendendo pela Direcção Nacional das Alfandegas (DNA) no XIII Conselho Consultivo Alargado irá fazer parte do programa do encontro comandante da Polícia Fiscal, subcomissária Maria Madalena Gambôa, afirmou, recentemente, em Luanda que os efectivos da Polícia Fiscal devem ter uma postura digna, não se aproveitando da farda para cometer actos ilícitos. Nessa mesma ocasião, pediu aos efectivos que redobrem a atenção na fronteira marítima, que considerou a mais violada por cidadãos estrangeiros, na tentativa de entrarem ilegalmente no país.

### **3.14 Grande incêndio no Roque Santeiro destrói materiais de construção**

*O Independente*

*De 22 de Maio de 2010*

Cinzas oriundas de notas de Kwanza, dólar e materiais de construção, é o que restou, para alguns vendedores do Roque Santeiro, devido ao incêndio ocorrido há 7 dias, mais concretamente, no sábado passado, 16, por volta das 19 horas.

Diferente dos outros sinistros do género, este, mais do que os bens materiais, deixou em cinzas mais de trezentos mil dólares pertencentes a alguns comerciantes do mercado mais frequentado da capital.

As consequências do incidente são devastadoras, não só para sector de materiais de construção, visto que o armazém que ardeu, no seu interior, continha mais de 60 por cento de produtos ligados à construção, mas também para o sector económico das famílias que, depois do desastre, ficaram sem meios de subsistência. Embora não tenha deixado vítimas mortais, o sinistro deixou sequelas marcantes nas populações afectadas.

O semanário "O INDEPENDENTE" foi ao local, na tentativa de dar voz aos afectados e apurar factos determinantes.

Filipe Kandala, bagageiro do Rock Santeiro, que passa as noites próximo do local do incêndio, ficou com uma

das pernas queimadas com diluente. Afirmou que deu conta do incêndio através de explosões que ocorreram no local. "Ouvia apenas as pessoas a gritarem socorro, e a dizerem que aqui está mal", disse.

Adiantou que, vendo toda aquela situação, decidiu correr até a polícia para poder chamar pelo apoio do Corpo de Bombeiros.

Correia Damião, vendedor, adiantou que se deparou, logo pela manhã, com alguém que lhe disse que o Roque estava em chamas. "Foi assim que tomei conhecimento desta tragédia. Não sabemos directamente os motivos que provocaram o incêndio, e são várias as alegações da sua causa. Não se sabe ao certo as razões de tal desgraça, embora muitos vaticinem isto ou aquilo. Penso que alguém deve ter feito propositadamente esta tragédia para prejudicar os vendedores deste sector", afirmou.

João Bihinda afirma que o incêndio aconteceu de maneira muito duvidosa. O mesmo sustenta que são poucas as probabilidades de um incêndio naquele local que atinja grandes proporções sem que a população tomasse o controlasse. Fazendo um recuo histórico, o mesmo afirma que este é o terceiro incêndio naquele local.

Firmino Mateus, vendedor, afirma que todos estão alheios aos porquês do incidente. "Incendiou, ficamos nessa. Vamos atrás da desgraça. Desta vez foi pior. Só se vê cinza", disse.

Questionado sobre a perda de valores de alguns cidadãos, o mesmo afirma que há pessoas que perderam muito dinheiro. "Isto porque eles guardam o dinheiro tanto das vendas como da kixikila. Elas não levam o dinheiro a casa, devido ao alto índice de assaltos na via pública, deixam o dinheiro guardado em caixas aqui mesmo no mercado".

A direcção do Roque Santeiro, sobre a perda de valores de certos vendedores em consequência do incêndio, afirma que o mercado possui um número de vendedores controlados e que, a partir dos registos feitos, cerca de 151 vendedoras sofreram grandes consequências do incidente. O mesmo adiantou que os valores perdidos estão calculados em cerca de quatrocentos mil dólares.

Quanto às causas que podem estar na origem do incêndio, o administrador vaticina que tudo indica que tenha sido fogo posto. "Os vendedores de materiais de construção não os guardam nas casas de processo. Como o produto permanece mesmo aqui no mercado, nas mãos do seu pessoal de confiança, estas pessoas, ao fazerem o jantar utilizam fogo, presumivelmente num descuido inocente podem causar incêndios, tanto que entre os produtos guardados encontramos diluente, que é altamente inflamável" justificou.

Quanto a uma possível simulação de incêndio por trás de um roubo bem pensado, o director do Rock

Santeiro deixa todas estas conjecturas para a polícia.

O sector de construção do mercado do Roque Santeiro, sem adormecer em noites de choros pelo dinheiro perdido, decididamente começa a reerguer, em grandes passos, o negócio.

Passada já uma semana desde o incidente, o sector de venda de materiais de construção civil, qual Fénix renasci da, acorda paulatinamente e já vai dando o ar de optimismo comercial que lhe é característico. Embora muitos dos vendedores receiem que nunca mais possam reaver o dinheiro ardidado no fogo, a expectativa é outra e nota-se uma grande vontade de trabalhar.

### **3.15 Venda de produtos é inadequada**

*O Independente*

*De 22 de Maio de 2010*

Os vendedores do mercado das pedrinhas, situado nos arredores do mercado dos congolezes, município do Rangel, insistem em vender os seus produtos em locais impróprios e inadequados.

Segundo alguns vendedores contactados pela nossa reportagem já não há espaço no interior do mercado, por isso optaram por comercializar os seus produtos no exterior do mercado. E enquanto o Governo não lhes atribuir um mercado digno, com todas as condições para vender os seus negócios, dificilmente irão deslocar-se àquele local, considerado por eles como impróprio para comercialização de produtos.

Daniel da Silva, vendedor do mercado, entrevistado pelo semanário Independente, disse que o Governo tem de velar pelo cidadão.

"Batalhamos neste local para que possamos ganhar o nosso pão". Acrescentou que se houver mais mercados atribuídos pela administração, a venda de diversos produtos nas ruas e estradas irá acabar.

Francisco Mateus, outro vendedor do mercado em causa, frisou que as pracinhas que aparecem em vários locais e bairros resultam da teimosia de alguns vendedores que negam vender no interior do mercado, e acrescentou que alguns vendedores tinham os seus espaços no interior do mercado mas que optam por comercializar os produtos no exterior do mercado.

Maria Sebastião, outra vendedora do mercado, frisou que se todos os seus colegas vendedores ambulantes concordassem em vender em locais atribuídos pela administração municipal, os problemas teriam acabado.

Francisca Manuel, moradora do bairro da Terra Nova, disse que os vendedores invadem totalmente os passeios, estradas e entradas das residências dos moradores com os seus negócios, o que dificulta a circulação rodoviária e de pessoas e que todos os dias expulsos de aquele local, e que as vezes os agentes da divisão do Rangel em colaboração com alguns jovens

civis tem apreendido os negócios dos vendedores mas sem sucesso. E que alguns vendedores são atropelados naquele local.

De acordo com a administradora municipal do Rangel, Ana Maria Silva, no quadro da reorganização da venda ambulante, é proibida a venda de diversos produtos em algumas partes da cidade e áreas periféricas sem a autorização das autoridades, mas muitos vendedores ambulantes insistem em comercializarem os seus produtos em locais impróprios e inadequados.

Segundo a administradora, serão eliminados e detidos os responsáveis que comercializam diversos produtos em alguns locais sem autorização da administração.

### **3.16 Adeus Roque Santeiro**

*O Independente*

*De 22 de Maio de 2010*

O administrador comunal do Sambizanga, David da Costa Júnior, disse ao semanário a INDEPENDENTE que a transferência do mercado Roque Santeiro enquadra-se no programa de requalificação do município do Sambizanga, que arranca ainda este ano.

"É hora de darmos maior dignidade aos vendedores do Roque Santeiro, porque apesar de funcionarem em condições precárias, têm contribuído para a redução da pobreza", disse a mercado do Roque Santeiro tem fama de ser o maior espaço comercial a céu aberto da África. Também já foi um antro de criminalidade da cidade capital. Actualmente é um Shopping Center informal.

O velho Roque Santeiro nasce no meio da década de 1980, quando o país vivia uma das mais violentas guerras do continente e a capital era a "fortaleza" onde se procurava maior segurança.

Foi criado em 1991. Era então um mercado da Boavista. Chamavam-lhe Roque por causa da novela "Roque Santeiro", nome que permaneceu.

O local se impôs em tamanho e utilidade. Quando tudo faltava na cidade, ali conseguia-se sempre uma boa porção de farinha de mandioca (fuba) para o funji, que afastava a fome.

São mais de 50 hectares cobertos por chapas de zinco, onde se vende desde o milho assado até ao mais moderno computador.

Da colina do Sambizanga, onde este fervilhante espaço está localizado, estamos perante uma magnífica vista sobre a Baía de Luanda.

A confusão é total devido aos milhares de candongueiros. Muita poeira e fumaça sai das lixeiras. A queimada de lixo é a forma que a população e comerciantes encontraram para se livrarem do lixo.

Fontes ligadas à administração do mercado, disseram à nossa reportagem que "hoje o Roque está pacífico, a criminalidade foi expulsa".

Uma das razões que divulgaram o Roque Santeiro internacionalmente foi a ideia de que este também era um importante entreposto de armamento ilegal, incluindo de guerra.

No meio encontramos a secção de informática, não se vende apenas computadores e todo tipo de acessórios, instalam-se também programas, vende-se software e dezenas de jovens revelam a sua destreza no teclado pirateando tudo.

Sob as chapas de zinco o calor é imenso, e sobre o chão, em terra batida por muitos anos de serviço, quando chove, a lama impõe-se.

De entre as secções encontramos também a de prostituição em cubatas de lata e luandos, aliado ao consumo de droga e bebidas caseiras (kaporroto e quimbombo).

Panguila é O local de destino

A construção do mercado do Panguila está concluída desde Dezembro deste ano, altura prevista para o término dos trabalhos de armamento do espaço e numeração das bancadas, segundo informou, no local, o encarregado de obras, Chem Shu Ming.

De acordo com a fonte, a primeira fase da empreitada está concluída na ordem dos 90% e as principais áreas de serviços do mercado edificadas. Segundo ele, actualmente decorre a construção de 156 câmaras frigoríficas, um posto médico e uma área de lazer.

Segundo constatámos no local, a empreitada, que ocupa uma área de 250 mil metros quadrados, conta já com cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, 112 assentos, 13 chafarizes, igual número de casas de banho, 48 refeitórios, dois tanques de água com capacidade para 200 mil litros cada e a zona administrativa.

A infra-estrutura comportará um sistema próprio de abastecimento de água, a partir de poços perfurados, enquanto o fornecimento de energia estará garantido por quatro postos de transformação e igual número de geradores.

Na obra está ainda reservado um espaço destinado a oito dependências bancárias para facilitar as transacções financeiras, visto tratar-se de uma localidade em crescimento e que precisa de infra-estruturas sociais para o seu desenvolvimento.

O mercado vai ter capacidade para mais de 10 mil vendedores e terá um parque de estacionamento com capacidade para mais de 400 viaturas.

A infra-estrutura, que dista cerca de 18 quilómetros a norte de Luanda, é o espaço criado pelo Governo Provincial de Luanda para albergar os vendedores a serem retirados do mercado Roque Santeiro e ambulantes espalhados pela capital do país.

Avaliada em mais de um bilião de kwanzas, as obras estão a cargo de uma empresa chinesa que empregou 275 trabalhadores, dos quais 230 angolanos.

A empreitada teve início em 2005, situa-se nas proximidades da Estrada Nacional 100, que liga o país de Norte a Sul pelo litoral.

O bairro Panguila foi inaugurado em Janeiro de 2002 para albergar pessoas que habitavam em zonas de risco da capital do país.

### **3.17 Receitas provenientes de mercados informais**

*Jornal de Angola,*

*De 27 de Maio de 2010*

Os serviços comunitários e de fiscalização do município do Kwanhama arrecadaram, desde Março; de quotas dos vendedores de mercados informais, 350 mil kwanzas, disse, ontem, à Angop, o chefe do sector. A receita, afirmou Inácio Hidinua, é proveniente dos vendedores dos mercados do Castilho Cafito, Shamukuio e do Cacaluvale. O chefe dos serviços comunitários e de fiscalização referiu que, no mesmo período, foram registados cerca de 500 novos candidatos a vendedores.

António Ernesto foi pronto, bastava o cliente desembolsar três mil kwanzas para ter o medicamento. Paulo mordeu a isca e comprou.

Uma reportagem publicada no site Veja com no Brasil, refere que o medicamento em causa é, desde 2007, proibido nos Estados Unidos e, a partir de 2008, no Brasil e na Europa, depois de, em três meses, cinco pessoas que o usaram no Reino Unido se terem suicidado.

O site acrescenta que as mortes foram associadas ao uso do remédio que, por alterar o sistema de recompensa do cérebro, pode levar à depressão profunda.

O governo provincial de Luanda, ao abrigo da Lei número 5/87 de 23 de Fevereiro - Regulamento Sanitário da República de Angola proibiu, em 14 de Maio do ano passado, a comercialização de medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares em locais impróprios e inadequados.

Depois da medida, os "farmacêuticos de rua" adoptaram novas técnicas para enganar lei e fiscais.

Nos mercados, as administrações já não lhes permitem vender, mas nas ruas continuam a actividade. De mochilas às costas, uns deambulam pelos bairros e batem às portas, anunciando a mercadoria, enquanto outros aguardam pelos clientes junto das farmácias.

Quem for à Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos do Ministério da Saúde não pode deixar de ver, logo à entrada, um cartaz a avisar: "Venda de medicamentos na rua é ilegal, perigosa para a sua saúde e pode matar".

O director Nacional de Medicamentos e Equipamentos, Boaventura Moura, disse, ao Jornal de

Angola, que o cartaz pretende chamar a atenção das pessoas para o facto dos medicamentos vendidos em locais impróprios serem prejudiciais à saúde.

"Com o calor, luz solar e falta de condições de higiene, as propriedades dos medicamentos alteram-se", afirmou, lembrando que os remédios falsos, com composição química alterada ou fora do prazo de validade, prejudicam a saúde humana.

Boaventura Moura declarou que existem suspeitas de que os medicamentos ilegais estejam a entrar no país pela fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). "Há uma extensa fronteira terrestre com a RDC e como existem familiares dos dois lados, muitas vezes esses medicamento entram camuflados noutras mercadorias que a Guarda Fronteira considera inofensivas".

### **3.18 Mercado municipal foi inaugurado**

*Jornal de Angola*

*De 31 de Maio de 2010*

A inauguração das novas Instalações do mercado municipal de Cambambe, no Kwanza-Norte, marcou na sexta-feira a abertura das festividades do 37º aniversário da vila do Dondo (capital do município), assinalado no sábado.

O mercado, localizado no centro da vila, foi inaugurado pelo administrador municipal de Cambambe, Mateus António da Costa, contando actualmente com 54 bancadas. A reabilitação do referido empreendimento, executada pelo grupo empresarial "Cambondo construções", teve a duração de seis meses e orçou em 22 milhões de kwanzas.

O mercado é servido de energia eléctrica, água canalizada, uma arrecadação para o armazenamento de produtos diversos e vai dispor, nos próximos dois meses, de uma câmara frigorífica, que aguarda apenas pela sua instalação.

Mateus da Costa enquadrou tal investimento nas várias acções de impacto social, visando a prestação de serviços de qualidade às populações, à semelhança do que acontece com a melhoria no fornecimento de água e de energia eléctrica.

O responsável disse que a administração de Cambambe continuará empenhada na criação de novos espaços para absolver o número de vendedoras interessados dada a exiguidade de espaços CI de venda condignos com que a localidade se debate e da necessidade de se garantir maior salubridade dos produtos vendidos no mercado informal. O edifício do mercado da vila do Dondo é um empreendimento com estrutura arquitectónica colonial, construído em 1888, e que funcionou até à década de 90, tendo sido abandonado pelos comerciantes devido ao estado de degradação a



que chegara.

Fontes da Administração Municipal de Cambambe revelaram que a localidade do Dondo foi fundada pela autoridade colonial portuguesa em 1620, a seguir à cidade de Luanda. Anteriormente chamada "Aldeia de Nova Gaza", em 1621 a vila mudou de denominação para Dondo, congregando entre os seus habitantes cerca de 100 portugueses interessados em explorar o território do então reino do Ndongo.

O seu potencial económico, resultante da construção do complexo têxtil "Bula Matadi" (actual Satec), da sociedade de Vinhos (Vinele), da unidade de produção de matérias de construção (Pré-blocos), da sociedade algodoeira do Ambriz, além de muitos campos agrícolas que exportavam produtos para a Europa, contribuíram para a sua ascensão, a 29 de Maio de 1973, à categoria de vila.

Esse potencial contribuiu igualmente para que a vila do Dondo fosse classificada como o quarto parque industrial do país, após a proclamação da independência nacional, em 1975. O município do Dondo faz parte do Kwanza-Norte.

# 4 OGE INVESTIMENTOS P UBLICOS E TRANSPARENCIA

## 4.1 Aprovada Lei sobre OGE

*Agora,*

*De 01 de Maio de 2010*

O conselho de Ministros (CM) aprovou nesta quarta-feira, 28, na sua III sessão ordinária, a nova proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) que vem reforçar o compromisso do Executivo contra às boas práticas de gestão fiscal.

O diploma introduz um conjunto de regras e de procedimentos que aumentam a transparência e a responsabilidade fiscal dos agentes públicos, na utilização dos recursos à disposição das diversas unidades orçamentais.

A sessão do CM, anuiu igualmente a proposta de Lei sobre a Contratação Pública, que estabelece as bases gerais e o regime jurídico aplicável à edificação de empreitadas de obras públicas, à locação e aquisição de bens móveis e imóveis e à prestação de serviços.

Com a finalidade de supervisionar o cumprimento das disposições da lei, bem como de outras normas relativas à execução do OGE, o CM aprovou ainda a criação do gabinete de construção pública, sob tutela do Ministério das Finanças. Na sequência da aprovação da Constituição em vigor, o CM decidiu ajustar o regime jurídico e o estatuto remuneratório dos titulares da função executiva do Estado, tendo na mesma ocasião procedido a um ajustamento salarial da função pública na ordem de 5,4 por cento, após concertação com os diversos parceiros sociais

## 4.2 Académicos e parlamentares aprovam revisão do OGE 2010

*Semanário Económico*

*De 13 de Maio 2010*

Os parlamentares das diversas bancadas da Assembleia Nacional aprovam a revisão do actual Orçamento Geral do Estado (OGE), previsto para os meses de Junho e Julho, em função da evolução do quadro macroeconómico nacional e internacional e das novas exigências da Nova Constituição.

Para os deputados e economistas, contactados pelo Semanário Económico (SE), as receitas arrecadadas com o aumento dos preços do barril do petróleo im

põem o ajustamento do orçamento deste ano avaliado em 3,092 triliões de kwanzas.

O OGE para 2010 foi elaborado com base numa produção petrolífera de 693,5 milhões de barris de petróleo, a um preço médio de 58 dólares por barril, onde o Estado prevê receitas e despesas equivalentes a 30 mil milhões de dólares, e um crescimento global da economia de 8,2 por cento. Mas desde a sua aprovação, os preços do crude no mercado internacional cresceram de forma exponencial, tendo evoluído de 60 para mais de 80 dólares. Segundo os parlamentares, para que o OGE tenha um cumprimento na ordem dos 100 por cento, o Governo deve alterar as suas metas traçadas no orçamento em execução.

Para o OGE corrente, o sector social é o mais beneficiado com 30 por cento. Já o sector não petrolífero é o principal motor da economia com um crescimento esperado de 15 por cento, enquanto o petrolífero tem um aumento de 1,1 por cento.

Os deputados da FNLA, da Nova Democracia, da UNITA e do PRS convergem na necessidade de se aumentarem receitas para o sector económico, com destaque para o relançamento da agricultura, "o sector chave para o desenvolvimento macroeconómico do país". A par disso, defendem incrementos no sector social, que eles consideram prioritário para o país, porque próximo das necessidades básicas das populações.

Para o economista Victor Hugo, a revisão do OGE deve ser feita de forma crescente principalmente no sector social. "O sector social é o que mais deve merecer atenção nessa revisão, porque começamos a perceber que a sociedade cresce, mas a economia não corresponde ao crescimento da sociedade".

O economista considera que a subida do preço do petróleo, para além daquilo que o Governo previu, deu a possibilidade de se encaixarem mais algumas receitas, facto que obriga a revisão do OGE inicial.

"O Orçamento de um país deve servir fundamentalmente os seus habitantes e, neste momento, ainda se vive em extrema pobreza em Angola. É preciso que o governo, com muita responsabilidade e transparência aplique bem o dinheiro do país, aplique bem as receitas do petróleo", disse líder da bancada parlamentar da FNLA, Ngola Kabango.

O sector da construção civil é também apontado como prioritário. Segundo Victor Hugo, o governo terá de apostar muito neste sector. "E caso este sector continuar a ser olhado de uma forma lenta ou simplesmente se deixar na mão do privado vai ser muito perigoso para a estabilidade macroeconómica do país", asseverou.

"Hoje em dia, ninguém consegue comprar uma casa. É preciso que haja uma intervenção massiva do Estado,

devido aparecer como produtor. Para tal, no seu OGE, deve ter uma verba dirigida a este sector"

O Plano Nacional 2010/2011 apresenta como áreas prioritárias a promoção da estabilidade macroeconómica, do emprego, da estabilidade de preços e equilíbrio das transacções externas da economia e na melhoria da repartição da renda.

### **4.3 OGE rectificado em Julho**

*Novo Jornal*

*De 21 de Maio de 2010*

O governo angolano apresentará, em Julho, um Orçamento Geral do Estado (OGE) rectificativo, que visa disponibilizar fundos para encarar a maior parte da dívida interna em atraso, orçada em cerca de 4 biliões e meio de dólares. A acção do Governo foi declarada na Carta de Intenções (de 26 de Abril) relativa ao Memorando de Economia e Finanças Políticas e ao Memorando Técnico de Entendimento apresentado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) pelos ministros da Coordenação Económica e do titular das Finanças, Manuel Nunes Júnior e Carlos Lopes, respectivamente. Este é mais um passo ao abrigo do Acordo Stand-By assinado entre Angola e o FMI, na sequência do pedido de apoio financeiro feito por Angola em Dezembro do ano passado.

Ainda segundo o documento disponibilizado no site do FMI, o executivo já entrou em negociações com alguns fornecedores para regularizar os pagamentos em falta. Outro objectivo do orçamento revisto é a eliminação progressiva das actividades não fiscalizadas pelo executivo melhorar o foco do programa de investimentos públicos e a avaliação do novo projecto nacional no âmbito do Ministério do Planeamento, a ser concluído em breve. Parte das operações envolvendo a Sonango<sup>1</sup>, o que pode levar, pensa o FMI, à redução gradual dos subsídios aos combustíveis. Outra finalidade, segundo a carta de intenções, é melhorar o foco do programa de investimentos públicos e a avaliação do novo projecto nacional no âmbito do Ministério do Planeamento, a ser concluído em breve. Parte dos gastos reduzidos com estas medidas serão repassados para as rubricas sociais.

Além de anunciar para breve a apresentação do OGE revisto, a carta de intenções prevê também medidas no que concerne à política monetária e cambial. Assim, o executivo pretende também rever a regulamentação das reservas obrigatórias, junto do Banco Nacional de Angola.

Para apoiar essa medida, o BNA está a preparar uma revisão das exigências actualmente em vigor.

O executivo quer ainda implementar uma regulamentação mais rigorosa para limitar a exposição

dos bancos ao risco cambial e à especulação.

Com o objectivo de melhorar o funcionamento do leilão de câmbios como um mecanismo de compensação de mercado, o executivo pretende publicar no "website" do BNA circulares esclarecedoras dos parâmetros em causa.

### **4.4 Vice-Presidente reúne comissão para análise das questões sociais**

*Jornal de Angola*

*De 21 de Maio de 2010*

O vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, presidiu ontem, em Luanda, a segunda sessão ordinária da Comissão para a Política Social, órgão de apoio à Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

Segundo um comunicado de imprensa, o vice-presidente da República orientou a reunião no âmbito da delegação de competência de coordenação dos departamentos ministeriais da área social do Executivo. Os participantes debruçaram-se sobre questões relativas à sua organização e funcionamento, nomeadamente a apreciação e aprovação do Regimento da Comissão para a Política Social, do Regulamento do Grupo Técnico, do calendário das respectivas sessões e o programa legislativo do sector social para 2010.

Foram igualmente aprovados o relatório de balanço e execução do programa de monitorização do sector social relativo ao primeiro trimestre de 2010 e o balanço de execução do Programa de Investimentos Públicos do sector social. Os participantes deram especial enfoque ao memorando sobre as preocupações e as prioridades de cada departamento ministerial do sector social, nos domínios da gestão orçamental e investimento públicos, com vista a uma avaliação e possível inclusão na revisão do Orçamento Geral do Estado/2010, previsto para o próximo mês de Julho.

Receberam, por outro lado, informações relativas ao programa "Angola Jovem", mais concretamente no que concerne às casas sociais, tendo concluído a necessidade de se aperfeiçoarem os mecanismos da sua implementação.

# 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

## 5.1 Nova divisão administrativa para a província de Luanda

*O Independente*

*De 1 de Maio de 2010*

Sem avançar as fronteiras, Carlos Feijó anunciou uma nova divisão administrativa para Luanda para concentrar a resolução dos problemas de saneamento básico, energia eléctrica, etc.

Por enquanto, a Unidade Técnica de Gestão para o Saneamento de Luanda vai fazer o seu trabalho de drenagem nos limites da cidade de Luanda. Algo estranho que era visível nos últimos tempos eram a paralisação de grande parte das obras das vias estruturantes. A paralisação chegou a ser associada ao afastamento de Higinio Carneiro do Ministério das Obras Públicas. Na conferência de imprensa, Carlos Feijó assumiu isso com o anúncio da retoma das obras, agora incluídas na linha de crédito do Brasil. "Vai se retomar o processo de conclusão das obras das vias estruturantes", disse Carlos Feijó.

A ideia de repensar os limites da divisão administrativa de Luanda, segundo Carlos Feijó, tem o respaldo do PR, que tem revelado preocupações em função das chuvas.

## 5.2 Conselho de Ministros pronuncia-se hoje

*O País*

*De 21 de Maio de 2010*

O Conselho de Ministros poderá pronunciar-se hoje sobre os novos limites político-administrativos de Luanda, esboçados pelo Ministério da Administração do Território, que reduz de nove para cinco municípios, num cenário que levará à extensão dos actuais limites territoriais até à vizinha província do Bengo, que perderá importantes parcelas dos municípios do Dande e Icolo e Bengo.

Nos termos da proposta avançada, Luanda terá os municípios de Luanda Metropolitana, Cacucaco, Viana e Belas.

No novo figurino, os actuais municípios do Sambizanga, Rangel, Cazenga, Kilamba - Kixi, Ingombota e Maianga, serão rebaixados para a categoria

de comunas sob jurisdição da futura Luanda Metropolitana.

Na prática, vai acontecer um regresso mitigado ao formato administrativo antigo que vigorou até pouco depois da independência, altura em que por razões políticas e militares e para contrapor a propaganda sobre uma alegada presença de forças inimigas na capital Luanda, foi tomada a decisão de limitar ao máximo a cintura defensiva de Luanda.

A proposta de alteração foi ontem apresentada à governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, na reunião técnica que manteve com o titular do MAT, Bornito de Sousa, que se deslocou ao edifício sede do GPL, na rua Irene Cohen, para apresentar estas prováveis mudanças que se prevêem para breve.

Porém, um dia antes o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, antes de se reunir com a governadora de Luanda, cumpriu uma agenda de trabalho na província do Bengo, onde se deslocou ao município do Icolo e Bengo e Dande, as duas entidades administrativas que perdem territórios para a "Nova Luanda". A necessidade de espaço tem sido apontada como o principal factor para a expansão territorial de Luanda, destinada, em parte, a dar vazão a vários projectos do Executivo angolano, tal como as novas centralidades. Mas Luanda não tem mais espaço para concretizar os seus projectos estruturantes e imobiliários.

O peso do fisco

A expansão de Luanda vai caminhar para essas zonas determinada mais pelos interesses económicos que serão erguidos nesses espaços, sendo que no caso do município do Dande salta à vista o facto de acolher o novo Porto Comercial de Luanda, juntamente com outras infra-estruturas marítimas.

Esta é uma das razões evocadas, para já, pelos defensores da anexação do município do Dande na sua totalidade ou parcialmente à província de Luanda. Ademais, na região do Dande será erguida uma nova centralidade que por sinal terá o mesmo nome. A inclusão de 90 % do Icolo Bengo nos marcos geográficos de Luanda, aportará consigo alguns empreendimentos económicos de grande vulto como o futuro Aeroporto Internacional de Luanda que está a ser erguido na zona do Bom Jesus.

Icolo - Bengo detém ainda outros interesses económicos que reforçarão as receitas fiscais de Luanda, como o Pólo Industrial de Bom Jesus, fábrica da Coca-Cola, entre outros interesses económicos não menos importantes como é o caso da exploração de inertes na extensão da província do Bengo.

Implicações das alterações na carta

A alteração do mapa geográfico de Luanda vai ter

repercussão na elaboração de uma nova carta geográfica com reflexos esperados nos manuais escolares.

Estas mudanças agora propostas ao formato de Luanda podiam ser adivinhadas perfeitamente com a evidência da construção do novo Aeroporto Internacional de Luanda, situado na área de Bom Jesus, território antes adstrito à província do Bengo.

Quando ainda se procurava pela direcção em que deveria a cidade de Luanda crescer, já se vislumbra o ponto cardeal Norte, pois a Sul persistem de limitações de natureza ecológica, onde está localizado o Parque Nacional da Kissama, ambiente que deve ser resguardado no silêncio natural, de formas a não perturbar a vida animal.

A oportunidade para a descompressão parece ter chegado com o alargamento da área de Luanda e as novas centralidades que se estão a construir a norte e numa área bem limitada no seu extremo sul.

### **5.3 Governadores respondem directamente ao Presidente de República**

*Semanário Factual*

*De 21 a 28 de Maio de 2010*

Os governadores provinciais passam directamente a responder apenas perante o Presidente da República, em conformidade com o preceituado no n.º 3 do artigo 201 da Constituição.

Neste âmbito, os órgãos coadjuvantes dos governadores são três vice-governadores, ao contrário de dois previstos na lei anterior, sendo que o terceiro será encarregue de velar pelos serviços técnicos e infra-estrutura. Para o efeito, a figura do vice-governador para os serviços técnicos visa o asseguramento da prestação dos serviços básicos às municipalidades.

Fica assim suprimido um conjunto de receitas anteriormente previstas para os órgãos locais do Estado no Decreto-lei n.º 2/07 de 3 de Janeiro, com fundamento em reformas iminentes no domínio do Planeamento, Investimento Público e Regime Financeiro Local. A nova legislação prevê o princípio da audiência prévia, segundo o qual os órgãos da administração central do Estado devem ouvir os organismos locais sempre que pretendam adoptar medidas com incidência local.

Os administradores municipais passam a ser nomeados e exonerados pelos respectivos governadores provinciais.

### **5.4 Descentralização e questões sociais em debate no Soyo**

*Semanário Angolense,*

*De 22 a 29 de Maio de 2010*

O Fórum de Desenvolvimento do Soyo, espaço de interacção e engajamento das Organizações da Sociedade Civil, promoveu sessões de debates públicos, na sala de conferências da Biblioteca Municipal, nos dias 20 e 21 de Maio de 2010, sobre a "descentralização e questões sociais ligadas a vida do município do Soyo" com o objectivo de promover a participação pública no processo de tomada de decisão a nível local, segundo nota de imprensa divulgada pela organização.

O Fórum de Desenvolvimento do Soyo é uma plataforma de interacção e engajamento das Organizações da Sociedade Civil a nível local e nesta actividade conta com a colaboração REDE DESC, SOS – CEDIA, Associação do Naturais e Amigos do Soyo, igrejas locais e autoridades tradicionais.

Esta actividade é financiada pelo Programa de Apoio aos Actores e conta com apoio institucional da Administração Municipal do Soyo.

Importa realçar que este processo é extensivo a toda província do Zaire, no quadro da qual foi realizado um debate público sobre o mesmo tema, em Mbanza Congo, Zaire. No mês de Junho a organização pretende levar a discussão aos municípios do Tomboco e Nzeto.

### **5.5 Divisão administrativa abrange todo território**

*Jornal de Angola*

*De 23 de Maio de 2010*

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou ontem, na cidade de Benguela, que o processo de reorganização e divisão administrativa, em curso no país, vai abranger todas as províncias e municípios onde se justificar essa medida.

Falando num encontro com membros da sociedade civil, o governante referiu que o programa de reorganização e divisão administrativa visa criar serviços que possam, rapidamente, resolver os problemas das comunidades.

Durante o encontro, Bornito de Sousa apresentou o plano do Executivo angolano de elevar a comuna da Catumbela à categoria de município.

A esse respeito, explicou que o Governo decidiu elevar aquela localidade à categoria de município, em função do seu crescimento e desenvolvimento económico e da densidade populacional que a região regista.

Disse acreditar que, com a elevação de Catumbela à categoria de município, a província de Benguela,

sobretudo a região litoral, vai conhecer outro desenvolvimento económico e social, para o bem das comunidades.

A decisão foi aplaudida por empresários, autoridades tradicionais, entidades religiosas, políticos e governantes da Catumbela e outros municípios, entre os quais o governador local, Armando da Cruz Neto.

A comuna da Catumbela, com ma população estimada em mais de 160 mil habitantes, situa-se entre as cidades do Lobito (onde até então pertencia administrativamente) e a de Benguela, igualmente capital da província.

A comuna completa 104 anos no presente ano.

## **5.6 Bebemos água do rio**

*O País,*

*De 28 Maio de 2010*

A maior parte da população da vila do Bom Jesus admitiu que ainda consome água do rio, porque o único chafariz de que dispõe a região não suporta a procura.

Para constatar o fenómeno, a nossa reportagem deslocou -se à até à margem do rio Kwanza, onde encontrou muita gente com tarefas que variavam entre lavar a roupa, tomar banho e encher reservatórios de água.

Estes populares escusaram-se a falar a O PAÍS, mas admitiram, em "off," que estavam a levar água para beber." É mesmo para beber e aqui é assim", disseram.

Já no chafariz, Ana Manuel, 27, que aproveitava o período mais calmo do dia (das 17 às 18h30), para conseguir água do fontanário, explicou ao nosso jornal as razões que obrigam os populares a beber água do rio. "Por termos só um chafariz, nem sempre a pessoa está disposta a lutar para conseguir água", esclareceu, admitindo que já se viu obrigada a consumir água do rio nos dias em que a fonte não funcionou.

Para atenuar o procedimento a que ela e suas companheiras se vêem obrigadas, vezes sem conta, Ana Manuel explicou que, apesar de primeiro ser projectada para um tanque que fica na zona alta, a água do chafariz também vem directamente do rio. No fontanário, o clima não era dos melhores. Mais de 50 pessoas disputavam o acesso do precioso líquido em apenas duas torneiras.

Por isso, ninguém conseguia o líquido vital sem se molhar. Para agravar a situação, O PAÍS soube dos moradores que aí se encontravam que há alturas em que a água não corre.

Curiosamente, alguns camiões cisternas abastecem -se de água, a partir de duas girafas que estão instaladas defronte à indústria de água e sumo. Ana Maria disse que essa água normalmente é transportada para

Luanda, tendo acrescentado que" os moradores do Bom Jesus só beneficiam dessa água se fizerem parar os camionistas com a, finalidade de comprá-la".

## **5.7 Políticos desaprovam a divisão do Bengo**

*O País*

*De 28 de Maio de 2010*

O deputado e líder, da Nova Democracia União Eleitoral, Quintino Moreira, deplorou a forma como está a ser tratada a questão geográfica da província de Luanda.

O deputado disse entender que para conferir uma maior legitimidade a uma medida do género era preferível que houvesse uma discussão pública, ou que a população da província do Bengo, na iminência de perder a quase totalidade do município de Icolo e Bengo, fosse consultada para o efeito.

Esta questão está, de resto, a ser objecto dos mais distintos comentários nos meios políticos do partido no poder. Há mesmo segmentos que desaprovam esta ideia que está a ser defendida por Bornito de Sousa.

Uma alta figura do partido no poder, segundo uma fonte de O PAÍS, terá dito mesmo que "isto ainda não foi discutido", deixando claro que não é consensual a proposta de alteração dos limites geográficos de Luanda.

Presente no parlamento, o agora ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, não respondeu à preocupação apresentada pelo parlamentar da Nova Democracia União Eleitoral.

A proposta avançada pelo titular da Administração do Território está, entretanto, a levantar velhas polémicas de reconfiguração dos limites territoriais do Kuanza – Norte e do Bengo.

De acordo com uma fonte de O PAÍS, os habitantes de Quibaxe e arredores, herdeiros do antigo Reino dos Dembos, falam de Um velho estatuto que atribuía a categoria de província a esta circunscrição administrativa.

## **5.8 «Se for que a população elegeu não tem nenhum mal»**

*Capital*

*De 29 de Maio de 2010*

Para o sociólogo Massequele José Kitunga, desde os primórdios, a sociedade sempre soube organizar-se em grupos para a busca de soluções dos problemas que afligissem os seus membros.

«As comissões de moradores existem desde os primórdios. São pessoas que se organizam em busca ou defesa dos seus direitos», ilustrou.

Na visão do sociólogo os

I moradores deviam fazer parte da assembleia, onde são eleitos os seus representantes. «Todos são potenciais candidatos. A assembleia elege os candidatos que achar melhores e idóneos, mas seria bom que estes dominassem os problemas do bairro», para isso, acrescenta, «se estiverem mais tempo no bairro, melhor».

«Deve ser alguém com uma conduta positiva e ter feito algo de positivo no bairro», completou.

O especialista defende não haver incompatibilidade no exercício de dupla função, tal como acontece nas comissões de moradores, onde o primeiro secretário do partido, no caso, o MPLA, é, ao mesmo tempo, presidente da comissão de moradores.

«É preciso, antes, saber quem elegeu ou indicou o cargo. Se for a própria população, não tem nenhum mal. O partido é que não deve indicar alguém ao cargo da Comissão de Moradores», dissipou, para notar que, qualquer interferência do partido nesse campo, «mina a convivência na comunidade e os princípios democráticos».

Massequele Kitunga, retrata que o país, na sua globalidade, tem vindo a assistir a uma crescente duplicidade de papel, onde se «confunde o partido com o governo», e acredita estar a mesma tendência a alastrar-se aos escalões mais baixos.

«A comissão de moradores não deve funcionar numa estrutura afecta a um partido», reprovou, observando que tal prática «oprime os demais moradores que não se revêem naquele partido. As comissões de moradores são partidárias. A partidarização destas faz com que elas percam o seu papel comunitário», atestou Massequele, para mais adiante advogar a necessidade de qualquer associação dever ter uma sustentação jurídica e legal, para que possa desenvolver as suas tarefas com mais segurança e orientação.

Muitas vezes moradores sentiram-se intimidados quando os coordenadores ou presidentes de comissões de moradores são oficiais das forças de defesa e segurança. O medo decorre, segundo alegam, do facto de estes servirem-se da sua condição militar, para se imporem.

Entretanto, o sociólogo relativiza, e diz que os agentes da autoridade, Polícia e FAA, podem fazer parte da comissão de moradores, porém, «devem agir apenas como cidadãos e moradores».

«Não devem utilizar a sua posição para resolver os problemas», adverte.

## 5.9 GPL promete apoiar comissões de moradores

*Capital*

*De 29 de Maio de 2010*

A Governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, em declarações à Imprensa, na última quarta-feira, 26, no município do Rangel, garantiu apoiar as comissões de moradores que apresentarem programas e projectos que visem a melhoria de vida e resolução dos problemas que afligem as comunidades.

A dirigente afirmou que o GPL vai ajudar as comissões de moradores, pois, se o trabalho for conjunto, será possível melhorar a imagem da cidade, sobretudo as condições ambientais, sanitárias e a qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com a governadora, existem investimentos que não estão ao alcance das comissões de moradores, mesmo com a contribuição monetária dos interessados. A título de exemplo apontou os prédios do Bairro Caputo que estão a ser pintados e que precisam de ter as telhas substituídas. «É um investimento que não está ao alcance da comissão de moradores. O GPL verá em que medida é possível entrar numa parceria para resolver este problema», prometeu.

Do Espírito Santo frisou que todas as outras localidades onde os moradores organizados estão a tomar algumas medidas para melhorar a qualidade de vida dos residentes e o estado físico dos imóveis onde habitam, deverão contar, também, com a parceria do GPL.

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Ministro Pitra Neto acusado de “usurpar” casas dos funcionários

*Semanário Angolense,*

*De 01 a 08 de Maio*

Um grupo de funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) procurou, esta semana, o Angolense para denunciar o que considera de "desordem no Ministério de Pitra Neto". Os trabalhadores acusam o Ministro da Administração Pública Emprego e Segurança Social e o seu director do Gabinete jurídico, Jesus Faria Maiato, de se apoderarem das residências construídas para os trabalhadores.

De acordo com os funcionários, que se mostram insatisfeitos com o comportamento do governante e do seu colaborador, no início do projecto denominado "Condomínio Dormir Descansado", há seis anos, o Ministro não se importou com o projecto, porque pensava que as residências que estavam a ser construídas aí eram como as do Zango, tendo apenas autorizado o INSS para a construção. Entretanto, depois de concluído e tendo sido convidado pelo Director Nacional do Instituto Nacional de Segurança Social para visitar condomínio, tal como narraram, Pitra Neto tira agora o direito as pessoas que pagaram e pretende passar as residências à outras.

A lista inicial que comportava 28 trabalhadores, estes que ao longo dos seis anos foram pagando prestações, foi ignorada, tendo a direcção do Instituto elaborado outra, sob orientação do Ministro, que contém 50 nomes, que corresponde ao total de residências. Desta nova lista, de acordo com a denúncia dos trabalhadores, 22 casas foram reservadas para o Ministro Pitra Neto, enquanto que as restantes vão beneficiar pessoas da conveniência do Ministro e do director do Gabinete Jurídico.

Tal como nos relataram os funcionários, nem todos que estão na "preciosa" lista são funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social.

### 6.2 Nasce nova cidade no município do Kilamba Kiaxi

*O Independente*

*De 1 de Maio de 2010*

O projecto habitacional "Nova Cidade do Kilamba Kiaxi", em construção desde meados de 2008, na zona do Cama ma, em Luanda, contempla a construção de 409 prédios, 20 mil apartamentos e vai beneficiar 120 mil pessoas.

Localizado nas imediações do Estádio Nacional 11 de Novembro, a nova vila está a ser implementada numa área global de cinco mil e 200 hectares, em três etapas distintas. A primeira fase assenta na construção das habitações, escolas, creches, estradas e estruturas para fornecimento de água e energia e vai consumir 900 hectares.

Dos 409 edifícios, 123 possuem quatro andares, 160 (oito), 68 (10) e 58 (12). Todos têm casas no rés-do-chão e quatro apartamentos por cada piso. Com o intuito de inteirar-se sobre as suas características e o grau de execução do projecto, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visitou recentemente o recinto.

A "Nova Cidade do Kilamba Kiaxi" surge de urna parceria público / privada e abrange, na sua primeira fase, que vai até 2012, a edificação de vinte mil apartamentos espaçosos dos tipos T2, 13 e T4, 24 creches e jardins infantis, nove escolas primárias e oito secundárias, parques de estacionamento, paragens para transportes públicos e lojas.

O projecto contempla igualmente, nessa etapa inicial, a construção de várias ruas com o sistema de esgoto e drenagem residual, redes de água e telecomunicações, urna Estação para Tratamento das Águas Residuais (ETAR) com capacidade para 35 mil metros cúbicos/dia e subestações de energia para abastecer todo o quarteirão.

Segundo o esboço da obra, está também previsto, ainda nesta primeira fase, urna Estação para Tratamento de Água (ETA) para cerca de 400 metros cúbicos e redes de distribuição de electricidade.

A segunda fase arranca em 2012 e abarca a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde três instituições financeiras, postos de combustível,



esquadras policíam, quartéis de bombeiros, igrejas, cemitério e museu. Tão logo termine esta, arranca a última, prevendo-se, até a sua conclusão, a construção de 70 mil apartamentos.

Vão estar concluídos em Julho deste ano, no quadro do milhão de casas constantes no programa nacional de habitação para até 2012, disse ao semanário O INDEPENDENTE o ministrado Urbanismo e Construção, José Ferreira, que acrescentou que os imóveis se destinam, essencialmente, a funcionários públicos.

De momento estamos engajados na construção da subestação e da estação de tratamento de águas residuais e só depois da conclusão dos primeiros três mil apartamentos é que vamos começar a definir os custos" esclareceu.

José Ferreira destacou o facto do projecto possuir um elevado número de serviços sociais básicos integradas que permitirão aos beneficiários viver numa zona com condições propícias de habitabilidade, escusando-se de deslocar ao centro de Luanda.

### **6.3 Governo angolano quer construir milhão de casas**

*Agora,*

*01 de Maio de 2010*

José Eduardo dos Santos assumiu o compromisso de construir um milhão de casas até 12, disponibilizando cerca de 100 mil hectares em todo o país para alcançar esta meta. O governo deverá construir 115-r.nij], os \_ privados 120 mil, as cooperativas 80 mil e a população fica com uma fatia de 685 mil, ao abrigo de autoconstrução dirigida. O programa, recorde-se, implica controlo de preços dos materiais de construção e rigor na atribuição dos terrenos.

Outras das grandes obras que está a ser feita no país é a requalificação da Baía de Luanda, uma obra de 130 milhões de dólares (97 milhões de euros) que está a ser desenvolvida pela Mota-Engil em consórcio com a Soares da Costa. O projecto envolve a despoluição da baía, o alargamento para seis faixas de rodagem dos 5 km da Avenida 4 de Fevereiro ligando o porto de Luanda à Ilha do Cabo -, a construção de 12 parques de estacionamento, zonas verdes e áreas de lazer. O projecto deverá estar concluído em finais de 2011.

O desenvolvimento de obras públicas é uma das grandes prioridades do governo angolano, como comprova o Plano de Investimentos Públicos (PIP) de 2009, com um volume de despesas previsto acima de 5,19 mil milhões de dólares (387 mil milhões de euros). O plano de investimento para a modernização do porto de Luanda - que teve início em 2008 e tem conclusão prevista para 2013 - é outra das obras prioritárias. O

excessivo congestionamento que se regista diariamente tem dificultado a rentabilidade de várias unidades produtivas e comerciais. A Multiterminais, empresa que explora o terminal, prevê que o investimento total ronde os 52 milhões de dólares (38 milhões de euros).

A construção dos quatro estádios para o Campeonato Africano das Nações (CAN 2010) também marcou a agenda recente das obras angolanas. Luanda, Benguela, Huila e Cabinda foram as cidades escolhidas para receber este campeonato, que custou 600 milhões de dólares (448 milhões de euros) só na construção de estádios. Neste campeonato, as empresas nacionais ficaram de fora, tendo sido os chineses a "marcar golos".

### **6.4 Super-ministro reprovava modelo actual de realojamento**

*O Independente*

*De 1 de Maio de 2010*

Não podia ser menos áspero diante de tanta reclamação daquilo que é uma das maiores fragilidades da Administração de Luanda. Carlos Feijó defende ser necessário um processo cada vez mais "socializante" de realojamento das populações.

Sem acrescentar algo de novo em relação ao que tem sido reclamação da população, o ministro de Estado teve apenas o mérito de dar a voz para reprovar nas entrelinhas o modelo de habitações (ou tendas) dadas aos desalojados ao defender um processo de realojamento em condições condignas.

Carlos Feijó associou o PR ao seu descontentamento com o modelo usado pela administração de Luanda ao dizer que "esta é uma prioridade que o PR defende e que consiste num programa integrado para Luanda". A promessa é seguir o princípio da não reprodução de musseques, mas construir habitações condignas.

### **6.5 Luanda entre ruralização e a mussequização**

*Semanário Angolense*

*De 01 de Maio de 2010*

Utff! Finalmente! Contrariamente ao que os leitores poderão pensar, a minha ausência não se deveu a férias (merecidas e que espero poder gozar oportunamente!) ou a outra qualquer razão de foro pessoal. Foi uma ausência que se deveu a razões-outras. Uma ausência que se explica numa palavra: Luanda. Pois é, a ausência é sinónima de Luanda. Luanda condicionou-me e estou certa que continuará a condicionar, a minha vida, a minha existência. Dirão alguns, lá vem ela com as suas lamúrias esses serão aqueles a quem nada falta! -mas,

que fazer se esta é a realidade? E a realidade nua e crua (e a realidade é bem menos contemporizadora que a ficção) é que aqui é tudo difícil e complicado. Quando se trate do cidadão comum, do arranjar uma casa (credo, preços. tanto para arrendar quanto para comprar) ao acesso à Internet, é um «Deus nos acuda». É neste imbróglio em que me vejo há umas semanas e já compreendo porque não poucas pessoas se mostram agastadas e desejosas de viajar, de respirar, de descansar desse frenesim que é viver em Luanda. Tal é (já) o meu caso.

Neste momento não sei se haverá alguma vantagem em viver, nesta desgastada cidade. Não sei se haverá alguma vantagem em viver numa cidade pejada de desencanto de longe as províncias (como se Luanda, também ela, não fosse uma província) onde a qualidade de vida não é palavra vã. De Luanda diz-se, e não é de hoje, ter-se ruralizado - e são também abalizados sociólogos que o dizem. Quer isto dizer que já não se trata de uma cidade, Luanda integra o leque de vilas e aldeias deste imenso país. E qual a razão para Luanda ser assim considerada? Em termos literários, dir-se-á que o livro de Manuel Rui, «Quem me dera ser onda», enuncia o que na ocasião se configurava como «uma fase» e uma vez mais a realidade teimou em contrariar: não se tratava de uma fase e sim do futuro-presente da cidade de Luanda. Mas, afinal, o que é que faz com que se fale da ruralização de Luanda? Será a desarrumação, a decrepitude, a desarmonia? Será a ausência de asfalto em muitas artérias, de passeios, o facto de a terra batida em pleno centro ter deixado de ser excepção para passar a regra e Luanda se encontrar envolta numa bruma de poeira que obriga a que não haja pés que se mantenham limpos por muito tempo e que os veículos tenham (?) de ser lavados diariamente? Será por Luanda ser, não um canteiro de obras mas sim um «jardim» à beira-mar juncado de riachos, lagoas, de água e lixo a céu aberto, de poluição generalizada? Será por Luanda viver sob o sigo da ausência de energia, de água, de saneamento?

Serão essas as razões que explicam o facto de Luanda ser tida como espaço rural? Bom, primeiro parece-me que o espaço rural, vulgarmente conhecido por campo, não é, de todo, um espaço desorganizado e poluído. Para além de serem espaços de terra batida, as aldeias são, normalmente, espaços considerados de carência de água, de energia, de escolas, de postos de saúde, enfim, de um pouco de tudo. No entanto, são espaços dignos. De entre as características dos espaços urbanos, das cidades, a ordem, a organização, são alguns dos elementos considerados. Ao nível das infra-estruturas, da administração (sobretudo no caso das capitais em que o poder político aí se encontra sedado), nos planos económico e social, são espaços com grande nível de desenvolvimento se e quando comparados

com o espaço rural (é claro que, em tudo isso, importa ter em atenção a geografia e o contexto). No quadro das relações interpessoais, também aí existem diferenças e especificidades - as cidades são espaços tidos como impessoais e onde a solidariedade é reduzida (no entanto, pode dizer-se que estamos em presença de novas configurações no âmbito das relações entre os indivíduos, como é o caso das [novas] famílias).

Ainda que muito pouco ouvida e generalizada (refiro-me à expressão que adiante se verá), a verdade é que parece pretenderes dizer, também, que Luanda, se mussequizou, Em termos de arquitectura urbanística, parece não existir fronteira entre os chamados musseques e a cidade propriamente dita (leia-se Luan-dino Vieira e o seu belo livro «A cidade e a infância»), o que a nova configuração administrativa veio cimentar o Cazenga de ontem não é o de hoje, o Sambizanga também não, e por aí fora. Assim é que me parece excessivo considerar, pelas razões atrás aduzidas, que Luanda se ruralizou e é com manifesta relutância e por isso resisto a falar de uma Luanda mussequizada, sendo que uma das razões é de natureza ideológica. No entanto, não posso deixar de considerar que existem elementos do espaço rural e dos bairros da então Periferia, vulgo musseques, que podem ser encontrados no espaço que é, ainda hoje, considerado como cidade: Luanda. O que faz de Luanda, ainda, uma cidade, é a demografia o número de habitantes e a sua densidade populacional, é o facto de ser capital política, administrativa, económica, financeira e cultural de Angola e o ter permanecido intacta (para o bem e para o mal) no concernente à produção agrícola (esta, mantém-se no campo). Uma cidade deveria ser um espaço onde, a par do frenesim e da atracção que exerce sobre os não-monádicos, fosse fácil viver no concernente às questões básicas: para além da energia (que quando vem, uma tia minha diz «Glória a Deus») e da água (a mesma tia, quando a água vai diz «que mal fiz eu a Deus?»), habitação, os transportes (públicos), a banca (eternamente «sem sistema»), o (des) acesso à Internet, enfim, um sem número de coisas que todos sabemos.

Pois é, é neste sufoco que me encontro tentando estoicamente resistir aos inúmeros atropelos à cidadania com que me deparo diariamente. Para o bem e para o mal também aqui direi que Angola é a minha perdição! Bom, e término como comecei finalmente tenho Internet!!! Veremos até quando! Utfff!!!

## **6.6 Estudo conclui que sector imobiliário só trabalha p'ósricos**

*Semanário Angolense*

*De 1 de Maio de 2010*

Os processos de construção habitacional. Angola necessita considerar os segmentos integrados pelas camadas sociais mais baixas, segundo conclui um estudo acabado de ser lançado pela companhia de auditores e consultores Deloitte Angola,

De acordo com o estudo, a oferta imobiliária em Angola é ainda muito reduzida e focada para segmentos "upper upscale», ou da classe alta, alta, estando, além disso, concentrada em Luanda.

Nessa acepção, o estudo aponta para a «necessidade de considerar outros segmentos do mercado chegando mesmo a alertar os intervenientes do sector imobiliário para a necessidade de «apostarem em novos segmentos e não se vocacionarem apenas para as classes mais altas».

Denominado «Re-Search: 10 Factores de Competitividade do Sector Imobiliário Angolano». o estudo foi realizado pela Deloitte Angola para a Escom Imobiliária e para a Mota-Engil.

O documento conclui que a evolução e a competitividade deste mercado em Angola está essencialmente dependente de dez factores como são a demografia; direitos de propriedade; terrenos e localização; custos/riscos financeiros; custos de construção; segmentação; produto; concorrência; burocracia; e o "preço a pagar».

Ao caracterizar a procura actualmente focada pelo mercado o estudo nota que está a emergir em Angola uma classe média, com maior poder de compra e interesse em adquirir casa própria.

Trata-se, indica de uma classe média que tem uma importância crescente, constituindo-se em jovens, com nível de educação superior, que trabalham em multinacionais, na função pública, em instituições bancárias, entre outros. e que procura habitação.

"Este novo segmento surge mediante o aumento da taxa de emprego e a estabilização de vínculos laborais que permitem um aumento do poder de compra por parte da população», define-se no documento que aponta, nessa mesma perspectiva, para a dinamização económica do tecido empresarial nacional, que tem dado origem à diminuição do absentismo e consequentemente a uma população com um rendimento disponível crescente.

Mas ao estabelecer uma relação entre tais rendimentos e a oferta fundiária disponível. o estudo conclui que o facto de as parcelas de terrenos disponíveis para

construção em zonas nobres serem escassas reflecte-se nos elevados preços de comercialização praticados forçando a orientação dos produtos imobiliários para segmentos com poder de compra inferior.

«É de notar que o número médio de pessoas por agregado familiar tem vindo a reduzir e cada vez mais jovens casais pretendem adquirir casa própria, o que tem determinado um aumento da procura por tipologias mais pequenas T1 a T3», aponta-se no documento.

Ainda assim. Prossegue, há uma tendência crescente do número de expatriados que necessitam de habitação temporária, criando um mercado de arrendamento atractivo ou dando origem ao desenvolvimento de um mercado de arrendamento de habitações em segunda mão, muitas vezes sem as condições necessárias, levando os promotores imobiliários neste mercado específico a baixar os preços de comercialização.

No entanto, o estudo considera que a componente mais relevante no investimento total deste sector é a construção e que a insuficiente capacidade produtiva de matérias-primas para o sector da construção, associada aos constrangimentos logísticos do seu transporte, encarece o custo da construção de um empreendimento.

Os autores do estudo apontam ainda para uma incipiente maturidade no mercado imobiliário em Angola, que dizem ser "própria dos mercados emergentes,», como é o facto de não existirem produtos de financiamento imobiliário estruturados, em parte devido à ineficácia de registos prediais que inibe o desenvolvimento do crédito habitação.

«Associada à inexistência de garantias reais, esta situação limita o acesso ao crédito por parte da população», declara-se no documento.

Os autores lamentam o facto da inexistência de legislação sobre propriedade horizontal resultar no condicionamento do desenvolvimento, a par de outras barreiras à entrada, como a forte carga burocrática, os custos de aquisição de terrenos, a aprovação de projectos e o desbloqueamento de licenças.

Mas o estudo chega a uma conclusão dramática: os autores revelam que «os players do mercado imobiliário desconhecem qual e como será a sua evolução», descrevendo a oferta imobiliária angolana como aquela sopa em que tudo se mistura.

A par da escassez da oferta, os produtos imobiliários que existem caracterizam-se por um mix de valências, nomeadamente residencial, comercial e de escritórios., o que fará com que perante consumidores cada vez mais bem informados, os produtos a comercializar tendam a basear-se no conceito «Value for Money».

## **6.7 Governo angolano quer construir milhão de casas**

*Agora*

*De 01 de Maio de 2010*

José Eduardo dos Santos assumiu o compromisso de construir um milhão de casas até 2012, disponibilizando cerca de 100 mil hectares em todo o país para alcançar esta meta. O governo deverá construir 115 mil casas privadas, 120 mil, as cooperativas 80 mil e a população fica com uma fatia de 685 mil, ao abrigo de autoconstrução dirigida. O programa, recorde-se, implica controlo de preços dos materiais de construção e rigor na atribuição dos terrenos.

Outras das grandes obras que está a ser feita no país é a requalificação da Baía de Luanda, uma obra de 130 milhões de dólares (97 milhões de euros) que está a ser desenvolvida pela Mota-Engil em consórcio com a Soares da Costa. O projecto envolve a despoluição da baía, o alargamento para seis faixas de rodagem dos 5 km da Avenida 4 de Fevereiro ligando o porto de Luanda à Ilha do Cabo, a construção de 12 parques de estacionamento, zonas verdes e áreas de lazer. O projecto deverá estar concluído em finais de 2011.

O desenvolvimento de obras públicas é uma das grandes prioridades do governo angolano, como comprova o Plano de Investimentos Públicos (PIP) de 2009, com um volume de despesas previsto acima de 5,19 mil milhões de dólares (387 mil milhões de euros). O plano de investimento para a modernização do porto de Luanda - que teve início em 2008 e tem conclusão prevista para 2013 - é outra das obras prioritárias. O excessivo congestionamento que se regista diariamente tem dificultado a rentabilidade de várias unidades produtivas e comerciais. A Multiterminais, empresa que explora o terminal, prevê que o investimento total ronde os 52 milhões de dólares (38 milhões de euros).

A construção dos quatro estádios para o Campeonato Africano das Nações (CAN 2010) também marcou a agenda recente das obras angolanas. Luanda, Benguela, Huila e Cabinda foram as cidades escolhidas para receber este campeonato, que custou 600 milhões de dólares (448 milhões de euros) só na construção de estádios. Neste campeonato, as empresas nacionais ficaram de fora, tendo sido os chineses a "marcar golos".

## **6.8 Ministro Pitra Neto acusado de "usurpar" casas dos funcionários**

*Semanário Angolense,*

*De 01 a 08 de Maio*

Um grupo de funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) procurou, esta semana, o Angolense para denunciar o que considera de "desordem no Ministério de Pitra Neto". Os trabalhadores acusam o Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e o seu director do Gabinete jurídico, Jesus Faria Maiato, de se apoderarem das residências construídas para os trabalhadores.

De acordo com os funcionários, que se mostram insatisfeitos com o comportamento do governante e do seu colaborador, no início do projecto denominado "Condomínio Dormir Descansado", há seis anos, o Ministro não se importou com o projecto, porque pensava que as residências que estavam a ser construídas aí eram como as do Zango, tendo apenas autorizado o INSS para a construção. Entretanto, depois de concluído e tendo sido convidado pelo Director Nacional do Instituto Nacional de Segurança Social para visitar o condomínio, tal como narraram, Pitra Neto tira agora o direito as pessoas que pagaram e pretende passar as residências à outras.

A lista inicial que comportava 28 trabalhadores, estes que ao longo dos seis anos foram pagando prestações, foi ignorada, tendo a direcção do Instituto elaborado outra, sob orientação do Ministro, que contém 50 nomes, que corresponde ao total de residências. Desta nova lista, de acordo com a denúncia dos trabalhadores, 22 casas foram reservadas para o Ministro Pitra Neto, enquanto que as restantes vão beneficiar pessoas da conveniência do Ministro e do director do Gabinete Jurídico.

Tal como nos relataram os funcionários, nem todos que estão na "preciosa" lista são funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social.

## **6.9 Ministro Pitra Neto acusado de “ usurpar” casas dos funcionários**

*Semanário Angolense,*

*De 01 a 08 de Maio*

Um grupo de funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) procurou, esta semana, o Angolense para denunciar o que considera de "desordem no Ministério de Pitra Neto". Os trabalhadores acusam o Ministro da Administração Pública Emprego e Segurança Social e o seu director do Gabinete jurídico, Jesus Faria Maiato, de se apoderarem das residências construídas para os trabalhadores.

De acordo com os funcionários, que se mostram insatisfeitos com o comportamento do governante e do seu colaborador, no início do projecto denominado "Condomínio Dormir Descansado", há seis anos, o Ministro não se importou com o projecto, porque pensava que as residências que estavam a ser construídas aí eram como as do Zango, tendo apenas autorizado o INSS para a construção. Entretanto, depois de concluído e tendo sido convidado pelo Director Nacional do Instituto Nacional de Segurança Social para visitar condomínio, tal como narraram, Pitra Neto tira agora o direito as pessoas que pagaram e pretende passar as residências à outras.

A lista inicial que comportava 28 trabalhadores, estes que ao longo dos seis anos foram pagando prestações, foi ignorada, tendo a direcção do Instituto elaborado outra, sob orientação do Ministro, que contém 50 nomes, que corresponde ao total de residências. Desta nova lista, de acordo com a denúncia dos trabalhadores, 22 casas foram reservadas para o Ministro Pitra Neto, enquanto que as restantes vão beneficiar pessoas da conveniência do Ministro e do director do Gabinete Jurídico.

Tal como nos relataram os funcionários, nem todos que estão na "preciosa" lista são funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social.

## **9.10 Forças Armadas criam cooperativas**

*Jornal de Angola*

*De 6 de Maio de 2010*

Uma cooperativa habitacional criada por efectivos militares e civis das Forças Armadas Angolana (F AA) vai construir, a partir de Junho, casas de baixa, média e alta renda nas 18 províncias do país.

O vice-presidente para a fiscalização e auditoria do projecto "Pérola Verde", major Paulino Pinheiro Ndombele, disse que a iniciativa pretende minimizar a dificuldade na aquisição de casa por parte dos militares,

trabalhadores civis das FAA e antigos combatentes.

Ndombele afirmou que as primeiras casas começam a ser construídas já este ano, numa primeira fase com financiamento próprio, mas que o Banco de Poupança e Crédito está a fazer um estudo de viabilidade para participar no projecto. O programa, referiu, contempla modelo de financiamento em que a cooperativa se encarrega de negociar com os bancos comerciais a concessão de créditos e prazos de reembolsos, salvaguardando os interesses dos associados. O projecto, constituído por um conselho administrativo encarregado de proporcionar as condições técnicas e administrativas, tem como presidente o pelo Chefe do Estado-maior do Exército, general Jorge Barros

## **6.11 Angola Jovem adia sonhos da casa própria**

*A Capital*

*De 08 de Maio de 2010*

Tudo tinha começado mais ou menos bem aos 06 de Abril de 2010, quando a vice-governadora de Luanda para área social, Jovelina Imperial, anunciou a conclusão das primeiras 90 residências, ergui das pelo Ministério da Juventude e Desportos no âmbito do Programa Angola Jovem.

O anúncio foi feito durante uma conferência de imprensa sobre a construção de novos bairros para juventude e os requisitos de acesso a estas casas.

Disse que as condições para a aquisição de uma habitação social obrigaria a que o interessado fosse residente, habitualmente, em Luanda há mais de dois anos, fosse cidadão angolano, com idade compreendida entre os 25 e 35 anos, tivesse ocupação remunerada e não possuísse casa própria.

Entre outras condições avançadas para se puder ter acesso às casas em causa, Jovelina Imperial apontou a apresentação de documentos, tais como uma ficha de inscrição devidamente preenchida, uma declaração de rendimentos passada pela entidade empregadora, um atestado de residência, uma certidão matrimonial ou declaração de união de facto, uma cópia do BI, cartão de contribuinte e um documento comprovativo da situação militar regularizada.

O preço da casa é de 170 mil dólares norte-americanos, começando o beneficiário por depositar, obrigatoriamente, num banco, (na altura não especificado), uma caução estimada entre 10% a 20% do valor da casa e poderá amortizar o crédito por um período de 15 a 20 anos.

Apesar dos pesares, até aqui estava tudo mais ou menos entendido. As reclamações gravitavam apenas em tomo da alteza dos preços. Ninguém, no entanto, calculava

que Jovelina Imperial tinha omitido uma outra componente de obrigações, por sinal, as mais frustrantes.

É que para o espanto dos candidatos, um novo personagem apareceu, no caso, o subdirector de micro-finanças do Banco de Poupança e Crédito, (BPC), Afonso José. Ao bancário coube então deitar um balde de água fria sobre todas as expectativas.

Ao contrário daquilo que foi anunciado por Jovelina Imperial, afinal, de acordo com Afonso José do BPC, os beneficiários pagarão 80 mil e 167 kwanzas por mês, de amortização, durante 20 anos.

O que também não foi dito no momento do anúncio do projecto, mas dito agora pelo bancário, é que os contemplados têm de ser clientes do BPC onde devem domiciliar os salários durante todo o período de validade do contrato.

Outra novidade tem a ver com a obrigatoriedade de os abrangidos terem que possuir seguro de vida. As 90 residências foram construídas na comuna da Camama, Kilamba Kiaxi, comportam dois quartos, uma casa de banho, uma suite, uma sala de estar, uma cozinha, uma garagem, um quintal, uma área coberta de 128 metros quadrados e uma área bruta de 147 metros quadrados, cujo lote desenvolve-se a nível do rés de chão e primeiro andar.

Para os jovens na generalidade, esta reviravolta veio demonstrar que a finalidade do Programa não é, absolutamente ajudar os jovens a concretizarem o velho sonho da casa própria, antes pelo contrário, trata-se de uma manobra dilatória para hipotecar o futuro da juventude.

Isto é o que alguns jovens entendem, outros, entretanto, caracterizam a atitude das duas instituições envolvidas como sendo de má fé. «O mais doloroso é que se esteja a dizer que se entre os que ganharam o sorteio houver aqueles que não consigam arcar com as despesas postas, o Ministério da Juventude e Desportos realizará outro sorteio para encontrar novos candidatos», afirmação que na interpretação dos jovens denota exclusão e insensibilidade.

## **6.12 Ministra crítica especulação de preços**

*Jornal de Angola*

*De 8 de Maio de 2010*

A ministra do Comércio pediu, ontem, aos operadores do ramo imobiliário, que criem projectos habitacionais de baixa renda, em função da grande procura de casas sociais que se regista.

Idalina Valente criticou os preços especulativos dos imóveis, garantido que os objectivos do Plano Nacional de Habitação é conceder casas decentes, a preços controlados, a toda a população.

A ministra, que inaugurou, ontem, a primeira edição do Salão Imobiliário de Angola, disse que a solução dos problemas habitacionais e o fortalecimento do sector privado constituem os principais desafios do Executivo para o quadriénio 2009/2012.

O salão imobiliário, afirmou, representa uma oportunidade para o incremento de negócios e a troca de experiências entre os profissionais, além de contribuir para o desenvolvimento de novas parcerias, fortalecimento do mercado nacional e uma melhor avaliação das novas tendências do mercado mundial.

A ministra do Comércio considerou importante reavaliar os pressupostos de desenvolvimento urbano e habitacional, com vista à superação dos problemas. "Vamos continuar a envidar esforços para atrair investimento estrangeiro para este sector", salientou a ministra, manifestando o empenho do Executivo em desburocratizar o processo de constituição de empresas e introduzir incentivos para lhes garantir maior eficiência, bem como à própria economia.

Idalina Valente defendeu uma política comercial adequada ao ritmo do mercado internacional.

A revisão da actual política, frisou a ministra, permite atrair maiores oportunidades de negócios, ajudar a multiplicar as fontes de rendimento para Angola e a expandir a economia a nível dos mercados internacionais.

Quem também considera especulativos os preços praticados é o presidente do Concelho de Administração da Feira Internacional de Luanda (FIL).

Apenas rendimento alto

"Temos observado um mercado de preços especulativos, onde existem oportunidades apenas para os de rendimento alto", disse Matos Cardoso, acrescentando que o objectivo da feira é contribuir para que os preços sejam aceitáveis para os angolanos mais desfavorecidos.

A presidente da Associação dos Profissionais de Imobiliário de Angola defendeu a atribuição de prémios aos projectos que respeitam os critérios sobre sustentabilidade ambiental, social e os que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações. "A feira vai servir para dar a conhecer a potencialidades do país, analisar o dinamismo do mercado, discutir e apresentar propostas ao Estado para a melhoria do sector habitacional", destacou, anunciando ainda para breve a proclamação da Confederação Imobiliária de Língua Oficial Portuguesa.

## **6.13 Parque habitacional do país apresenta mais necessidades**

*Jornal de Angola*

*De 8 de Maio de 2010*

Para suprir a necessidade de construção habitacional até

2013, os projectos neste domínio devem atingir ou superar uma média de 227.654 casas por ano. De acordo com o Relatório Nacional sobre Implementação da Habitat II, em 2013 Angola terá um défice de 1.138.268 habitações, tendo em conta o crescimento da população e défice por desgaste e latente.

De acordo com o documento do Ministério do Urbanismo e Habitação, apresentado durante a primeira edição do Salão Imobiliário, tendo em conta o crescimento demográfico e sem considerar o défice por desgaste e latente, até 2013 as construções devem abranger uma necessidade na ordem das 373.093 habitações.

O Executivo concebeu subprogramas habitacionais para minimizar o défice de casas e a requalificação do sistema urbano, que integra a construção de lotes urbanizados assentes na auto-construção dirigida, nos quais serão reintegradas as famílias afectadas pelas inundações, assim como as que habitam em zonas de risco.

De acordo com o documento, as construções para as famílias de baixa e média renda estão definidas no modelo de casas de médio padrão, cujos projectos de urbanização serão executados em regime de parceria público-privadas e cooperativas.

Os projectos de requalificação urbana, sob iniciativa dos Governos provinciais, serão promovidos de forma progressiva e em simultâneo com operações de renovação e requalificação dos bairros antigos.

O subprograma de habitações rurais, integradas em projectos agro-industriais, florestais, pecuários e mineiros, beneficia as populações desfavorecidas, visando alcançar aldeias pesqueiras-agrícolas e pecuárias, com a construção de grupos de 50 casas, para mais de duas mil pessoas. Estes projectos incluem a construção de escolas, centros recreativos, lojas, lanchonetes, restaurantes, centros médicos, serviços administrativos, bombeiros e unidade policial.

No subprograma de construção auto-dirigida, o Executivo assegura e disponibiliza os materiais a preços acessíveis, para beneficiar cerca de 685 mil famílias, nas zonas urbanas e rurais. Neste subprograma, o Governo vai incentivar a auto-construção de habitações, aliada a uma política de preços baixos e à oferta de projectos.

Para a concretização dos subprogramas, o Executivo tem por objectivo descongestionar os grandes centros urbanos, criando condições para atrair e fixar população em localidades menos populosas.

Por outro lado, pretende definir os modelos urbanísticos, de forma a garantir a ocupação célere de terrenos, além de desenvolver estudos com vista a suprir a carência habitacional e promover taxas acessíveis às famílias.

## **6.14 O sonho de ter a própria casa é uma miragem**

*Semanário Angolense*

*De 08 a 15 de Maio de 2010*

Em certa medida os planos do governo parecem confusos, ora querem construir um milhão de casas, ora casas sociais para a juventude, habitação para as vítimas das demolições em bairros considerados de risco ou mesmo para aqueles que foram desalojados para satisfazer alguns grupos e detentores do poder. Em muitos casos não houve risco nenhum e tudo gravitou em torno da palavra de ordem: "requalificação".

Ao mesmo tempo que o Governo pretende dar passos sobre a problemática da habitação, o Governo central e os governadores provinciais parecem não falar a mesma língua, ou seja, enquanto uns remam para frente outros o fazem de forma contrária. Pelo menos até ao momento, os governos provinciais, incluindo o executivo de Francisca do Espírito

Santo, demoliram mais casas do que construíram. O plano de construção de um milhão de casas parece ser o inverso – partir para nunca mais parar.

Não estamos contra os planos de requalificação, mas o que se exige é a criação de condições mínimas para os desabrigados, porque o cenário que se vive na província da Huila, de Luanda e de outros pontos do país é um caminho pouco recomendável para quem governa. Ninguém pode ser forçado a abandonar a sua casa para ser atirado numa tenda e sem o mínimo de condições dignas de habitação, a conviver com ratos, baratas, cobras, marginais, numa insegurança total como sucede no Zango. Em alguns casos, há que se repensar o conceito "requalificação", porque requalificar não significa deitar abaixo um determinado bairro e atirar os seus habitantes para o fim do mundo, sem água potável, escolas e outras necessidades básicas.

Ao que tudo indica, o executivo de José Eduardo dos Santos pretende fazer tudo de uma só vez e, por vezes, alguns planos são elaborados sem ter em conta a nossa própria realidade. Um exemplo disso é um assunto que já abordamos estas páginas, que tem a ver com as casas sociais para a juventude, para os jovens que se consideram ter uma renda de escalão médio. No principal serviço noticioso da TVZimbo ficou subjacente a verdadeira juventude angolana aquela que ganha a vida com o seu próprio suor, aquela que vive do salário, embora o Presidente da República tenha admitido que ninguém vive do salário, a verdade, porém, é que a maioria dos jovens que falaram para a reportagem da estação televisiva discorda dos preços estabelecidos pelo Governo. Cada casa custa 170 mil dólares e o candidato tem de dar uma prestação inicial de 17 mil USD, afinal, quem são os jovens que têm este

dinheiro, quando na verdade o salário mínimo nacional é de 110 dólares.

A generalidade dos intervenientes é de opinião que as casas sociais não são para a juventude angolana, aquela que tem apenas uma ou duas refeições por dia ou que fica meses sem auferir o seu salário. Seguramente, aquelas casas serão para os novos-ricos, os detentores de cargos públicos, para não falar dos "filhinhos de papai", que as vão oferecer as amigas. Eles nem sequer vão lá viver, porque têm poder de comprar casas mais luxuosas.

## **6.15 Bloco Democrático denuncia director da Casa da Juventude**

*Semanário Angolense*

*De 08 de Maio de 2010*

O Bloco Democrático (BD) acusa o director da Casada Juventude de Viana, Paulo Maria Augusto, de orquestrar uma manobra com vista a sabotar a realização da sua Convenção Constituinte, marcada para hoje, 8, e amanhã, 9, dá a conhecer um comunicado desta organização aspirante a partido chegado à nossa redacção.

Paulo Augusto rejeitou verbalmente um pedido escrito, enviado em 28 de Abril, pelo Bloco Democrático no sentido de realizar a sua Convenção Constituinte, um requisito exigido por Lei. Recusou-se, ainda, a receber o responsável da Comissão Organizadora do evento, Nelson Pestana, que com ele pretendia abordar o assunto; após este se ter deslocado Casa da juventude como objectivo de se inteirar da resposta dessa instituição.

No dia 2 de Abril, o responsável pela organização da, Convenção; após ter contactado pessoalmente os serviços da Casa da juventude constatou que havia disponibilidade e tomou conhecimento das modalidades de solicitação.

«Enquanto a Lei exige colaboração e celeridade a todas as entidades envolvidas no processo de constituição dos partidos, na prática, todos os órgãos envolvidos nele dificultam ao máximo o trabalho da Comissão Instaladora, com todo o tipo de obstáculo. Tais atitudes visam desestimular a criação de formações políticas democráticas intimidar os cidadãos», asseverar Bloco Democrático.

Considera que até, em situações tão simples como é alugar uma sala; «património do Estado que todos nós somos contribuintes», as instituições, de forma deliberada, mantêm Uma atitude de inviabilização do processo democrático

Entretanto, o BD garante que; estando o processo de

realização da Convenção em curso e envolvendo «pesados custos materiais e políticos», vai a Comissão Instaladora Nacional envidar todos os esforços junto das autoridades superiores para aclarar a situação e manter o local solicitado.

## **6.16 Situação no mercado vai mudar**

*Jornal de Angola*

*De 11 de Maio de 2010*

O bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), António Gameiro, disse sábado, em Luanda, acreditar numa baixa considerável dos preços das residências no país, dentro tios próximos dois anos.

Em declarações à Angop, no âmbito da feira imobiliária que decorreu de 6 a 9 de Maio, em Luanda, o também arquitecto sustentou que os preços das residências tenderão a baixar bastante, tendo em conta os vários projectos imobiliários que estão a ser implementados em todo país pelo Governo angolano, e ao reduzido número da população.

Segundo prognosticou, os investidores que procuram elevados lucros apostando apenas em construções de média e alta renda, serão obrigados a reduzir os preços das moradias e a apostar em projectos imobiliários mais baratos que beneficiem as classes sociais mais carentes.

António Gameiro informou que dentro de dias estarão disponíveis 400 mil kits de construção, dos 700 mil previstos pelo Governo angolano, e que com este material os cidadãos poderão construir as suas próprias casas.

## **6.17 Imobiliários buscam soluções para regularizar mercado**

*Expansão*

*De 14 de Maio de 2010*

Marcado por uma forte especulação no nível de preço de venda dos imóveis, adicionado ao facto de a maior parte da oferta existente estar facada para o segmento médio-alto do mercado, o sector imobiliário nacional esteve no centro das atenções durante o Salão Imobiliário de Angola (SIMA), que decorreu de 6a9do mês em curso, no recinto da Filda, em luanda

Tal como já defendido em encontros anteriores, em que este sector constituiu destaque, durante o SIMA os apelos feitos por distintas individualidades apontavam para a necessidade de se começar a apostar noutros tipos de projectos, ao contrário dos segmentos de luxo, até aqui a principal aposta dos agentes imobiliários.

A justificação apresentada para esta mudança de planos,



segundo algumas vezes, surge da necessidade de se prestar uma maior assistência, em termos de oferta, focalizada para a camada baixa da sociedade, que sucessivas vezes se têm retraído face aos elevados preços praticados.

Entre os distintos projectos patentes no Salão Imobiliário, os valores dos imóveis desde vivendas, apartamentos e escritórios oscilavam entre os 85 mil USD, o mais barato, e os 5 milhões USD, o mais caro, independentemente da dimensão e da localização dos empreendimentos.

Face a este cenário, o gestor da Feira Internacional de Luanda (FI L), Matos Cardoso, considerou tratar-se de um momento ímpar a realização do primeiro salão imobiliário, "porquanto serve para que os agentes deste ramo de actividade trabalhem mais na busca de soluções tendentes a contornar a actual situação".

"Todos estão ávidos de encontrar soluções, quer operadores quer os potenciais compradores e, sobretudo o Governo angolano", salientou o gestor, reforçando que é prioridade incentivar o aumento da oferta de habitações direccionadas para a baixa renda, de modo a atender as preocupações da maior parte da população.

Poder de compra inibe vendas Por sua vez, a ministra do Comércio, Idalina Valente, associou a fraca procura na aquisição de imóveis ao insuficiente poder de compra da maior parte da população nacional.

Em declarações à imprensa, no termo da sua visita à Feira Internacional do Sector Imobiliário, a governante sustentou que os cidadãos "resfriaram o consumo, face à situação e a um quadro diferente".

Do seu ponto de vista, esta situação levou a que o preço da habitação, mesmo o aluguer, tenha baixado consideravelmente nos últimos tempos.

Entretanto, a governante reiterou a existência do programa governamental que prevê a isenção de impostos aduaneiros fi de consumo sobre os materiais de construção civil destinados a casas sociais, um instrumento que, na sua opinião, irá em breve contribuir para a mudança do actual quadro de que enferma o sector.

A ministra disse ainda que, paralelamente, o Governo tem estado a trabalhar no sentido de evitar que esta redução dos direitos aduaneiros venha a provocar concorrência desleal no mercado imobiliário e de construção civil.

Associação de imobiliários

Os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) contam, desde o último fim-de-semana, com uma confederação imobiliária que, entre outras missões, coordenará o funcionamento do sector no território dos seus filiados.

A Confederação Imobiliária de Língua Oficial Portuguesa (CIMLOP) foi formalmente constituída, no

passado domingo, algumas horas antes do encerramento oficial do Salão Imobiliário, na presença de profissionais do sector de Angola, Portugal e Brasil.

Segundo o presidente da comissão instaladora, Luís de Carvalho Lima, a confederação vai, entre outros aspectos, trabalhar na captação de investimento estrangeiro para os países-membros, bem como orientar o estabelecimento de parcerias de cooperação, quer com outras entidades similares, quer com membros.

Esta instituição vai também fomentar o ciclo de formações, promover a criação de um website, para a criação de base de dados dos países-membros, e outras iniciativas geradoras de vantagens para o mundo lusófono.

Co-promovido pela Feira Internacional de Luanda e pela Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola, em parceria com a Associação Industrial Portuguesa e a Feira Internacional de Lisboa, o primeiro salão imobiliário que o País realiza contou com a participação de mais de 100 empresas do ramo, nacionais e estrangeiras.

## **6.18 Juventude e Governo de costas viradas**

*Novo Jornal*

*De 14 de Maio de 2010*

Continua por encontrar um entendimento entre o Governo de Angola e os 90 contemplados no âmbito do sorteio das 90 casas para a juventude de Luanda.

Com os nervos à flor da pele, os jovens sentem-se traídos pelos executores do projecto, o Governo da Província de Luanda e o Ministério da Juventude e Desportos, no âmbito do programa Angola Jovem e o Banco de Poupança e Crédito, como financiador.

A grande onda de descontentamento deu à costa na passada quinta-feira, 6 de Maio, numa reunião entre os jovens e a vice-governadora de Luanda para a área social, Juvelina Imperial. Os contemplados foram informados naquele encontro que teriam de pagar durante 20 anos uma taxa mensal de 80 mil kwanzas para cobrir os 170 mil dólares do valor do imóvel e tratar do seguro de vida.

O coro de descontentamento surgiu porque os jovens mostraram-se surpreendidos pela taxa a pagar mensalmente, valor que grande parte não está em condições de suportar, como têm alegado.

Freitas é um destes jovens. Casado, pai de uma filha e funcionário do sector privado, revelou que está em condições de pagar a entrada de 10 por cento, equivalente a 17 mil dólares, para selar a compra do imóvel. Porém, o grande impasse está na taxa a pagar mensalmente.

"Pelo que ganho e contando já com -o salário da minha

mulher, que é funcionária pública, arrisco-me a ter de gastar quase todo o meu dinheiro só a pagar a casa. E como fica a alimentação, vestuário e outras despesas do dia-a-dia?"

Após a primeira reunião, os 90 contemplados e a vice-governadora deslocaram-se no sábado passado, ao terreno onde estão a ser construídas as 90 casas. Segundo o empreiteiro, até à altura ainda só tinham sido concluídas 40 casas do tipo T3 e as restantes seriam acabadas no final deste mês.

Depois de visitadas as futuras residências, os jovens voltaram a mostrar-se desiludidos com o tamanho das casas e o tipo de acabamento. Gina Bumba é das pessoas que mostraram insatisfação. Técnica de construção civil e funcionária pública, a jovem disse ao Novo Jornal que durante a visita constatou que a casa não tem dimensão e acabamento que justifique o preço pedido e qualificação como residência de média renda.

"O tecto é PVC, que é o mais barato que existe no mercado. A porta que dá acesso ao quintal é de contraplacado e quando chover estraga-se. O normal seria porta de madeira ou de alumínio e as paredes já apresentam fissuras", lamentou.

Entre outros problemas constatados, Gina disse que atendendo ao preço da casa e a sua dimensão, o empreiteiro faz por cada metro quadrado um valor equivalente a 1198 dólares, que é um valor caro para projectos executados pelo Governo para jovens e pelas casas de baixa e média renda

"O preço por metro quadrado de uma casa de baixa e média renda no mercado está situado entre 700 a 800 dólares e não aquele que é uma especulação. O que quer dizer que o valor da casa seria entre 80 a 90 mil dólares".

A interlocutora advogou também que pelo preço apresentado, as residências deveriam ser entregues com ar condicionado, o que não irá suceder como já lhes foi dito. E quem quiser ter a casa mobilidade deverá pedir um crédito mobiliário ao BPC, que está fixado em 19 mil dólares.

Outras reclamações apresentadas pela técnica prendem-se com o facto de o local não possuir estrada asfaltada, luz, água e a rede de esgotos.

"Diziam que quem pagasse já poderia entrar na casa em Junho e iria viver lá. Como se não há água, luz e a estrada é uma picada?" Jorge Teixeira é funcionário público e foi eleito porta-voz da comissão criada pelos descontentes. Mostrou-se também desiludido com o Governo pela forma como está a conduzir o processo. "Estivemos na casa e não gostámos do que vimos. Pela qualidade e dimensão achamos que o preço está muito alto e as casas são de baixa e média renda e não de média como se diz".

Segundo informou ao Novo Jornal, uma das recomendações saídas da reunião de terça-feira era que

pelo preço da prestação mensal pouquíssimos jovens teriam condições de pagar. Por isso, eles pedem flexibilidade ao Governo no sentido de dar um prazo de 30 a 40 anos. "Aumentando os anos automaticamente o preço baixa e assim as pessoas poderão pagar as suas casas. Porque como funcionários públicos, e o Governo sabe quanto paga, nós teríamos condições de pagar 300 dólares mês".

Entretanto, já na reunião de quinta-feira e no sábado, as autoridades implicadas no processo reiteraram que o preço e a taxa mensal seriam mantidos.

"Quem não estiver em condições de pagar esta casa deverá esperar pelas mais baratas", disse a vice-governadora.

## **6.19 Gonçalves Muandumba reconhece erros**

*Novo Jornal*

*De 14 de Maio de 2010*

O Ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, reconheceu na terça-feira que foram cometidos alguns erros durante este processo. O titular falou à imprensa após a reunião que manteve com o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), no qual foi passada em revista também este assunto polémico.

Para já, a proposta de aumento do tempo de pagamento para 40 anos foi considerada de risco, tendo em conta que os bancos dificilmente concedem créditos para tempo tão longo.

O governante pediu calma aos jovens e disse que o Governo está a trabalhar para se resolverem os seus problemas.

"Nas outras províncias o processo está a correr bem. Em Luanda está a ter alguns constrangimentos, mas esperamos resolvê-los".

Um dos erros reconhecidos pelo governante foi o facto de logo no princípio não se ter antecipado que a taxa mensal seria de 80 mil kwanzas, à semelhança do valor da 1ª prestação fixada em 10 por cento do valor global. Outro problema reconhecido pelo titular da pasta da juventude foi o facto de em Luanda terem começado com as casas de média renda e não sociais como se propagandeava.

"Começamos de facto pelas casas de média renda porque tivemos problemas com o terreno das casas sociais que tinha sido ocupado por algumas pessoas, o que fez com que o processo atrasasse".

Solucionada a questão da terra, segundo o governante as 200 casas sociais 13 serão entregues em Dezembro, num universo de duas mil que serão construídas nos próximos anos.

Várias fontes vêm com cepticismo esta informação. Segundo elas, no sorteio das casas no dia 24 de Abril tinha-lhes sido informados que as obras só começariam

três meses depois. Mas os últimos discursos de Muandumba e do director Nacional da Juventude, Cardoso José, apontam para Dezembro." Será que vão conseguir construir estas casas até Dezembro com a qualidade que se espera? Só o tempo dirá".

Na reunião entre o ministro Muandumba e o Conselho Nacional da Juventude foram discutidos, entre outros, assuntos relativos ao programa executivo do Governo, o Programa Angola Jovem e de actividades do CNJ. Preparou-se também a participação da juventude angolana no festival mundial da categoria e a discussão sobre uma futura política de Estado para a juventude. Outro tema discutido foi a constituição de um cartão jovem que será dado a todos aqueles que tiverem mérito na sociedade, e que lhes permitirá ter acesso bonificado aos serviços de transporte, Lazer e outros serviços e actividades.

## 6.20 O dilema do crédito

*O País*

*De 14 de Maio de 2010*

O preço do dinheiro em Angola é, em si mesmo, um fenómeno de aberração que, a sermos justos, deveria merecer já, por esta altura, os seus "15 minutos de fama" com um workshop, até porque já os tivemos sobre quase tudo: agricultura, habitação, transportes...

Recorrer ao crédito bancário vai sendo cada vez mais uma maneira rápida de se caminhar para a forca, pois chega-se sempre ao ponto em que nos vemos encravados e passamos a viver do temor e do desconforto das chamadas do Banco onde temos pendurado o empréstimo.

Esta é uma conversa, afmal, mais do que recorrente e quase inútil. E para sermos francos, só voltamos a ela porque pareceu - nos sintomático escutar esta "pérola" de desabafo, no decurso desta semana:

- Eu não me habilitaria à aquisição de uma casa e pagar mais de trinta por cento do meu salário.

Quem o disse é nada mais e nada menos que o director do Instituto Nacional da Habitação, Eugénio Correia, citado pela ANGOP.

Se é ele que nos desencoraja a seguir o caminho do banco, é porque a coisa está mesmo complicada.

Quem recorre à banca, em Angola, paga no fundo por um país devastado durante anos pela guerra, situação que desestruturou critérios fundamentais para um crédito mais ou menos seguro como conhecer -se endereço certo dos cidadãos.

Como os riscos são agravados num país onde, entre outros factores de suspeição, os bancos não conseguem sequer saber com exactidão onde vivem os seus clientes, então os encargos são propositada mente empolados, de modo quase que o crédito passa a ser

um assalto consentido ao bolso.

E é isto que o director do Instituto Nacional da Habitação lamentou, fazendo críticas directas ao "exagero da actuação dos faniadores do negócio imobiliário".

Alguém o vai escutar?

Resta – nos aguardar pelo Fundo de Fomento à Habitação, para se ver como será!

## 6.21 Posição do CNJ

*Novo Jornal*

*De 14 de Maio de 2010*

Cláudio Aguiar, presidente do Conselho Nacional da juventude, disse que a sua organização está a acompanhar esta problemática e espera que sejam arrançadas as melhores soluções.

"Apresentámos ao ministro as nossas preocupações porque achamos que houve alguns erros e recebemos garantias de que as coisas serão melhoradas".

O interlocutor avançou também que nos próximos dias terão uma reunião com a comissão dos jovens sorteados para se analisar a questão.

O vice-presidente do Conselho Fiscal e jurídico do CNJ, Daniel António Afonso, pediu também que o processo seja feito com Lisura e que sejam beneficiados todos os jovens angolanos independentemente da cor partidária.

"É uma boa ideia e esperamos que o projecto seja feito com responsabilidade e que seja realmente para acudir os problemas da juventude", alertou.

## 6.22 Moradores do bairro Baixo Prenda sem destino a vista

*O País,*

*De 14 de Maio de 2010*

O director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IP. GUL), Hélder José, revelou esta quinta – feira 13, a O PAÍS que os moradores do bairro do Baixo Prenda poderão permanecer naquele local até que a empresa Vida Urbana, promotora do projecto de requalificação deste perímetro, consiga construir as habitações para onde serão transferidos.

Questionado para onde será transferida a população, Hélder José recusou-se a falar do assunto, alegando que se trata de um projecto muito sensível e que deverá ser anunciado na altura certa.

"O local está a ser tratado pelos promotores e eles já foram orientados a contactarem todas as entidades que podem contribuir para que a informação seja transmitida da melhor maneira possível, de modo a evitar que haja desen -tendimentos. Por isso, acho que

não é conveniente dizer agora para onde serão transferidos tendo em conta a complexidade deste processo", declarou.

O director do IPGUL disse ainda que caso seja posto em prática, serão priorizadas as residências que se encontram juntas os canais de drenagem. "Quem passa por ali consegue ver que as pessoas que habitam no limite da vala de drenagem encontram-se em condições desumanas. Nós estamos a lutar para melhorar a qualidade de vida das nossas populações para evitar que historias como a das duas crianças que foram decapitadas pelos ratos volte a acontecer", justificou.

Apesar da forma brusca como arrancou o projecto, devido à ordem de despejo da equipa médica e dos pacientes que recebem tratamento no Dispensário de Anti - tuberculose e Lepra de Luanda, o nosso interlocutor garantiu que o mesmo só foi aprovado depois de inúmeras discussões entre o Governo e a direcção da empresa Vida Urbana.

Antes de ceder o espaço à promotora, solicitámos que tivessem os moradores como os principais elementos de negociação e tendo em conta as confusões que houve, o Governos orientou -se para refazerem o programa e enquadrarem o Dispensário dentro dos projectos que serão requalificados", explicou.

Acrescentando de seguida que "àquele bairro, que posso a chamar de área desarrumada, será transformado numa zona com edifícios de cinco andares, terá boas vias de acesso, lojas, espaços desportivos e de lazer", detalhou.

Hélder José explicou que não realizam concursos públicos para adjudicação de obras de requalificação dos bairros, porque o GPL tem recebido propostas de diversas empresas que são aprovadas em função das necessidades.

Para justificar a necessidade de se implementar o plano de requalificação daquela parcela da cidade, o arquitecto recorreu também ao facto de o Hospital do Prenda ter sido invadido, duas vezes, pelos jovens que habitam nos bairros suburbanos que circunscrevem a zona depois de se atacarem com cacos de garrafas e exigirem com armas de fogo que fossem atendidos.

"Depois das rixas os jovens invadem o Hospital do Prenda e exigem que os profissionais de saúde párem com os seus afazeres e atendam imediatamente o integrante do gang que estiver ferido. Nestes casos, as enfermeiras tiveram que fugir e os pacientes ficaram sem saber o que fazer porque eles fizeram vários disparas", contou.

Espaços públicos privatizados há anos

Quanto à construção de grandes edifícios nos espaços baldios que se encontram no casco urbano, o arquitecto Hélder José disse que a Maio parte dos espaços baldios,

que se encontram no centro da cidade onde estão a ser edificadas grandes torres foram cedidos pelas pessoas que estiveram à frente dos destinos da província após a independência.

"Desde 1975 para cá a cidade teve vários comissários que mais tarde passaram a ser chamados de governadores e o nosso panorama histórico e urbanístico passou por várias situações, algum não muito boas, visto que não havia Lei de Terra muito menos de ordenamento do território. Existiam apenas algumas legislações avulsas e neste período houve situações em que o Estado procedeu à concessão provisória desses espaços", frisou.

Acrescentando de seguida que "isso aconteceu porque essas pessoas se comprometeram a aproveitar estes espaços para a construção de empreendimentos, o que só agora está a ser feito. "

Sem querer culpabilizar os anteriores funcionários do Governo da Província, Hélder José contou que a instituição que dirige tem estado a receber processos accionados naquela altura e que, em alguns casos, registam algumas insuficiências.

"Não quero criticar ninguém tendo em conta que o contexto era outro, os meios que tínhamos eram aqueles e a forma como o Estado intervinha não tinha a força jurídica que passámos a ter em 2004. Isso faz com que se tome bastante complexo debruçar-se sobre este problema", esclareceu.

O nosso interlocutor acrescentou que apesar de existir actualmente uma lei que prevê que caso um terreno se mantiver intactos no prazo de cinco anos o Estado pode voltar a recebe-lo. Isso não é feito porque as pessoas podem solicitar uma indemnização a que ele não esteja à altura de pagar.

## **6.23 Sector imobiliário à procura de novos rumos**

*O Independente*

*De 15 de Maio de 2010*

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação vai conhecer um novo ímpeto, com os sinais de retoma da economia nacional e de normalização da economia mundial. Este quadro devolve a confiança no êxito da empreitada, a ser complementada com o esforço desenvolvido pelo sector privado.

O projecto de construção de um milhão de casas é uma parceria pública/privada, com responsabilidades partilhadas pelas duas partes.

Ao Estado incumbe, fundamentalmente, criar a oferta habitacional para as populações de menores rendimentos.

Há alguns atrasos no programa, porque as receitas estatais do ano passado baixaram drasticamente e a oferta de financiamento tornou-se mais cara e difícil,

em função da crise económica e financeira mundial.

Por outro lado, contrariamente aos períodos anteriores, em que as iniciativas apenas atendiam a camada da população de rendimentos mais altos, a oferta habitacional actual atende aos interesses e às necessidades das populações de menores rendimentos.

Trata-se aqui de um desenvolvimento muito intensivo, a dar sinais de que se vão dar passos muito importantes no aumento da oferta habitacional nos próximos tempos.

Se conjugarmos as iniciativas do Estado e do sector privado nacional e estrangeiro, e se colocarmos também as iniciativas da autoconstrução dirigida, que estão em curso, nos próximos dois a três anos, a oferta habitacional vai melhorar significativamente em Luanda, em particular, e em Angola, em geral.

Entretanto, a realização de 6 a 9 deste mês, da Feira Imobiliária, na Filda, em Luanda, constituiu uma ocasião única para a exploração da oportunidade deste mercado.

O evento serviu para promover as novas tendências da construção e dar a conhecer aos expositores estrangeiros o mercado imobiliário angolano.

Nesta fase de reconstrução nacional, certames como este são importantes para a troca de experiências e ajuda mútua entre as empresas intervenientes no sector, assim como para orientar o Governo na tomada de medidas acertadas neste domínio.

A Feira Internacional Imobiliária realizou-se numa promoção da FIL e da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) com a co-organização da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

## **6.24 Era uma vez ... O Governo distribuiu casas sociais**

*Semanário Angolense,*

*De 15 de Maio de 2010*

A “estória da carochinha”, contada em mil e uma noites, mas não nas arábias e sim em solo angolano, é que, o Governo angolano, em Luanda, para diminuir o défice de habitação e apoiar os jovens angolanos sorteou e pretende distribuir 90 casas sociais. Este é dos piores embustes do executivo de Angola nas últimas décadas, mais do que isso, é um insulto aos muitos jovens que precisam desesperadamente de um teto para deixarem de viver em função dos caprichos dos senhorios ou mesmo saírem do quintal da sogra ou de uma casa de chapa que não abriga de nada.

Para que não restem dúvidas, através destas linhas, passo a desmascarar esta farsa, que só pode passar como verdadeira se estivermos todos com problemas ópticos profundos ou com os neurónios a hibernar.

Casas sociais custam 170.000 dólares. Ora, o próprio

nome social indica que as casas são destinadas a cidadãos de renda média e que devem ser vendidas a um preço razoável, de acordo com o salário dos candidatos. Há residências luxuosas, vendidas por condomínios que visam a obtenção de lucro, vendidas a partir de 190.000, pelo que, o preço deste projecto é claramente exorbitante, até porque estão envolvidos fundos públicos. É importante realçar que este preço foi fixado num país onde o salário mínimo nacional não chega a 150 dólares e em que muitos dos candidatos têm salários irrisórios, uma casa para pagar e uma família para sustentar. É importante reter que ao preço propalado deve se acrescer os juros, que tornam o imóvel super caro.

Pagamentos mensais de 700 dólares. Ai está outro erro na concepção deste projecto porque a média de salário em Angola não permite a maioria dos jovens pagar esta mensalidade pela casa. A iniciativa é boa, mas peca por não ser realista, parece ter sido desenhada para o planeta Marte e não para Angola. Quem “bolou esse plano”, como dizem os brasileiros, parece não ser daqui. Para um jovem sorteado, ainda que ganhe 1000 dólares (o que já é um salário de sonho para a maioria), se pagar 700 dólares, com quanto fica para o leite da criança, roupa, pagamento de contas de tratamentos médicos, só para citar estes. Resumindo: este preço não é nada social:

Um projecto de alta renda mascarado de média renda. Depois de analisadas as questões na perspectiva do beneficiário é preciso lançar um olhar para a perspectiva dos promotores, questionar qual é a empresa que está a construir as casas e quanto os envolvidos no processo vão lucrar com tudo isso. Num país que vive dentro de uma bolha imobiliária alimentada pelos detentores do poder que não permitem o surgimento de verdadeiros bairros sociais, que não facilitam o crédito bancário para a aquisição de habitação e destroem as casas que os cidadãos erguem com sacrifício, este é mais um projecto feito pensando no lucro, que vai beneficiar o grupo nele envolvido.

Na verdade, esta é apenas um dos muitos embustes de que somos vítimas, imperdoável por gerar expectativas nos jovens, que mais uma vez terão que adiar o seu sonho de casa própria, como muitos outros. Para aqueles que vivem das benesses de um regime que alimenta os seus seguidores, que não têm que se preocupar com o amanhã porque o pai vai dar uma casa no Nova Vida e que já nasceram com a conta bancária recheada, esta reclamação pode ser uma ingratidão, mas para os angolanos que não comem das sobras da mesa onde se refastelam os que têm tudo esta promessa incumprida deve merecer profunda reflexão. Em Setembro de 2008 os angolanos confiaram no partido que governa o país há mais de 30 anos para “mudar para melhor”. Hoje, em Maio de 2010,

continuam na "esperança moribunda"

## **6.25 Moradias de luxo para ricos e o drama da Habitação dos pobres**

*Terra angolana*

*De 15 à 29 de Maio de 2010*

A especulação imobiliária em Angola atingiu níveis alarmantes, resultado da importação dos materiais de construção, altas taxas alfandegárias, falta de legislação e também de má fé por parte dos construtores e dos agentes da administração do estado.

Condomínios de luxo, prédios envidraçados devidamente mobilados e com direito a garagem, ginásio e piscina a um milhão ou mais de dólares.

Apesar dos preços absurdos, antes mesmo da inauguração dos edifícios, os construtores já sabem, de antemão, os nomes dos mesmos beneficiários de sempre que se tornarão proprietários.

Os compradores destes empreendimentos são indivíduos pertencentes à classe alta. Pessoas ligadas ao regime ou empresas estrangeiras. Os angolanos em geral da classe baixa ou média vêem-se excluídos da possibilidade de adquirir uma habitação condigna.

A especulação imobiliária em Angola é um negócio sujo, que beneficia os executivos do regime e penaliza todos os outros, construtores, agentes imobiliários, compradores, investidores, banca, etc. Certamente também não interessa à maioria do cidadão angolano de baixos rendimentos, porque esses pobres por enquanto só podem sonhar com uma habitação "made in China" de duvidosa qualidade (marketing eleitoral) ou com a compra ou aluguer de um "casebre" num dos musseques.

A localização destes musseques sofre a cobiça, pelos terrenos, dos grandes grupos imobiliários nacionais e estrangeiros, alguns deles apoiados por pessoal com forte influência junto do poder central e das decisões.

A maioria desses senhores são os principais responsáveis ou accionistas das empresas envolvidas em grandes projectos de construção imobiliária, cabendo aos seus com pinchas o papel de exercerem influências internamente nos organismos a quem cabe a responsabilidade de supervisionar e administrar esses terrenos e locais.

O cidadão comum (pobre) que vive nesses terrenos é expropriado sem direito a contrapartidas, sendo posteriormente os terrenos vendidos a preços exorbitantes aos interessados na sua compra, com avultadas comissões (gasosa = suborno) aos intervenientes que facilitaram o seu desbloqueamento e expropriação.

Eles estão sempre a "mamar e a sacar" dependendo dos

objectivos de cada um.

Outro grande problema vivido pelos angolanos e que não preocupa o governo reside no aluguer de casas. Cada senhorio utiliza uma tabela própria de preços que não tem limites. Preços altíssimos e nem sempre tais valores correspondem à qualidade da casa. Além de exigir seis meses, um ano ou mesmo dois anos de rendas em avanço!

Não há uma lei que obrigue os senhorios a respeitarem os contratos, que estabeleça uma tabela de preços. Enquanto isso não acontece resta aos angolanos, sujeitarem-se a esta realidade implacável, caracterizada pela total falta de Lei e de sensibilidade.

## **6.26 Feiras imobiliária sem resultados palpáveis**

*Terra angolana*

*De 15 à 29 de Maio de 2010*

A primeira edição da Feira Imobiliária de Angola, designada Sima (Salão Imobiliário de Angola), encerrou no último domingo, em Luanda, com a entrega de prémios aos expositores distinguidos e menções honrosas a alguns governadores de províncias representados no certame.

O evento, que acolheu mais de 103 expositores de Angola, Portugal e Brasil, cingiu-se na problemática da habitação, o tema mais actual da realidade angolana. Durante o certame, os expositores abordaram questões relacionadas com os preços das moradias e dos materiais de construção.

Para além dos discursos proferidos por governantes e visitantes, em relação aos preços especulativos praticados pelos expositores, era visível nos folhetos e outros rústicos disponíveis na feira o exagero do valor de cada moradia.

Assim, as residências consideradas pelos expositores como sendo as mais baratas custam 70 mil dólares, que realmente ficam caras aos interessados devido ao curto prazo de pagamento (dois anos), em contraste com as moradias de top no valor de um milhão e meio de dólares norte-americanos que podem ser pagas num período de 20 anos.

Entretanto, alguns estudantes de arquitectura da faculdade de engenharia da Universidade Agostinho Neto (UAN) criticaram a organização do certame pela fraca publicidade e restrições impostas no acesso ao evento.

Em entrevista ao TA, vários estudantes mostram-se surpreendidos pelo facto de terem tido conhecimento da realização do evento muito tarde, impossibilitando a mobilização de muitos académicos interessados em constatarem 'in loco' alguns projectos mobiliários que estão a ser implementados no país.

Cláudio Makivavila, estudante do terceiro ano, elogiou a iniciativa dos organizadores por se tratar de uma actividade sobre um tema actual que contribuirá para ajustar os seus conhecimentos em matéria de arquitectura, mas lamentou a pouca divulgação do certame a nível da organização e da universidade.

"É inaceitável que uma feira sobre matérias intrínsecas à nossa área de formação aconteça sem o nosso conhecimento. Ainda que tivéssemos que pagar para entrarmos, pelo menos que se afixasse um comunicado na escola", criticou o jovem, discordando igualmente com o preço de dois mil kwanzas para o ingresso.

Por sua vez, Francelino Sebastião defende preços mais atraentes para os próximos anos, de modo a facilitar também o acesso de pessoas mais desfavorecidas financeiramente mas com o interesse de se inteirarem dos projectos habitacionais em curso no país.

## **6.27 Sector imobiliário à procura de novos rumos**

*O Independente*

*De 15 de Maio de 2010*

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação vai conhecer um novo ímpeto, com os sinais de retoma da economia nacional e de normalização da economia mundial. Este quadro devolve a confiança no êxito da empreitada, a ser complementada com o esforço desenvolvido pelo sector privado.

O projecto de construção de um milhão de casas é uma parceria pública/privada, com responsabilidades partilhadas pelas duas partes.

Ao Estado incumbe, fundamentalmente, criar a oferta habitacional para as populações de menores rendimentos.

Há alguns atrasos no programa, porque as receitas estatais do ano passado baixaram drasticamente e a oferta de financiamento tornou-se mais cara e difícil, em função da crise económica e financeira mundial.

Por outro lado, contrariamente aos períodos anteriores, em que as iniciativas apenas atendiam a camada da população de rendimentos mais altos, a oferta habitacional actual atende aos interesses e às necessidades das populações de menores rendimentos.

Trata-se aqui de um desenvolvimento muito intensivo, a dar sinais de que se vão dar passos muito importantes no aumento da oferta habitacional nos próximos tempos.

Se conjugarmos as iniciativas do Estado e do sector privado nacional e estrangeiro, e se colocarmos também as iniciativas da autoconstrução dirigida, que estão em curso, nos próximos dois a três anos, a oferta habitacional vai melhorar significativamente em Luanda, em particular, e em Angola, em geral.

Entretanto, a realização de 6 a 9 deste mês, da Feira Imobiliária, na Filda, em Luanda, constituiu uma ocasião única para a exploração da oportunidade deste mercado.

O evento serviu para promover as novas tendências da construção e dar a conhecer aos expositores estrangeiros o mercado imobiliário angolano.

Nesta fase de reconstrução nacional, certames como este são importantes para a troca de experiências e ajuda mútua entre as empresas intervenientes no sector, assim como para orientar o Governo na tomada de medidas acertadas neste domínio.

A Feira Internacional Imobiliária realizou-se numa promoção da FIL e da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) com a co-organização da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

## **6.28 Era uma vez ... O Governo distribuiu casas sociais**

*Semanário Angolense,*

*De 15 de Maio de 2010*

A "estória da carochinha", contada em mil e uma noites, mas não nas arábias e sim em solo angolano, é que, o Governo angolano, em Luanda, para diminuir o défice de habitação e apoiar os jovens angolanos sorteou e pretende distribuir 90 casas sociais. Este é dos piores embustes do executivo de Angola nas últimas décadas, mais do que isso, é um insulto aos muitos jovens que precisam desesperadamente de um teto para deixarem de viver em função dos caprichos dos senhorios ou mesmo saírem do quintal da sogra ou de uma casa de chapa que não abriga de nada.

Para que não restem dúvidas, através destas linhas, passo a desmascarar esta farsa, que só pode passar como verdadeira se estivermos todos com problemas ópticos profundos ou com os neurónios a hibernar.

Casas sociais custam 170.000 dólares. Ora, o próprio nome social indica que as casas são destinadas a cidadãos de renda média e que devem ser vendidas a um preço razoável, de acordo com o salário dos candidatos. Há residências luxuosas, vendidas por condomínios que visam a obtenção de lucro, vendidas a partir de 190.000, pelo que, o preço deste projecto é claramente exorbitante, até porque estão envolvidos fundos públicos. É importante realçar que este preço foi fixado num país onde o salário mínimo nacional não chega a 150 dólares e em que muitos dos candidatos têm salários irrisórios, uma casa para pagar e uma família para sustentar. É importante reter que ao preço propalado deve se acrescer os juros, que tornam o imóvel super caro.

Pagamentos mensais de 700 dólares. Ai está outro erro

na concepção deste projecto porque a média de salário em Angola não permite a maioria dos jovens pagar esta mensalidade pela casa. A iniciativa é boa, mas peca por não ser realista, parece ter sido desenhada para o planeta Marte e não para Angola. Quem "bolou esse plano", como dizem os brasileiros, parece não ser daqui. Para um jovem sorteado, ainda que ganhe 1000 dólares (o que já é um salário de sonho para a maioria), se pagar 700 dólares, com quanto fica para o leite da criança, roupa, pagamento de contas de tratamentos médicos, só para citar estes. Resumindo: este preço não é nada social:

Um projecto de alta renda mascarado de média renda. Depois de analisadas as questões na perspectiva do beneficiário é preciso lançar um olhar para a perspectiva dos promotores, questionar qual é a empresa que está a construir as casas e quanto os envolvidos no processo vão lucrar com tudo isso. Num país que vive dentro de uma bolha imobiliária alimentada pelos detentores do poder que não permitem o surgimento de verdadeiros bairros sociais, que não facilitam o crédito bancário para a aquisição de habitação e destroem as casas que os cidadãos erguem com sacrifício, este é mais um projecto feito pensando no lucro, que vai beneficiar o grupo nele envolvido.

Na verdade, esta é apenas um dos muitos embustes de que somos vítimas, imperdoável por gerar expectativas nos jovens, que mais uma vez terão que adiar o seu sonho de casa própria, como muitos outros. Para aqueles que vivem das benesses de um regime que alimenta os seus seguidores, que não têm que se preocupar com o amanhã porque o pai vai dar uma casa no Nova Vida e que já nasceram com a conta bancária recheada, esta reclamação pode ser uma ingratidão, mas para os angolanos que não comem das sobras da mesa onde se refastelam os que têm tudo esta promessa incumprida deve merecer profunda reflexão. Em Setembro de 2008 os angolanos confiaram no partido que governa o país há mais de 30 anos para "mudar para melhor". Hoje, em Maio de 2010, continuam na "esperança moribunda"

## **6.29 Casas demasiado caras e jovens demasiado pobres**

*Novo Jornal*

*De 21 de Maio de 2010*

Não tenho mais do que o senso comum em matéria de construção civil nas grandes cidades, mega soluções habitacionais e urbanismo. Logo, o meu pensamento neste domínio está longe de ser academicamente recomendável. Mas, em abono da verdade, diga-se também que as minhas necessidades nesta vertente, como, aliás, as de muitos milhões de angolanos, estão

igualmente longe de serem meramente teóricas.

A) Não há casas para ninguém. B) Não há casas para alguns. C) Não há casas para muitos. D) Não há casas para a esmagadora maioria. Sim. Ao nível da simples constatação dos factos, não há como deixar, infelizmente, de optar pela alínea D).

Contudo, não obstante a necessidade básica de ter onde morar pressupor a sua realização plena numa casa, isto não quer necessariamente dizer que as necessidades de casas e de moradias sejam numericamente equivalentes. Não é, no entanto, nesta acepção tão evidente que quero centrar o meu pensamento. Na verdade, quero é falar da última iniciativa governamental materializada no domínio das políticas para solucionar o gritante problema habitacional em Angola.

Por um lado, desassossega-me que o (por vezes designado como) "Projecto Casas para a Juventude" possa estar a confundir uma necessidade com a outra, não respondendo à questão de se saber quais são os jovens que precisam somente de moradia e quais são aqueles que precisam de uma casa só para si, pois, assinalavelmente, boa parte dos jovens, antes de casas, precisam é de mais moradias, de acordo com as exigências próprias das etapas da vida. Cronologicamente, desde o útero (sua primeira moradia) até à altura em que ingressa na universidade e se torna um adulto mais ou menos independente, mas ainda não auto-suficiente ou capaz de se sustentar cabalmente, o jovem vive, regra geral, com os seus pais. Logo, são estes últimos, nessa etapa, quem precisa de titular uma casa para servir de moradia para a família. Só mais tarde, para o jovem adulto e solteiro, universitário e/ou trabalhador, a necessidade de moradia cresce em relevância, já numa nova etapa da sua vida. Todavia, eles não precisam ainda de uma casa só para si, podem muito bem dividi-la. Isso mesmo: dividi-la. Em Angola, infelizmente, não cultivamos uma realidade muito vulgar nas grandes metrópoles do mundo, que são as habitações para solteiros, em geral jovens universitários e/ou trabalhadores precários, que, exactamente por, não obstante o seu desejo e necessidade de conquistar a independência, não poderem ainda pagar rendas altas ou familiares, optam por dividir a habitação com alguns amigos ou colegas, de modo a aliviar o encargo económico. Deste modo, só muito mais tarde surge a efectiva necessidade de uma casa para constituir família e recomeçar o ciclo, tornando-a uma moradia familiar.

Partindo da hipótese de termos já presente quais são os jovens que precisam, efectivamente, de uma casa só para si, outra nuance da questão, ainda mais desassossegante, se coloca: afinal quais são as casas que os jovens podem pagar? Está visto que o critério válido está longe de ser qualitativo (gama alta, média e baixa) ou mesmo dimensional (uma, duas ou mais assoalhadas), isto porque, mesmo os níveis mais pre-



cários, à luz destes e outros critérios, se mostram ainda insuportavelmente onerosos para os nossos jovens. O que nos leva à pergunta seguinte, tão urgente quanto necessária: que tipo de jovens temos, então?

Se nos concentrarmos na resposta a esta questão, chegaremos, infelizmente, à conclusão de que iniciativas no actual formato do projecto "Casas para a Juventude" estão fadadas, como se diz, "a morrer na praia". Pode-se argumentar com qualquer uma das ilações, ou as casas são demasiado caras, ou os jovens demasiado pobres, porém, a verdade é que, aqui, "o botão não entra na casa", e, no final, ou ninguém vai morar em lugar algum, ou ninguém vai pagar ao Estado ou aos Bancos coisa alguma.

O erro da estratégia do projecto foi pensar em termos maciços como se existissem já condições para tal. O formato do projecto parece adaptar-se melhor à jovens da classe média e alta e não à esmagadora maioria jovem, que é pobre, muito pobre.

Deste modo, as soluções para o problema da esmagadora maioria jovem não passam apenas pela construção de mais casas, nem de mais moradias, cujas despesas e encargos os jovens também não estarão em condições de suportar, a não ser que totalmente subsidiados. O problema passa por combater a pobreza extrema, por via da criação de empregos. Afinal, o trabalho é ele mesmo a esperança!

### **6.30 Finibanco introduz novas modalidades no crédito habitacional**

*Expansão*

*De 28 de Maio de 2010*

De acordo com o director comercial do Finibanco, Orlando Bernardino, a grande vantagem na adopção destes novos produtos reside no facto de as mesmas proporcionarem uma grande rapidez " na execução de todo o processo de concessão do crédito, permitindo uma pré-aprovação uma semana r após o proponente completar b toda a documentação necessária.

Com um financiamento até 70% t do valor de avaliação e um prazo de 30 anos, este crédito exige a abertura de uma conta bancária no referido banco, a adesão ao seguro multiriscos habitação, bem como a garantia da primeira hipoteca do imóvel, livre de ónus ou encargos. Em caso de amortizações antecipadas, o banco estabelece uma comissão de 2%. Este produto conta com serviço de avaliações e vistorias periódicas, por parte de avaliistas especializados. O Finibanco oferece ainda prestações constantes de capital e juros com a possibilidade de um capital residual até 25% do financiamento.

Para a modalidade de crédito Finicasa, rendimento destinado a auto construção, o prazo de utilização do

financiamento é de 25 anos, ao passo que, para obras em habitação ou arrendamento, o prazo reduz-se para 12 meses.

Até ao fecho desta edição, não havia uma taxa de juros definida, algo justificado pelo director comercial do Finibanco, Orlando Bernardino, pelo facto de o banco central ter subido as suas taxas, causando instabilidade no mercado devido à volatilidade das mesmas.

"Anteriormente praticávamos I uma taxa de 14% a 16%. Com essa alteração, prevê-se a utilização de uma taxa não inferior a 16%", declarou Orlando Bernardino, acrescentando que "a instabilidade da taxa desincentiva o surgimento de novos produtos e condiciona os existentes".

A exigência do banco central aos bancos comerciais, para estes constituírem reservas de 30% do valor do empréstimo a taxa zero, é apontada pelos especialistas como o factor que encarece a taxa.

"Se dermos um crédito de 1 milhão a um cliente, com uma taxa de 9%, o BNA obriga a que 300 000 fiquem depositados nos cofres do Estado a taxa zero; deste modo, o restante já não fica a 9% como previsto inicialmente, mas sim a 13%", exemplificou Orlando Bernardino, salientando, que a abolição dos 30% poderia fazer descer as taxas.

Numa reflexão sobre o estado do mercado, o gestor é de opinião que o BNA deveria criar mecanismos de incentivo aos jovens, promovendo a criação de um crédito habitacional em que os bancos pratiquem taxas mais baixas.

"A título de exemplo, imaginemos um crédito jovem bonificado em que um casal tem o seu salário baixo e quer comprar uma casa no valor de 150 000 USD; faz todo o sentido que o BNA apoie estes jovens, numa fase inicial", concluiu.

### **6.31 Programa Angola jovem será reavaliado**

*Semanário Angolense*

*De 29 de Maio de 2010*

O programa de habitação para a juventude, comumente conhecido como «Programa Angola», está na iminência de sofrer uma transformação de alto a baixo, disseram fontes ligadas ao projecto.

A reformulação do projecto é resultado, em parte, do «desastre» que foi o evento realizado recentemente em Luanda, durante o qual 90 habitações, ao preço de 170 mil dólares, foram colocadas à disposição de mais de 3 mil jovens que se inscreveram para um sorteio.

Além do mal-estar decorrente da «decalage» entre procura e oferta o executivo acabou com uma «batata» quente nas mãos decorrente do custo das casas.

Foi dito aos jovens que quem fosse confirmado nas rifas teria que dar um «sinal» de 17 mil dólares,

correspondente a 10 por cento. Os restantes 90 por cento, isto são 153 mil, dólares deveriam ser liquidados em 25 anos.

Segundo o que apurou o Semanário Angolense, o «Programa Angola Jovem» foi objecto de aturada análise durante uma reunião da Comissão para Política Social do Conselho de Ministros, órgão presidido pelo vice-presidente da República. Foram igualmente aprovados o relatório de balanço e execução do programa de monitorização do sector social relativo ao primeiro trimestre de 2010 e o balanço de execução do Programa de Investimentos Públicos do sector social.

A reunião de 20 de Maio, aprovou o relatório de execução relativo aos primeiros três meses do ano.

## 7 TERRA

### 7.1 Bento Soito

*Agora*

*De 01 de Maio de 2010*

A sociedade continua a espera que o vice-governador de Luanda para a área técnica se pronuncie sobre o andamento do fracassado programa de aquisição de terrenos para a autoconstrução dirigida, tal como o fez em Setembro do ano passado, ao anunciar a suspensão do programa, alegadamente para se criar uma base de dados, evitando-se duplicidade de pedidos. O silêncio das autoridades deixa no ar inúmeras suspeições, havendo quem diga estar-se perante mais um caso de burla. Os "sem tecto" que acorreram à iniciativa governamental foram obrigados a desembolsar uma caução de 1.300 Kwanzas, para além de mais 500 Kwanzas destinados ao pagamento do formulário. Estima-se que o pelouro de Francisca do Espírito Santo terá arrecadado na empreitada mais de 200 milhões de dólares. Por uma questão de respeito aos governados seria bom que as autoridades saíssem do silêncio sepulcral em que estão remetidas há quase 8 meses. O gesto, mesmo recheado de falsidades, tranquilizará as pobres almas que almejam por um tecto.

### 7.2 Militares presos por invasão de terras em Luanda

*Terra angolana,*

*De 01 ao 15 Maio 2010*

O Governo da cidade de Luanda parece ter perdido o controlo das obras que, como cogumelos emergem todos os dias, quantas delas de forma anárquica. Actualmente os municípios de Viana, Cacuaco, Kilamba Kiaxi e Samba são os que mais ocupação ilegal regista.

Segundo a previsão do artigo número 5 da lei número 9/4 de 9 de Novembro da Lei de Terras estas são propriedade originária do Estado.

Entretanto, fontes governamentais se queixam do facto de elementos fardados com uniforme das FM e da Polícia Nacional protagonizarem actos violentos.

Terra Angolana sabe que "o Estado não se exonerará das suas obrigações e como tal os militares e para militares fardados ou a civil que forem encontrados nessas áreas ou outras de ocupação ilegal serão levados

ao Tribunal Militar para punição".

É de salientar que as ocupações que se verificam são precedidas com a criação de estruturas paralelas, tais

como, Comités do Partido no Poder, Comissões de moradores, escolas, igrejas, sem o devido conhecimento das estruturas legalmente constituídas nos municípios.

Nos últimos tempos foram detidos por envolvimento nestas práticas 6 militares entre os quais o Tenente Alberto Domingos João, que se encontram sob custódia da Polícia Judiciária Militar para as devidas averiguações e instrução do competente processo-crime, fez saber o Intendente Pascoal Luís.

### 7.3 Centenas de pessoas no combate à doença

*Jornal de Angola*

*De 04 de Maio de 2010*

O chefe do Instituto Nacional de Desminagem no Cunene (INAD) disse, ontem, à Angop, que terminaram os trabalhos de limpeza e desminagem de 128 hectares na reserva fundiária do município de Namacunde, onde vão ser construídas casas e infra-estruturas de serviços básicos. Pedro Severino afirmou que "estão criadas as condições de segurança" para serem cumpridas as metas do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação. O programa do Executivo prevê a construção, em todo o país, até 2012, de um milhão de casas, das quais 35.800 no Cunene. O Instituto Nacional de Desminagem no Cunene desactivou e destruiu, em 2009, 12 minas anti tanque, uma pessoal e 152 engenhos explosivos não detonáveis.

### 7.4 Complexo Residencial acolhe famílias em risco

*Jornal de Angola,*

*De 04 de Maio de 2010*

Complexo Residencial do Panguila, município de Cacuaco, recebeu, neste fim-de-semana, 76 famílias provenientes de áreas de risco, da periferia da cidade de Luanda, disse, à Angop, uma fonte ligada ao empreendimento.

A arquitecta Ercília Madiba afirmou que além de casas, o complexo dispõe de uma escola, com dez salas de

aula, três postos de saúde, duas creches e dois postos de Polícia. O complexo, que começou a ser construído em Fevereiro de 2009, já tem prontas 820 das mil casas previstas.

"A conclusão do projecto estava prevista para Outubro, mas tivemos de acelerar as obras por o Governo, devido às chuvas que caíram em Luanda nos últimos dois meses, entender ser necessário aprontá-las de imediato", referiu.

As famílias que chegaram agora ao Panguila são provenientes dos bairros da FAPA e da Chicala.

O Complexo Residencial do Panguila, inaugurado em Janeiro de 2002, pelo Presidente da República, está avaliado em cerca de 20 milhões de dólares.

## **7.5 Demolições no Rocha – Pinto**

*Semanário Agora, 8*

*De 14 Maio de 2010*

Mais de 20 residências E terão sido já demoli das no bairro Rocha r

Pinto, mais concretamente na rua da Fapa. Os moradores, em forma de protesto, revoltaram - se contra os funcionários da Odebrecht na altura em que tentavam demolir as suas casas.

Os mesmos afirmam não terem sido avisados a tempo. Os protestos resultam da falta de antecipação e das condições oferecidas para o realojamento. "Sabemos que o Governo é soberano, quando quer fazer algo faz, mas antes de tomar estas decisões devia consultar a população", disse Lázaro Javela, morador na zona há mais de 10 anos e pai de 4 filhos.

Para dona Maria, mãe de três filhos, o problema consiste no processo de continuidade da formação das crianças uma vez que o ano lectivo está no princípio.

Já Mateus Manuel, no local há mais de 25 anos e especialista em construção civil, diz que em Março último houve uma reunião e chegaram mesmo a visitar as casas do Panguila para onde seriam transferidos. "Conheço muito bem a construção civil, prefiro as nossas casas de bloco feitas aqui no musseque, em vez de ir para aquelas casas montadas" contou, sublinhando que "é do nosso conhecimento que não há um projecto integrado do Governo neste sentido. O Panguila encontra-se mal localizado geograficamente e os solos são argilosos".

Das 17 famílias já realojadas no projecto habitacional do Panguila10 terão regressado e arrendaram residências nas imediações do prédio Encafé para não deixarem de exercer as suas actividades escolares e outras.

## **7.6 Dos lotes do Prenda para Viana**

*O País,*

*14 de Maio de 2010*

O arquitecto Hélder José declarou que o projecto de requalificação dos lotes do Prenda se encontra paralisado, por questões administrativas que têm a ver com a empresa que levará a cabo esta transformação.

Hélder José disse ainda que a empresa de construção civil Pidi Urbana e Tanix previa simplesmente a transferência dos moradores dos lotes do Prenda para os edifícios de cinco e seis andares que seriam construídos em Viana, nas proximidades da Residencial Ginga Cristina, mas ao longo do processo viu-se a necessidade de se alinhar outros mecanismos para que possam haver opções.

No entender do nosso interlocutor, as pessoas que vivem nas zonas que serão requalificadas não devem esperar que seja o Estado a fazer tudo porque ele não tem dinheiro suficiente para arcar com os encargos financeiros que resultam deste tipo de empreitada.

"Por isso é que no âmbito das parcerias públicas e privadas o Estado busca aqueles promotores que manifestam interesse em transformas determinadas áreas, desde que tenham capital suficiente e facilitem todos os mecanismos necessários para a execução do mesmo. Isso acaba por reduzir de certa forma o peso do Orçamento Geral do Estado, tendo em conta que existem coisas que deviam estar sob o seu encargo e acabam por ficar para os particulares", concluiu.

## **7.7 Demolições no Rocha – Pinto**

*Semanário Agora, 8*

*De 14 Maio de 2010*

Mais de 20 residências E terão sido já demoli das no bairro Rocha r

Pinto, mais concretamente na rua da Fapa. Os moradores, em forma de protesto, revoltaram - se contra os funcionários da Odebrecht na altura em que tentavam demolir as suas casas.

Os mesmos afirmam não terem sido avisados a tempo. Os protestos resultam da falta de antecipação e das condições oferecidas para o realojamento. "Sabemos que o Governo é soberano, quando quer fazer algo faz, mas antes de tomar estas decisões devia consultar a população", disse Lázaro Javela, morador na zona há mais de 10 anos e pai de 4 filhos.

Para dona Maria, mãe de três filhos, o problema consiste no processo de continuidade da formação das crianças uma vez que o ano lectivo está no princípio.

Já Mateus Manuel, no local há mais de 25 anos e

especialista em construção civil, diz que em Março último houve uma reunião e chegaram mesmo a visitar as casas do Panguila para onde seriam transferidos. "Conheço muito bem a construção civil, prefiro as nossas casas de bloco feitas aqui no musseque, em vez de ir para aquelas casas montadas" contou, sublinhando que "é do nosso conhecimento que não há um projecto integrado do Governo neste sentido. O Panguila encontra-se mal localizado geograficamente e os solos são argilosos".

Das 17 famílias já realojadas no projecto habitacional do Panguila10 terão regressado e arrendaram residências nas imediações do prédio Encafé para não deixarem de exercer as suas actividades escolares e outras.

## **7.8 Ano lectivo em risco**

*A Capital*

*De 15 de Maio de 2010*

De todo o processo, o que tem estado a incomodar significativamente Margarida Filipe, 34 anos, é ter que aceitar o facto de que a filha, diante das novas condições de vida, arrisca-se a perder o presente ano lectivo.

«A pessoa luta para pôr os filhos na escola e depois acontece isso», manifesta.

Inicialmente, até, pensou encontrar um parente para cuidar da filha, sobretudo por estar em vésperas das provas de frequência, contudo, dadas as circunstâncias em que o processo decorreu, não conseguiu, atempadamente, encontrar alguém que a pudesse ajudar neste sentido.

Anacleta outra moradora, lembra que, das conversas que manteve com a Administração, foi sempre colocada a questão de como se estava a acautelar a situação dos jovens estudantes.

«Eles nos garantiram que iriam resolver este problema», conta.

O drama de Anacleta é ainda maior, quando recorda que em casa estão oito jovens desocupados.

«Não há dinheiro suficiente para táxi, para que eles possam ir todos os dias à escola», refere. Deste número estão dois no ensino primário, quatro no médio e duas na faculdade.

! «Aqui onde estamos, ao invés de evoluirmos, retrocedemos», acrescentou. Com a chegada ao Panguila, Walter Cumba, ainda tentou matricular o pequeno Filipe, de 7 anos, mas, foi informado que para o presente ano já não havia vagas nas redondezas

## **7.9 Governo da Lunda- Sul distribui terrenos**

*Jornal de Angola*

*De 19 de Maio de 2010*

O Governo Provincial da Lunda Sul distribuiu, ontem, em Saurimo, 300 lotes preparados para autoconstrução dirigida de casas de carácter provisório, numa extensão de 600 hectares da reserva fundiária da localidade de Nhama.

A iniciativa, que tem o objectivo de garantir maior segurança às populações que vivem em zonas de risco, "representa uma forma do governo vincar a responsabilidade pela dignificação da vida dos angolanos", disse a governadora. Cândida Narciso pediu aos eventuais beneficiários que se dirijam aos serviços administrativos para a obtenção de lotes, aproveitando "as oportunidades de construção em condições seguras no tempo seco". O administrador municipal de Surimo declarou que "o programa de distribuição de parcelas de terreno para a autoconstrução dirigida reserva outra área, de 22 hectares", ao longo da via Saurimo/Luena. Esta reserva, referiu António Xilita, "vai beneficiar os cidadãos com talhões de 600 metros quadrados", ao preço de 60 mil kwanzas.

Notificados casos de sarampo Pelo menos, 83 casos de sarampo foram notificados, desde Abril, no hospital provincial da Lunda-Sul, disse, ontem, a chefe do banco de urgência daquela unidade sanitária. Alzira Lopes afirmou que as vítimas são crianças não vacinadas e que daquelas que foram assistidas 19 abandonaram o tratamento, o que pode contribuir, referiu, para a contaminação de outras crianças das comunidades onde vivem.

O director do hospital, Isaac Savumbi, disse que foram criadas as condições indispensáveis para atenuar o risco de contágios dentro da unidade clínica e que há equipas de vacinação que realizam campanhas de informação e mobilização nas localidades já que a sensibilização é fundamental.

Chuvas desalojam famílias

Cerca de 2.500 famílias ficaram sem casas em consequência das chuvas que caíram sobre a província da Lunda-Sul, entre Outubro do ano passado e princípios deste mês, afirmou o responsável da Comissão Executiva da Protecção Civil, Jacob Alfredo. As chuvas destruíram mais de três mil casas nos municípios de Saurimo, Muconda e Dala, onde o governo provincial tem ajudado os sinistrados, em fase de emergência, com tendas, chapas de zinco, cobertores e bens alimentares. Apesar de já se estar na época I seca, previsões do INAMET apontam ainda para quedas de chuvas durante este mês na província, daí que as autoridades voltem a apelar para que as populações

evitam construir em zonas consideradas de risco.

## **7.10 Comunidade e Muteka travam de terras na Huíla**

*Novo Jornal*

*De 21 de Maio de 2010*

Uma disputa de terras nas localidades de Nguelengue e Calopa na comuna do Bunjei, município de Chipindo, no norte da província da Hwíla, opondo de um lado as comunidades locais que fazem duas aldeias, por outro, a família Muteka pode estar a desenhar-se no seguimento de um processo de legalização de terras para fins agro-pecuários.

Corria o mês de Agosto de 2008. Gozando do direito consuetudinário, e ao abrigo do artigo 37 da lei de terras, as comunidades supracitadas deram entrada a 14 do mês em referência, a administração municipal de Chipindo a um processo de delimitação de uma área avaliada em 5 mil 116 hectares, que contou com a facilitação de técnicos do IGCA e do MINADER.

Depois de cumprido os passos legais que se exigem em casos do género, (validação dos limites das comunidades em referência) os requerentes, ficaram surpreendidos com a morosidade que o processo fazia ou fez no gabinete do administrador municipal. Aqui terá começado o busílis.

Segundo apurou o NJ de uma fonte, Daniel Albino Camuele Salupassa, administrador municipal de Chipindo, indeferiu o pedido num despacho datado de 3 de Março de 2009, alegando a suspensão temporária da emissão de títulos, mediante conclusão de uma reunião com a direcção provincial da agricultura tida dois dias antes ou seja a 1 de Março. Uma outra fonte assegurou ao NJ que interesses económicos de Salupassa na região terão estado na origem do indeferimento do pedido. Aquele responsável de Chipindo, disse a fonte, explora uma loja na comunidade e teme que a sua delimitação pudesse lhe estragar o negócio.

Mas em Fevereiro de 2010 deu entrada ao gabinete do administrador de Chipindo, quatro solicitações de pessoas ligadas ao actual governador da província do Huambo, Faustino Mutka, por sinal seus filhos a pedir para cada um a legalização de parcelas de terras para segundo apurámos "fins agro-pecuários" no mesmo espaço da comunidade. O processo terá sido prontamente deferido estando a correr neste momento os trâmites legais para a sua conclusão.

O governador da província já terá deferido o pedido, mas o NJ sabe que a Isaac dos Anjos, o seu pupilo em Chipindo, Daniel Salupassa, terá sonogado a existência do dossiê da comunidade em que esta solicitava há já dois anos a delimitação das suas aldeias, um caso que parece prometer novos desenvolvimentos futuros.

De acordo com o pedido, para cada filho a distribuição será feita da seguinte maneira: Fernando Faustino Estêvão Muteka 967 hectares, Sónia Tatiana Estêvão Muteka 833 hectares, Fábria Brica Estêvão Muteka 738 hectares e Edna Chimopele Estêvão Muteka 915 hectares, perfazendo um total de 3.453, hectares na margem do rio Tembo, comuna do Bunjei dos 5 mil 116 que constituem as duas aldeias.

Indignados com esta postura do administrador municipal de Chipindo, alguns naturais da circunscrição atribuem toda a responsabilidade a Daniel Salupassa, por tudo quanto possa vir a acontecer por esta entender ser ele o principal culpado da actual situação "Se ele tivesse deferido o nosso pedido nada disso estaria a acontecer" desabafaram.

Numa exposição a que o NJ teve acesso, dirigida ao governador provincial, Isaac dos Anjos, a comissão representante das comunidades de Calopa e Nguelengue, pede ao mais alto mandatário da província a "reposição da legalidade fazendo valer a constituição em vigor e a actual lei de terras", pode ler-se.

A comunidade garante não se opor a quem queira ocupar terras na região onde vivem, mas alertam "a comunidade rural em Angola, constitui a classe menos privilegiada, pelo que, refere a exposição, Temos direitos consagrados na constituição em relação a terra.

Apesar de ser filho da comuna do Bunjei, município de Chipindo situado a cerca de 450 quilómetros a norte da Hwíla, o actual governador do Huambo, Fernando Faustino Muteka, apurou o NJ, não nasceu em nenhuma das aldeias que agora pretende retirar importantes parcelas de terra, a sua aldeia refere a fonte está a cerca de 12 quilómetros das zonas em referência.

## **7.11 Governador do Huambo é reincidente**

*Novo Jornal*

*De 21 de Maio de 2010*

Faustino Muteka, actual governador do Huambo e antigo ministro da Administração do Território, já tem antecedentes no que diz respeito a conflitos "que envolvem terras. Em Novembro de 2005, o Tribunal Provincial do Lubango, na Huíla, condenou o português José Justino Marques a 28 anos de prisão pelos crimes de cárcere privado e ofensas corporais, ocorridos na fazenda Kapanda – que é propriedade do governante. Na altura, o tribunal considerou provados os crimes, ocorridos no município dos Gambos, onde José Marques exercia funções de capataz. Segundo a sentença, os crimes foram praticados contra 18 trabalhadores da fazenda, mantidos presos e posteriormente torturados. Muteka não chegou a ser envolvido no processo, porque o acusado terá

assumido a responsabilidade. Mesmo assim e segundo relatos da imprensa, o cidadão português terá dito à polícia que apenas cumpria ordens do proprietário da fazenda.

## **7.12 Magistrado defende respeito pela lei**

*Novo Jornal*

*De 28 de Maio de 2010*

Segunda o Procurador-geral da República na província de Malanje, Adão Pedro, a expropriação de terra pelo Estado é um assunto questionável e o cidadão não devia ser desalojado sem passar por uma negociação e justa indemnização. O magistrado entende que, a acontecer, o cidadão pode recorrer e intentar uma acção contra o Estado.

"Ainda não há muito cuidado sobre os processos de expropriação, não há tradição neste sentido talvez por desconhecimento", admitiu.

Adão Pedro sustenta que numa situação em que um cidadão (herdeiro) ocupa um terreno pertença da família, o Estado pode expropriá-lo desde que tal passe por um processo próprio.

"Os processos de negociação também envolvem muitos custos e o Estado tem de negociar com o proprietário, para se calcular os valores da indemnização. O que se passa é que existem proprietários que não entendem da Lei e aceitam esta situação."

Para este representante do Ministério Público, o cidadão deve ser considerado dono do terreno ainda que ele não tenha qualquer documento que certifique a sua posse "porque a aquisição do direito à propriedade ocorre através da posse, por usucapião (aquisição do domínio pela posse prolongada), ou por compra e venda.

Estes são os três modos de aquisição de apropriação que o Estado deve respeitar para tomar qualquer decisão de expropriação." Ele frisou que este preceituado legal tem que ser respeitado sendo que nem mesmo a falta de título de propriedade é razão bastante para aferir que o cidadão não é dono do espaço que ocupa há vários anos.

"Ninguém vai dizer que aquilo não pertence ao cidadão. Há casos em que a comunidade conhece que este é o filho do fulano e os seus progenitores habitaram nesta área,"elucidou o causídico.

Ele disse haver em Malanje muitos litígios envolvendo a disputa de terrenos entre o Estado e os cidadãos no quadro do actual processo de requalificação das cidades.

"Com a urbanização de algumas cidades há muitos casos em que um cidadão que ocupou um terreno por

muito tempo e não fez nada.

Muitas vezes o litígio resolve-se harmoniosamente e outras vezes o Estado exerce o seu direito e o cidadão sai mas estas são questões discutíveis," concluiu.

Constituição

1. A terra, que constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento, nos termos da Constituição e da lei.

2. São reconhecidos às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.

Lei de terra em Angola

Lei 9/04 de 9 de Novembro de 2004

Artigo 5.º Propriedade originária

A terra constitui propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio privado ou no seu domínio público.

Artigo 6.º

4. Não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre os terrenos integrados no domínio privado do Estado e no domínio das comunidades rurais.

Artigo 7.º

Aproveitamento útil e efectivo

1. A transmissão do direito, de propriedade e a constituição de direitos fundiários limitados sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado só podem ter lugar com o objectivo de garantir o aproveitamento útil e efectivo destes.

Artigo 9.º Comunidades rurais

1. O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume.

2. Os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade pública ou ser objecto de requisição, mediante justa indemnização.

Artigo 12.º

Expropriação por utilidade pública

1. Ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito de propriedade ou do seu direito fundiário limitado, senão nos casos fixados na lei.

2. O Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados em um fim específico de utilidade pública.

3. A expropriação extingue os direitos fundiários constituídos sobre os terrenos e determina a sua transferência definitiva para o património do Estado ou das autarquias locais, cabendo a estes últimos pagar ao titular dos direitos extintos uma justa indemnização.

Secção II

Dos Direitos Sobre Terrenos Subsecção I

Artigo 37.º

Domínio útil consuetudinário

1. São reconhecidos às famílias que integram as comunidades rurais, a ocupação, a posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva segundo o costume.

2. O reconhecimento dos direitos, a que se refere o número anterior, é feito em título emitido pela autoridade competente nos termos das disposições regulamentares deste diploma.

3. Os terrenos rurais comunitários, enquanto integrados no domínio, útil consuetudinário, não podem ser objecto de concessão.

4. Ouvidas as instituições do Poder Tradicional, poderá, porém, ser determinada a desafecção de terrenos rurais comunitários e a sua concessão, sem prejuízo da outorga de outros terrenos aos titulares do domínio útil consuetudinário ou, não sendo esta possível, sem, prejuízo da compensação adequada que lhes for devida.

5. Só podem ser objecto de desafecção os terrenos rurais comunitários livremente desocupados pelos seus titulares de harmonia com as regras consuetudinárias da ordenação dominial provisória ou, excepcionalmente, nos termos das disposições regulamentares.

6. O exercício do domínio útil consuetudinário é gratuito, estando os (seus titulares isentos do pagamento de foros ou de prestações de qualquer espécie.

7. O domínio útil consuetudinário não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias.



## 8 SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Água gera briga em Benguela

*Folha 8,*

*08 de Maio de 2010*

As mudanças operadas no sector das Águas e Saneamento na província de Benguela, com o beneplácito do governador provincial, Armando da Cruz Neto, que exonerou a Comissão de Gestão, liderada por Eduardo André, estão a provocar descontentamento no seio dos funcionários, em virtude de a nova direcção, nomeada por despacho do Executivo Local, se pautar por acções consideradas perversas, denunciaram os trabalhadores.

Com a destituição de Eduardo André, a 3 de Março de 2010, como relatam os funcionários descontentes, Francisco Paulo é nomeado responsável máximo da Empresa de Águas e Saneamento nas terras das Acácias Rubras. A nomeação de um novo responsável agradou a maioria dos obreiros porque almejavam melhorias.

Dias depois, o desejo por melhorias transformou-se em pesadelo para os funcionários daquela empresa, responsável pela distribuição de água e saneamento básico nas Acácias Rubras, bem como na cidade portuária do Lobito. Francisco Paulo também destituiu trabalhadores que ocupavam cargos de direcção e chefia.

A medida do novo homem forte das Águas e Saneamento enfureceu a todos; uns pretendiam enfrentá-lo fisicamente, mas o auto domínio dos mesmos falou mais alto, e Francisco Paulo ter-se-á escapado dos açoites.

Nem por isso Francisco Paulo sossegou, aplicou outro golpe duro aos colegas. Na qualidade de chefe máximo, efectuou a movimentação de funcionários sem aviso prévio: os de Benguela foram para o Lobito e os do Lobito, a Benguela. Apesar dos protestos, a medida avançou. Quem ousar desafiar pode ser expulso.

Face à movimentação de quadro, mais de 80 por cento dos funcionários do Lobito residem em Benguela, "isso tem causado transtornos e mau funcionamento da empresa, por ninguém conseguir evitar os atrasos. O chefe Francisco Paulo deve respeitar as pessoas, somos todos iguais perante a lei. Só Deus manda".

Outra situação, desde a sua chegada à Empresa de Águas e Saneamento, é o facto de Francisco Paulo já empregar mais de 150 pessoas sem concurso público; a maioria é parente e amigo, e alguns dos actuais chefes foram contratados a partir da empresa dele, inclusive as respectivas esposas. "Isso é nepotismo. O governador

provincial de Benguela vai tomar medidas drásticas".

Nas respectivas regiões (Benguela e Lobito), sempre, operaram duas. a Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASL) e a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela e Lobito (EASB). "Actualmente, Francisco Paulo criou a terceira com carácter privado. "O objectivo é sufocar as empresas de Estado para ele dominar o mercado. Alguém deve parar as tralfulices deste homem, porque senão...

### 8.2 Falta de meios dificultam recolha de lixo

*Jornal de Angola,*

*De 19 de Maio de 2010*

A recolha de lixo, a limpeza e o tratamento dos jardins da cidade do Huambo estão a ser dificultados, há três meses, por falta de meios das operadoras.

O administrador municipal do Huambo, Armando Kapunda, reconheceu que o saneamento básico é muito crítico e prometeu tomar medidas no sentido de ultrapassar a situação. De acordo com o responsável do projecto de gestão ambiental e ecológico "Eco Huambo", Joca Figueiredo, o estado obsoleto dos meios de recolha de resíduos, o crescimento populacional e o conseqüente aumento da produção de lixo têm dificultado as actividades das operadoras na cidade.

Joca Figueiredo disse que a província precisa de pelo menos 387 contentores. A falta dos depósitos, referiu, faz com que em zonas onde devia haver cinco contentores existam apenas dois.

Segundo explicou, estão a ser estabelecidas regras administrativas urbanas para regulamentar o depósito de lixo, "pois há pessoas, principalmente comerciantes, que têm ocupado os contentores com caixas, e quando chega o lixo doméstico já não há espaço"

O responsável disse igualmente que os funcionários das operadoras de limpeza são mal pagos, o que os desmotiva, reconhecendo, em contrapartida, que a maior parte da população tem-se comportado de acordo com as regras, colocando o lixo nos contentores. "Se fizermos uma estimativa, veremos que só 30 por cento da população não põe o lixo em locais próprios". Por falta de espaço nos contentores, adiantou, o lixo transborda. "Nós é que não temos capacidade de recolher imediatamente", reconheceu. "Temos cerca de oito carros avariados. Os restantes trabalham, mas com problemas. Alguns têm as molas partidas, discos de embraiagem queimados ou outras avarias", lamentou o responsável de gestão ambiental.

A "Eco Huambo" fiscaliza e controla na cidade três operadoras de recolha de lixo, nomeadamente a Resurb, a SSI e Só Wat, sendo igualmente responsável

por jardins e zonas verdes.

Actualmente, as operadoras recolhem na cidade e periferia mais de 300 metros cúbicos de lixo. No entanto, não é suficiente e os moradores de algumas ruas reclamam, afirmando que há mais de três semanas que o lixo não é recolhido.

"Se a situação continuar, corremos todos o risco de contrair doenças, porque já ninguém consegue suportar mais o mau cheiro que os contentores exalam", disse Maria Chagas, moradora do bairro São João, um dos mais afectados. Num encontro realizado com os responsáveis das empresas de recolha de lixo, limpeza e tratamento dos jardins, o governador do Huambo, Fernando Faustino Muteka, manifestou-se preocupado com o débil saneamento básico da cidade e disse se não compreender as reais causas da insalubridade da cidade. "O cenário é péssimo. Estou afinal surpreendido, pela negativa, por aquilo que tenho estado a constatar. A continuar assim, temos de tomar medidas severas conta as empresas às quais compete a responsabilidade de manter a cidade limpa", frisou.

### **8.3 Água mais cara que combustível**

*Semanário económico*

*De 20 de Maio de 2010*

A água é um dos líquidos mais versáteis em todas as sociedades humanas. Ela é utilizada para beber, para lavar a roupa, para lavar a louça, para cozinhar. Ela é utilizada nas casas de banho, na limpeza em geral, nas indústrias para fins diversos, etc.

Mas a água é também a substância com maior presença na estrutura dos seres vivos. No caso do ser humano, a literatura especializada afirma que este precioso líquido representa de 72% a 80% da composição total do corpo. O metabolismo das células tem que necessariamente funcionar no meio líquido, que maioritariamente é conformado pela água.

Mas a água também é um dos maiores veículos de doenças no organismo humano. Várias são as enfermidades que "aproveitam" a água para infestar o ser humano. É o caso da cólera, o caso dos salmonetes (também conhecida como febre tifóide), as guardenses, etc. Tanta é a importância do consumo da água que, no ordenamento jurídico de muitos países, proíbe-se a venda da água potável que jorra pelas torneiras quando é solicitada para beber. Isto na prática significa que por mais pobre que seja o cidadão, não lhe pode faltar um copo com água potável. Nos restaurantes e noutros estabelecimentos do género, quando solicitada a água para beber se não for embalada (garrafa, pacote, etc.), tem de ser gratuita.

To meu ponto de vista, essa disposição é o reconhecimento prático e a assunção das elites naquelas

sociedades de que, tal como os alimentos, a água é importante para que um indivíduo possa ter uma vida sã e activa.

Logo, chama muito a atenção o facto de, em Angola, o consumo de um litro de água ser, em média, mais caro que um litro de combustível. Repare-se que até a garrafa plástica de 0,333 L custa mais que 1,00 L de gasolina (49 Kz) ou 1,00 L de gasóleo (29 Kz).

O país tem grandes reservas de água, tal como acontece com o petróleo. Angola já trata e engarrafa água de muito boa qualidade e em quantidades significativas. Mas infelizmente comprar um litro de água em Angola é um exercício sumamente dispendioso, o que atenta contra todos os esforços das autoridades e de outros parceiros na educação para a saúde das populações, mormente no consumo de água potável. E além do mais é caricato para Angola que água seja tão onerosa quando temos rios de grande caudal como o Kwanza, o Keve, o Lucala, o Kuando e o Kubango, o Zaire, o Zambeze, o Cunene, etc., etc.

Armando Valente é economista e Prof. da Univ. Agostinho Neto

### **8.4 Há mais água a correr pelo asfalto do que nas torneiras**

*Semanário Económico*

*De 20 de Maio de 2010*

Nós temos grandes problemas de água, tanto a nível industrial como a nível doméstico, principalmente no que diz respeito ao bairro do Kilamba Kiaxi. Na falta de água, somos obrigados a recorrer à compra de cisterna que nem sempre é segura. Apesar de não consumirmos muita água no processo industrial, utilizamos para o uso pessoal que é primordial.

A água potável, a energia e o saneamento básico, esgotos e as águas pluviais são os maiores problemas de Luanda. Tanto a água quanto a energia nunca foi famosa, desde o tempo colonial. É verdade que as coisas se agravaram depois da independência. Estamos sempre a correr atrás do prejuízo.

Por outro lado, há desperdícios do líquido potável nas zonas urbanas. Há mais água fora dos tubos do que dentro dos tubos. Há mais água a correr pelo asfalto do que nas torneiras. Há muito desperdício de água.

No meu ponto de vista, eu acredito que o programa do Governo água para todos vai poder colmatar as dificuldades da sociedade. Mas este programa só será credível caso haja manutenção nas tubagens, porque são sistemas que requerem muita actividade.

É preciso que apostemos muito neste programa para funcionar com credibilidade, porque em Angola as coisas começam a funcionar muito bem nos primeiros dias ou no dia da inauguração, depois de um tempo não

parece haver continuidade.

Angola é um dos países do mundo mais ricos em água. O único problema é que ela não é tratada. Nós, em Angola, não andamos 100 quilómetros sem pisar na água, seja no litoral quer no interior. Em Angola não há falta de água. Há sim falta de abastecimento de água canalizada às populações.

Eu acho que o programa água para todos é mais dirigido às populações e não aos industriais. Embora as indústrias em Angola ainda estejam precárias, o objectivo é mudar o nível de vida, das populações.

Os industriais têm não só problemas com água potável, mas também com a energia eléctrica. Por exemplo, nós na Lotus trabalhamos mais com os geradores do que com a energia da rede. Usamos mais água das cisternas do que a água potável. É um problema sério e esperamos que este programa do governo possa minorar a situação das populações. Uma outra coisa que tenho notado em relação à construção de um milhão de casas é que passa também pela utilização de água, esgotos e saneamento básico. Estão a construir-se muitos condomínios e prédios sem água canalizada nem sistemas de esgotos.

Os únicos condomínios construídos como deve ser (com o sistema de esgotos, água canalizada, água) são os do Nova Vida e de Luanda Sul (Talatona). De resto é um caso sério.

## **8.5 Água para Todos vai de certo melhorar o cenário**

*Semanário Económico*

*De 20 Maio de 2010*

Todos os operadores económicos e o público, em geral, perdem em não ter água potável. Temos conhecimento do programa, mas ainda não estamos a beneficiar. Penso que, se forem implementadas as medidas que estão na base deste grande projecto, o sector industrial irá também beneficiar deste programa.

Acho que é uma excelente medida e deve ser posta em prática o mais breve possível. À partida, e dada a ampla cobertura geográfica que o projecto terá, a sua viabilidade poderá ser uma realidade.

A implementação do programa "Água para Todos" vai de certo modo melhorar o cenário actual, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos e, obviamente, também dos agentes económicos que actualmente actuam no mercado nacional. Actualmente, há grandes perdas por falta de água no sector industrial. Por exemplo, na minha fábrica, a falta de água contribuiu para o aumento dos nossos custos de produção. Tivemos de adquirir uma cisterna e compramos a água no Kikuxi. Antes de termos adquirido a cisterna, tínhamos um gasto semanal

na ordem dos 80.000 Kwanzas (80.000 lit). Actualmente, reduzimos o custo para 16 mil. Pois, fazemos nós mesmos o transporte da água. Actualmente, só para a fábrica, gastamos cerca de 6-1.000 kwanzas. Este valor aumenta, se considerarmos também a água engarrafada que usamos diariamente para o nosso consumo.

No programa em questão, enquanto empresa produtora de tubos, com ampla aplicação nas diversas obras em curso no país, tivemos o privilégio de encetar já alguns contactos com vista ao fornecimento de tubos de canalização e respectivos acessórios, pois, também comercializamos este tipo de produto e temos condições para satisfazer a procura.

Penso que nos últimos tempos se fizeram algumas melhorias, muito embora ainda não sejam suficientes face ao número elevado de cidadãos que ainda não têm água nas suas habitações nem têm acesso fácil à mesma.

## **8.6 Indústria querem privados na distribuição da água**

*Semanário Económico*

*De 20 de Maio de 2010*

A liberalização do mercado do fornecimento de água potável é apontada como a solução das várias disfunções na distribuição do líquido precioso, tanto para o consumo doméstico quanto para o industrial, numa altura em que várias fábricas registam elevados prejuízos na sua produção, sendo por isso obrigadas a recorrer a cisternas.

No início deste ano, por exemplo, a Ferpinta, fábrica de tubos e aços, gastava mais de 320 mil kwanzas (80 mil por semana), valor este que caiu com a aquisição de uma cisterna de água a 23 mil dólares.

Neste momento, a fábrica consome 16 mil kwanzas por semana, o que perfaz uma média mensal de 64 mil de kwanzas. Embora não tenha quantificado, a Lotus, fábrica de material de construção civil, estima igualmente prejuízos enormes na sua produção, devido à dificuldade no abastecimento da água.

Para minorar os custos decorrentes deste problema, a gestão da fábrica recorre com frequência às cisternas, gastando altas somas, que por dificuldade de contabilidade não nos foi precisada pelo sócio gerente da instituição, Rui Sanches.

Para o gestor da Lotus, a execução do programa do governo " 1 Milhão de Casas" não está a obedecer às exigências necessárias para uma residência condigna.

"Na maioria dos condomínios e prédios, não há água canalizada, nem sistema de esgotos, nem ainda energia eléctrica, com excepção dos projectos Nova Vida e Luanda Sul".

Para o descontentamento do industrial, o "Programa

"Água Para Todos" só se destina ao consumo doméstico, não havendo até ao momento programa específico para a produção industrial.

José Severino, o presidente da Associação Industrial de Angola

(AIA), sugere a construção de dois sistemas de distribuição de água, sendo um (a potável) para o consumo doméstico e outro (a bruta) para a indústria, já que esta última é menos onerosa em relação à primeira, que exige tratamento aturado.

Aliás, alerta José Severino, a maioria das fábricas não deve utilizar na sua produção água tratada, já que esta pode causar prejuízos devido aos produtos químicos que contém.

Para o economista Victor Hugo, a melhoria do abastecimento de água em todo o país passa principalmente pela participação do sector privado que tem a capacidade de levar água, não só às indústrias, mas também às populações longínquas.

Por outro lado, o presidente da AIA acredita que o programa "Água Para Todos" está a ser bem encaminhado, mas o grande problema prende-se com a gestão.

"Muitas zonas onde os sistemas são colocados (captação, transporte, tratamento e distribuição da água) não têm a gestão mais eficiente". O programa água para todos foi lançado, em 2007, e, até ao momento, as províncias do Bengo; Benguela, Huíla, Cunene e Moxico já estão a beneficiar da estratégia do governo que visa atingir três milhões de habitantes até 2012.

Na sua fase inicial, o programa contemplou as províncias do Uíje, Bengo, 9binda e Benguela, em forma de projecto-piloto, abrangendo as comunas, com o intuito de se avaliarem as reais condições para a implementação do programa.

Segundo a ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes, até 2010, prevê-se a construção de mil novos sistemas de abastecimento de água e igual quantidade de furos em zonas rurais, até 2010, reduzindo o grande défice de água nessas localidades.

Neste momento, estão já em construção cerca de 700 sistemas destinados ao abastecimento de água potável em zonas rurais das 18 províncias do país.

## **8.7 Distribuição é um grande problema**

*Semanário Económico*

*De 20 de Maio de 2010*

O meu ponto de vista, como economista, eu diria que a água é um produto necessário, porque a água torna-se uma matéria-prima para o sector de produção.

O programa "Água para todos" significa que é água em quantidade e quando a água é em quantidade também reduz os custos por parte das empresas.

Agora no ponto de vista social, "Água para todos" é uma iniciativa benéfica. É também um produto básico. Sendo básico, torna-se necessário na vida das pessoas. Por isso, o governo deve tomar muitas iniciativas em relação a isso.

O programa "Água para todos" não se trata de ser viável ou não. É uma necessidade básica que o governo tem de suprir.

Até que ponto ele será capaz? Nós ainda continuamos com certas dúvidas. A meta do governo é até 2012. Se for até 2012, não será possível. Não é realista a promessa de implementação do governo. O governo não terá capacidade de fazer isso.

Para já, quando se fala de água para todos é preciso que haja canalização e só a canalização e a preparação dessa infra-estrutura levariam cerca de dois anos. De 2010 à 2012, o governo não estará em condições de concluir o seu programa até às zonas rurais. Apesar de se falar em melhorias, o sector da água continua a apresentar algumas debilidades. Portanto, a capacidade de distribuição é um grande problema em Angola. E a isso, acresce a baixa qualidade da água.

A questão não é só ter água para todos, mas é necessária água com qualidade. Nós somos de opinião que água para todos deveria merecer a participação da sociedade, porque só o Estado a fazer água grátis para todos, não terá capacidade de resolver o problema. Pensamos nós que a água é um produto básico. É da inteira responsabilidade do Estado. E o Estado podia assumir a responsabilidade de produtor e passar a distribuição para o sector privado.

Há que se liberalizar esse sector, porque a electricidade e a água, até em países do mundo desenvolvido onde o governo tem mais recursos, é distribuída pelo sector privado. Quer dizer que o Governo sabe que é um sector muito dispendioso.

Nós somos um Estado pobre em recursos. Daí a necessidade de o governo fazer um estudo profundo. Pois, chegará à conclusão que a sociedade já tem uma capacidade de alto consumo de água. Há necessidade que haja uma participação no sector privado no processo água para todos. O governo deveria ter a responsabilidade de produzir e a distribuição passava para o sector privado. É ele que tem a maior capacidade de fazer chegar o bem até às zonas mais distantes.

O abastecimento de água potável em todo o país deve ser melhorado com a participação do sector privado. O Estado produz e o privado distribui. Isto é, o Estado, a fazer a produção, vende ao privado os custos. Os custos de produção deveriam ser regulados pelo

próprio Estado.

## **8.8 Falta de água continua a ser o maior problema**

*Semanário Económico*

*De 20 de Maio de 2010*

O programa "Água para Todos" visa resolver todos os problemas mais básicos das populações. É um programa que abrange todas as províncias, municípios, comunas e até aldeias. É um programa de grande amplitude que consta do OGE.

Água para todos também se insere numa filosofia das Nações Unidas que considera a água potável uma das formas de facilitar o nível de vida e também de contribuir para a redução da mortalidade infantil nos países em via de desenvolvimento.

Acredito que é um programa que está a ser bem encaminhado, eventualmente com problemas de gestão, porque muitas das zonas onde o sistema é colocado (captação, transporte, tratamento e distribuição da água), não têm a gestão mais eficiente.

A nossa proposta tem sido no sentido de que esses sistemas tenham a gestão privada, obviamente com a supervisão das entidades locais. Nas cidades, há uma outra perspectiva de sistemas mais estruturantes.

Luanda tem problemas críticos. É preciso envidar maior esforço, acima de tudo também na gestão, porque não basta criar sistema se não houver boa gestão. Em Luanda temos a EP AL e nas outras cidades temos tido a preocupação de alguns sistemas contratarmos cooperação para a gestão e assistência técnica da manutenção.

Surpreende-nos um pouco a EPAL assim como a EDEL não terem contrato de assistência técnica no sentido de aumentarem a eficiência da sua gestão. Sem desprezar a capacidade e o esforço dos dirigentes do quadro nacional, estamos a falar do sistema para muitas pessoas. Luanda tem a maior parte da rede velha, sendo necessária a intervenção de empresas estrangeiras como é o caso dos chineses que estão a reforçar o sistema de distribuição. Requer assistência técnica, manutenção e a própria distribuição deveria, ser delegada por contrato a empresas angolanas que devem trabalhar lado a lado com as estrangeiras na distribuição ou na captação de água e de electricidade.

A falta de água continua a ser o maior problema no sector industrial, embora ~ possa dizer que numa ou noutra área se registam algumas melhorias. Mas continua a chamar atenção que na distribuição urbana tem de haver dois sistemas: um de água potável para o consumo doméstico e outro de água bruta para as indústrias.

A água bruta é a mais barata porque não exige tanto

tratamento quanto a água potável. E muitas das fábricas não podem usar a água com produtos químicos, porque cria grandes problemas a indústria.

## **8.9 Astros da região pedem urgência na execução de programas de águas**

*Jornal de Angola*

*De 22 de Maio de 2010*

Os ministros das Águas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) orientaram ontem a execução célere do Programa Revisto da Água (RSAP3), que integra o desenvolvimento das infra-estruturas, abastecimento, saneamento e reforço das organizações das bacias dos rios dos 15 cursos de água partilhados pelos Estados-membros.

Segundo uma nota do Ministério da Energia e Águas, esta é uma das orientações saídas da Reunião Anual dos ministros das Águas da SADC, realizada de 17 à 21 deste mês, em Bulawayo, Zimbabué.

O encontro decorreu com o tema "Comunicando os desafios hídricos regionais para um arranque dinâmico, com vista a atingir as Metas do Milénio para o Desenvolvimento (MMD)".

O documento indica que os governantes defendem o desenvolvimento das infra-estruturas neste sector pelo impacto significativo sobre a integração regional, a redução da pobreza, o apoio à agricultura irrigada e energia, contribuindo na consecução dos Objectivos do Milénio.

A água potável continua a chegar em quantidades insuficientes às populações

Orientam, por outro lado, para que o RSAP 3 tome em consideração as questões regionais, continentais e globais emergentes, tal como as mudanças climáticas, a implementação de várias declarações dos Chefes de Estado e ministeriais sobre a água e saneamento, que foram feitas no passado, tais como a Declaração Sharm El Shaikh de 2008.

O encontro, aberto pelo Primeiro-Ministro do Zimbabué, Morgan Tsvangirai, incidiu sobre a avaliação do grau de implementação das decisões dos ministros tomadas na última reunião (realizada em Maputo em 2009), os progressos em relação à implementação dos distintos programas e projectos contidos no Plano de Acção Estratégico Regional sobre o Desenvolvimento e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (RSAP2-IWRMD).

Em simultâneo, foi realizada a reunião dos ministros das Águas dos Estados Ribeirinhos do Zambeze, durante a qual deliberou-se sobre questões críticas relacionadas com a ratificação do Acordo de ZAMCOM e a evolução do estabelecimento da sede do Secretariado Interino deste órgão no Botswana.

Até a data, cinco dos oito Estados ribeirinhos já assinaram e ratificaram o acordo e houve um compromisso por parte de todos de acelerarem os seus processos de ratificação, para que este possa entrar em vigor até finais de 2010.

Os ministros reafirmaram, igualmente, o seu compromisso em financiar as actividades principais do Secretariado Interino de ZAMCOM, através dos seus orçamentos nacionais, bem como a necessidade da resolução das questões jurídicas e administrativas.

## **8.10 Água rara, água cara**

*Semanário Agora,*

*De 22 de Maio de 2010*

Desconhecem-se até agora o paradeiro dos milhões de dólares gastos pelo Governo em programas de distribuição de água do célebre "9 municípios" de Luanda, sabendo-se apenas que a maioria deles fracassou, tendo a culpa morrido solteira.

Depois de confirmada a deterioração dos canais de distribuição de água, montados na época colonial, as autoridades decidiram optar por novas experiências, adquiridas onde só elas sabem, na expectativa de fazer chegar o precioso líquido até lá onde se encontra o último cidadão. Na prática, a iniciativa governamental, sobretudo nas zonas periféricas, consistia na aplicação de tanques (reservatórios) que se convencionou chamar-se "fontanários" quando os mesmos eram abastecidos por cisternas afectas ao governo de Luanda, não passando de sol de pouca dura, tendo as viaturas deixado de abastecê-los, sem qualquer explicação plausível. Em muitas zonas a população ficou privada desse bem, tendo o Governo apostado no sistema de perfuração do solo para adquirir água, o que, igualmente, não resultou.

As zonas cujo sistema de abastecimento ainda funcionava também encontram-se privadas do precioso líquido, na sequência da implementação de bocas de incêndios, projecto que não passou disso mesmo, consumindo avultados recursos financeiros.

As fotos ilustram o quanto a população sofre na busca da água, também considerada "fonte da vida". Na verdade, ela está rara.

## **8.11 Bairro Santo António clama por cuidados**

*Semanário Factual,*

*De 28 de Maio a 04 de Junho de 2010*

Os moradores ouvidos, pelo Factual, afirmaram que tal situação persiste há mais de oito anos desde que o no passou a ser para os moradores e empresas públicas e privadas um aterro sanitário, sem leis, e principal canal

de esgotos.

Imaculada Lima, de 30 anos de idade e moradora há 18 anos, contou que a situação começou a configurar-se degradante e preocupante à medida que os moradores começaram indiscriminadamente a fixar-se neste local, antes como uma simples mata em 1999.

A moradora considera a situação péssima, visto influenciar negativamente no bem-estar dos locatários e na sua convivência social. As crianças são e sempre foram as mais atingidas pelos danos ambientais que o bairro apresenta.

Augusto da Silva, de 50 anos de idade, afirmou que desde a fase em que se fixou no bairro várias doenças como a sarna, respiratórias, infecções pélvicas, paludismo e conjuntivite, já levaram a vida humana de muitos moradores, sendo na sua maioria crianças.

Para agravar a situação, o bairro não possui nenhuma unidade sanitária para acudir os casos de enfermidade amíúde, facto que deixa os moradores cada vez mais insatisfeitos com o departamento da saúde pública. Ademais, várias empresas são as detentoras de um terço do lixo que vai ao rio Kaculo Vale, para a insanidade ambiental dos habitantes.

Moradores do bairro Santo António pedem com urgência que se acabe com o estado insano que se instaurou naquela zona da cidade do Lubango, dado que, em média, morrem duas a três crianças por mês.

Judith Rocheta, directora do departamento da saúde pública na província do Huila, em conversa ao telefone, afirmou ser da sua responsabilidade a solução dos problemas dos moradores do Santo António, mas o seu departamento tudo está a fazer para que casos graves não venham a se verificar nos próximos meses.

A responsável acrescentou por outro lado que têm sido feitas campanhas de sensibilização aos moradores para a protecção contra as endemias, pois, é da sua competência a tarefa de garantir a saúde a todos os cidadãos da província da Huila.

"Que o Gabinete das Obras Públicas faça o trabalho no âmbito das suas competências e, em conjunto, teremos o problema ultrapassado", exigiu Judith Rocheta.

## **8.12 Bairro Santo António clama por cuidados**

*Semanário Factual,*

*De 28 de Maio a 04 de Junho de 2010*

Os moradores ouvidos, pelo Factual, afirmaram que tal situação persiste há mais de oito anos desde que o no passou a ser para os moradores e empresas públicas e privadas um aterro sanitário, sem leis, e principal canal de esgotos.

Imaculada Lima, de 30 anos de idade e moradora há 18 anos, contou que a situação começou a configurar-se degradante e preocupante à medida que os moradores começaram indiscriminadamente a fixar-se neste local, antes como uma simples mata em 1999.

A moradora considera a situação péssima, visto influenciar negativamente no bem-estar dos locatários e na sua convivência social. As crianças são e sempre foram as mais atingidas pelos danos ambientais que o bairro apresenta.

Augusto da Silva, de 50 anos de idade, afirmou que desde a fase em que se fixou no bairro várias doenças como a sarna, respiratórias, infecções pélvicas, paludismo e conjuntivite, já levaram a vida humana de muitos moradores, sendo na sua maioria crianças.

Para agravar a situação, o bairro não possui nenhuma unidade sanitária para acudir os casos de enfermidade amíúde, facto que deixa os moradores cada vez mais insatisfeitos com o departamento da saúde pública. Ademais, várias empresas são as detentoras de um terço do lixo que vai ao rio Kaculo Vale, para a insanidade ambiental dos habitantes.

Moradores do bairro Santo António pedem com urgência que se acabe com o estado insano que se instaurou naquela zona da cidade do Lubango, dado que, em média, morrem duas a três crianças por mês.

Judith Rocheta, directora do departamento da saúde pública na província do Huila, em conversa ao telefone, afirmou ser da sua responsabilidade a solução dos problemas dos moradores do Santo António, mas o seu departamento tudo está a fazer para que casos graves não venham a se verificar nos próximos meses.

A responsável acrescentou por outro lado que têm sido feitas campanhas de sensibilização aos moradores para a protecção contra as endemias, pois, é da sua competência a tarefa de garantir a saúde a todos os cidadãos da província da Huila.

"Que o Gabinete das Obras Públicas faça o trabalho no âmbito das suas competências e, em conjunto, teremos o problema ultrapassado", exigiu Judith Rocheta.

autoridades decidiram optar por novas experiências, adquiridas onde só elas sabem, na expectativa de fazer chegar o precioso líquido até lá onde se encontra o último cidadão. Na prática, a iniciativa governamental, sobretudo nas zonas periféricas, consistia na aplicação de tanques (reservatórios) que se convencionou chamar-se "fontanários" quando os mesmos eram abastecidos por cisternas afectas ao governo de Luanda, não passando de sol de pouca dura, tendo as viaturas deixado de abastecê-los, sem qualquer explicação plausível. Em muitas zonas a população ficou privada desse bem, tendo o Governo apostado no sistema de perfuração do solo para adquirir água, o que, igualmente, não resultou.

As zonas cujo sistema de abastecimento ainda funcionava também encontram-se privadas do precioso líquido, na sequência da implementação de bocas de incêndios, projecto que não passou disso mesmo, consumindo avultados recursos financeiros.

As fotos ilustram o quanto a população sofre na busca da água, também considerada "fonte da vida". Na verdade, ela está rara.

## **8.13 Água rara, água cara**

*Semanário Agora,*

*De 22 de Maio de 2010*

Desconhecem-se até agora o paradeiro dos milhões de dólares gastos pelo Governo em programas de distribuição de água do célebre "9 municípios" de Luanda, sabendo-se apenas que a maioria deles fracassou, tendo a culpa morrido solteira.

Depois de confirmada a deterioração dos canais de distribuição de água, montados na época colonial, as

## 9 AMBIENTE

### 9.1 Populações afectadas pelas cheias têm instrumentos de construção

*Jornal de Angola*

*De 5 de Maio de 2010*

O secretário de Estado para a Construção, Juanes André, garantiu, ontem, que as famílias vítimas das chuvas e das ravinas nas províncias do Cunene, Moxico, Kuando-Kubango, Uíje, Lunda-Sul e Lunda-Norte vão, até ao final deste ano, receber kits de construção.

Juanes André falava à saída de um encontro com os deputados da quarta comissão da Assembleia Nacional, com os quais fez balanço preliminar das consequências das chuvas e das ravinas que desalojaram milhares de famílias em várias províncias do país.

O secretário de Estado para a Construção afirmou que o Executivo está a elaborar um estudo que incide sobre as províncias da Lunda-Sul, Lunda-Norte, Kuando-Kubango e Uíge - das infra-estruturas integradas para a contenção dos fenómenos erosivos.

O encontro com os deputados que tratam de assuntos relacionados com a Administração do Estado e Poder Local contou com a presença do vice-ministro do Interior para a Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio Laborinho. Laborinho considerou preocupante o balanço preliminar sobre a situação das cheias que, até ao momento, referem 54 mortos e 86 feridos em 110 municípios e 66.719 desalojados. O vice-ministro falou também de outras 13.239 famílias desabrigadas e da destruição de 9.067 casas, 153 escolas e 40 igrejas. Além disso, frisou, há 2.020 casas parcialmente destruídas.

Laborinho revelou haver este ano uma diminuição de mortes. "Temos notado uma melhoria nas acções de coordenação e planeamento operacional e socorro das populações sinistradas. O que estamos a fazer é uma campanha de sensibilização junto de toda a população que continua a viver em áreas de riscos", disse.

O Ministério do Interior, em colaboração com o Ministério da Educação, garantiu, prevê, até Junho, incluir nos manuais escolares matérias ligadas à gestão de desastre para os alunos e professores do primeiro e segundo níveis de ensino.

O vice-presidente da quarta Comissão, Tomás Simão da Silva, disse que os deputados interpelaram o Executivo para saber que acções, medidas e projectos estão a ser desenvolvidos na perspectiva preventiva e de socorro às populações sinistradas.

O deputado, que afirmou terem recebido garantias do Executivo que os kits vão ser entregues a título

gratuito, apelou aos governos provinciais que resolvam urgentemente o problema dos terrenos porque os kits só são entregues a quem tiver o direito de superfície assegurado

### 9.2 Governo Provincial deve agir para travar estragos das chuvas

*Semanário Angolense,*

*De 08 a 15 de Maio de 2010*

A época chuvosa chegou ao fim. À semelhança da agricultura, quando termina um ano agrícola, é altura de se preparar a próxima época e trabalhar no sentido de se resolverem os problemas ligados a rede de esgotos na capital e buracos nas vias.

Na hora de se apurarem responsabilidades fica claro que a intervenção deve ser feita pelo Governo Provincial de Luanda e tem faltado ao executivo de Francisca do Espírito Santo maior acutilância no combate a este problema. O resultado das últimas enxurradas que se abateram sobre a cidade, que resultou em perdas humanas e materiais, é mais um alerta de que é preciso agir e rápido.

Sem querer julgar, para além do Cazenga, Luanda apresenta muitas zonas "cinzentas", onde não é recomendável pôr um carro a circular, com charcos, lagoas, lamas e buracos. Nem os carros com tracção a quatro rodas conseguem superar o estado lastimável de algumas vias, particularmente as secundárias e terciárias.

O cenário leva a que os cidadãos peçam maior acutilância da governadora, particularmente os administradores, que não têm domínio real dos municípios que dirigem. Em muitas municipalidades, os habitantes nem conhecem quem os governa devido ao facto de que muitos estão afastados das massas, preferindo a comodidade dos seus escritórios.

Como dizíamos, o cenário que Luanda apresenta todos os anos pode ser alterado se houver vontade política por parte do Governo - reunir os técnicos, especialmente os arquitectos, para se encontrar uma saída para o problema para evitar a repetição do velho discurso: "Luanda não está preparada para receber chuvas.

Este é o momento para se elaborar um plano de fundo. A manutenção e limpeza das vias de drenagem, dos colectores, a recolha e tratamento eficiente do lixo, a reabilitação das vias secundárias e terciárias. Caso estas medidas sejam tomadas os estragos das chuvas não serão tão elevados como sucedeu este ano. Não basta fazer bons discursos é preciso passar da teoria à prática, na verdade, o que é preciso é fazer mais e falar pouco. Neste momento, apesar do número considerável de empresas de recolha e tratamento de lixo, o amontoado



de resíduos sólidos é ainda bastante considerável, principalmente nas zonas suburbanas. Nos municípios, as operadoras brincam, ficam dias sem recolher o lixo, um trabalho que ainda deixa muito a desejar e que requer uma supervisão séria e de instituições independentes. Esperemos que depois do executivo de Luanda ter sido chamado pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, para receber orientações concretas sobre os estragos das últimas chuvas, ponha em marcha um plano de acção que permita inverter o quadro.

### **9.3 Equipamento meteorológico está fora de serviço há meses**

*Jornal de Angola*

*De 26 de Maio de 2010*

O sistema para serviços de controlo de temperatura do Instituto de Meteorologia e Geofísica (INA-MET), na província do Cunene, está paralisado desde Dezembro último, disse, segunda-feira, à Angop a directora provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Maria Ndelipo.

De acordo com Maria Ndelipo, os equipamentos foram instalados no dia 23 de Dezembro, mas devido a um problema técnico não estão a funcionar.

Maria Ndelipo referiu que os equipamentos são indispensáveis, daí que a sua reparação, que está condicionada à chegada de técnicos, deva ser feita "o mais rápido

O Cunene foi uma das províncias mais fustigadas pelas chuvas possíveis, já que a província tem enfrentado nos últimos tempos catástrofes naturais". O Cunene foi uma das províncias mais fustigadas pelas chuvas, que provocaram um rasto de destruição.

### **9.4 Cheia desalojou mais de doze mil pessoas**

*Jornal de Angola*

*De 27 de Maio de 2010*

Ao todo, este ano, nos municípios de Kwanhama, Cuvelai e Cahama, 12. 949 Pessoas ficaram sem casa e 8.705 crianças viram o ano lectivo interrompido devido às cheias que se registaram na província do Cunene, referem dados da Comissão Executiva Provincial de Protecção Civil, divulgados, na terça-feira, pela Angop. O balanço adianta que, pelo mesmo motivo, naqueles municípios, 962 campos agrícolas foram destruídos e que morreram cem animais, entre bovinos, caprinos e suínos:

As inundações, causadas pelas chuvas, adianta a nota da Protecção Civil, afectaram 23. 699 Pessoas e 7.4 escolas, que tiveram de "interromper as aulas, a maioria

nas zonas rurais.

Uma morte por afogamento e um posto de saúde e 23 casas inundadas são outras consequências da chuva. O governo provincial e a Protecção Civil, face à situação, accionaram medidas urgentes de apoio aos sinistrados, fornecendo-lhes alojamento em centros de acolhimento, alimentação, bens de primeira necessidade e apoio sanitário.

Este é o terceiro ano consecutivo em que se registam cheias no Cunene. As áreas mais castigadas foram as comunas de Ondjiva e Evale, no município do Kwanhama,

Mokolongudjo, Mupa, kalonga e Kubaty (no Cuvelai) e Cahama e Otchindjau, no Cahama.

Em 2009 morreram 20 pessoas, 106 escolas foram destruídas e 22 mil pessoas ficaram desalojadas.

São necessários estudos

O director nacional do Ambiente descartou qualquer possibilidade de nos próximos anos, de ocorrência de tsunami em Angola.

Os tsunamis, lembrou, são normalmente erupções do leito marinho. Para que haja este terramoto no mar tem de haver uma deslocação das placas tectónicas, coisa difícil de acontecer nesta região do Oceano Atlântico.

Vladimir Russo alertou serem necessários estudos, porque o ambiente vai-se alterando, também com base na actividade humana, pelo que se deve estar sempre precavido para qualquer perigo que possa surgir. As calemas acontecem normalmente entre Fevereiro e Abril, na Ilha de Luanda e não têm capacidade para destruir esta parcela turística da capital, disse Vladimir Russo.